

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA POLÍTICA**

Carlos Eduardo Bastos

**O CONFRONTO POLÍTICO NA “MARAVILHA DO
ATLÂNTICO SUL”: UM ESTUDO SOBRE AS ESTRUTURAS DE
OPORTUNIDADES, OS REPERTÓRIOS E OS CICLOS DE
PROTESTO EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC – 1964/2010**

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau
de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Julian Borba

Florianópolis
2012

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

B327c Bastos, Carlos Eduardo

O confronto político na "Maravilha do Atlântico Sul"
[dissertação] : um estudo sobre as estruturas de
oportunidades, os repertórios e os ciclos de protestos em
Balneário Camboriú/SC - 1964/2010 / Carlos Eduardo Bastos ;
orientador, Julian Borba. - Florianópolis, SC, 2012.
177 p.: il., grafs., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia. 2. Sociologia política. 3. Movimentos
sociais - Balneário Camboriú (SC) - Ministério público.
I. Borba, Julian. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

CDU 316

Carlos Eduardo Bastos

**O CONFRONTO POLÍTICO NA “MARAVILHA DO
ATLÂNTICO SUL”: UM ESTUDO SOBRE AS ESTRUTURAS DE
OPORTUNIDADES, OS REPERTÓRIOS E OS CICLOS DE
PROTESTO EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC – 1964/2010**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Sociologia Política”, e aprovada com distinção e louvor em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, SC, 13 de Fevereiro de 2012.

Prof. Dr. Ricardo Silva
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Julian Borba
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Erni José Seibel
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Neusa Sens Blomer
Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

Dedico este trabalho a todos os Movimentos Sociais e aos indignados
que lutam pela garantia dos seus direitos.

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa se encerra e agradecer é uma tarefa difícil, talvez tão difícil quanto realizar este trabalho. Mesmo assim, três pessoas em especial foram diretamente responsáveis pelo apoio incondicional que recebi durante todo este tempo, talvez eles não saibam, até agora. São elas: o meu orientador, Prof. Julian Borba que soube respeitar os meus momentos de silêncio, que cobrou quando necessário e que sutilmente me ensinou a buscar a imparcialidade quando possível, ao Sr. o meu muito obrigado; A minha mãe que nunca poupou esforços para que eu pudesse chegar até aqui, principalmente quando no início desta empreitada não tive recursos materiais para me manter, sem você eu não teria conseguido; A minha companheira Carla, amiga e esposa pela paciência, respeito e carinho que dispôs para comigo, sem o seu apoio tudo teria sido mais difícil, obrigado por tudo.

Prefiro não mencionar nomes, pois tenho medo de deixar alguém de fora, por isso, agradeço todos os meus amigos da minha turma de mestrado e aos amigos que fiz durante a pós-graduação por terem contribuído com os seus comentários, incentivos e críticas. Agradeço também aos amigos que me auxiliaram na confecção dos gráficos deste trabalho. A todos os professores.

Ainda tenho que agradecer aqueles que foram de suma importância para a elaboração deste trabalho, ou seja, a todas as instituições que me acolheram gentilmente durante a coleta dos dados: Arquivo Municipal de Balneário Camboriú e Ministério Público; além dos coletivos que permitiram a minha presença entre eles para que eu pudesse realizar este estudo e a aquelas pessoas que disponibilizaram de seu precioso tempo para me concederem uma entrevista.

Por estes motivos, eu afirmo: eu só consegui realizar este trabalho porque vocês permitiram que eu participasse destes momentos, assim este trabalho também é de vocês. Muito obrigado.

RESUMO

BASTOS, Carlos Eduardo. O confronto político na “Maravilha do Atlântico Sul”: um estudo sobre as estruturas de oportunidades, os repertórios e os ciclos de protestos em Balneário Camboriú/SC – 1964/2010. Florianópolis, 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Julian Borba.

Palavras chave: Balneário Camboriú; *Contentious politics*; Movimentos Sociais; Ministério Público.

O presente estudo investiga a ação coletiva e os movimentos sociais na cidade de Balneário Camboriú/SC entre o período de 1964 a 2010. O referencial teórico utilizado para tal estudo foi o modelo norte-americano Contentious Politics – CP. A pesquisa foi realizada em três etapas. Primeira etapa: levantamento histórico documental no arquivo histórico municipal, utilizando como fonte impressos do arquivo histórico e pesquisa hemerográfica do Jornal Página 3. Segunda etapa: levantamento das denúncias realizadas nos livros de registro do Ministério Público de Santa Catarina na cidade de Balneário Camboriú. Terceira etapa: cruzamento e interpretação dos dados a partir da CP. Os resultados obtidos revelam que: os movimentos sociais estão institucionalizados em Balneário Camboriú e que os principais conflitos existentes na cidade ocorrem na seara do Meio Ambiente.

ABSTRACT

BASTOS, Carlos Eduardo. The political confrontation in: “The Wonderful of South Atlantic”: a study about the opportunity structures, the repertoires and the cycles of protests in Balneário Camboriú/SC – 1964/2010”. Florianópolis, 2011. Dissertation (Master`s degree in Political Sociology). Postgraduate Course in Political Sociology. Federal University of Santa Catarina.

Counselor: Julian Borba

Key-words: Balneário Camboriú; Contentious politics; Social movements; Public Ministry.

The present study investigates the collective action and the social movements in the city of Balneário Camboriú/SC within the period from 1964 to 2010. The theoretical reference used for the following study was the North American model of Contentious Politics – CP. This research was carried out in three stages. The first: documental historic survey in the Municipal historical archives, using as its source the printed matter of the historical archives and a hemerographic research from the *Página 3* journal. The second: a survey of the denunciations carried out in the register books in the Public Ministry of Santa Catarina in the city of Balneário Camboriú. The third: data comparison and interpretation from CP. The obtained results reveal that: the social movements are institutionalized in Balneário Camboriú and that the main conflicts in the city occur in the Environmental sector.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APP(s) – Área(s) de Preservação Permanente(s)
BC – Balneário Camboriú
BB – Banco do Brasil
BESC – Banco do Estado de Santa Catarina
CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CEF – Caixa Econômica Federal
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CP – *Contentious Politics*
CONSEG – Conselho de Segurança
CUIDA – Departamento de Construção da Ocupação Irregular e Degradação Ambiental
DCOI – Departamento de Contenção de Ocupação Irregular de Degradação Ambiental
DRT/SC – Delegacia Regional do Trabalho e Emprego de Santa Catarina
EMASA – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
JP3 – Jornal Página 3
MA – Meio Ambiente
MP – Ministério Público
MPF - Ministério Público Federal
MPSC - Ministério Público de Santa Catarina
ONG – Organização Não Governamental
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PMBC – Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú
TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais
URSS – União Das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UDN – União Democrática Nacional
UDESC – Universidade estadual de Santa Catarina
SUS – Sistema Único de Saúde

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Denúncias realizada nas Curadorias do MPSC de BC entre os anos de 2001 e 2010.....	67
Gráfico 2	Denúncias realizada pelos Representantes entre os anos de 2001 e 2010 ao MPSC de BC.....	68
Gráfico 3	Os maiores Representados que foram denunciados pelo CUIDA ao MPSC de BC entre os anos de 2001 e 2010.....	69
Gráfico 4	Os objetos de disputa referente aos Representados da categoria “Particular” que foram denunciados pelo CUIDA ao MPSC de BC entre os anos de 2001 e 2010.....	70
Gráfico 5	Os mais Representados, denunciados ao MPSC de BC entre os anos de 2001 e 2010.....	72
Gráfico 6	Os objetos de disputa mais denunciados na Curadoria MA do MPSC de BC entre os anos de 2001 e 2010.....	76
Gráfico 7	Os mais Representados, denunciados ao MPSC de BC quando o objeto de disputa indica “Obra irregular”, entre os anos de 2001 e 2010.....	77
Gráfico 8	Distribuição do confronto político por bairros encontrados nos livros de registro do MPSC de BC entre os anos de 2001 e 2010.....	78
Gráfico 9	Objetos de disputa encontrados nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2001.....	82
Gráfico 10	Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2001.....	83
Gráfico 11	Objeto não identificado nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2002.....	84
Gráfico 12	Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2002.....	85
Gráfico 13	Objeto não identificado nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2003.....	86
Gráfico 14	Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2003.....	87
Gráfico 15	Os Representantes que mais ofereceram denúncias ao MPSC de BC entre os anos de 2001 e 2003.....	88
Gráfico 16	Objetos de disputa identificados nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2004.....	89
Gráfico 17	Os Representantes que mais ofereceram denúncias ao MPSC de BC no ano de 2004.....	90
Gráfico 18	Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2004.....	91

Gráfico 19	Objetos de disputa identificados nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2005.....	92
Gráfico 20	Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2005.....	93
Gráfico 21	Objetos de disputa identificados nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2006.....	94
Gráfico 22	Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2006.....	95
Gráfico 23	Os Representantes que mais ofereceram denúncias ao MPSC de BC entre os anos de 2004 e 2006.....	96
Gráfico 24	Objetos de disputa identificados nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2007.....	97
Gráfico 25	Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2007.....	98
Gráfico 26	Objetos de disputa identificados nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2008.....	99
Gráfico 27	Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2008.....	100
Gráfico 28	Objetos de disputa identificados nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2009.....	101
Gráfico 29	Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2009.....	102
Gráfico 30	Os Representantes que mais ofereceram denúncias ao MPSC de BC entre os anos de 2007 e 2009.....	103
Gráfico 31	Objetos de disputa identificados nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2010.....	104
Gráfico 32	Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2010.....	106
Gráfico 33	Os Representantes que mais ofereceram denúncias ao MPSC de BC no ano de 2010.....	107
Gráfico anexo 1	MPSC: Linha do tempo Curadorias, 2001 – 2010.....	125
Gráfico anexo2	MPSC: Registros e Análises, 2001 – 2010.....	125
Gráfico anexo 3	MPSC: Instrumentos de denúncia, 2001 – 2010.....	126
Gráfico anexo 4	JP3: Temas, 2001 – 2010.....	127

MAPAS

Mapa 1	Mapa de Balneário Camboriú.....	79
--------	---------------------------------	----

TABELAS

Tabela anexo 1	Informações sobre nascimento.....	128
-------------------	-----------------------------------	-----

FIGURAS

Figura 1	Estado Nação.....	50
Figura 2	Estado Nação.....	51
Figura 3	Estado Nação.....	53

SUMÁRIO

Introdução.....	23
Objetivo Geral.....	25
Objetivos Específicos.....	25
Metodologia empregada.....	25
A pesquisa documental.....	28
O tratamento dos dados.....	30
Organização das sessões.....	33
 1 Capítulo 1.....	 35
1.1 A pesquisa sobre movimentos sociais no Brasil.....	35
1.2 O referencial teórico.....	38
1.3 Construindo uma teoria através de símbolos.....	40
1.4 Operacionalizando o conceito de Estado fraco.....	49
 2 Capítulo 2.....	 55
2.1 Balneário Camboriú: “A Maravilha do Atlântico Sul”.....	55
2.2 Balneário Camboriú.....	57
2.3 Ciclos de confronto em Balneário Camboriú.....	61
2.4 Mapeando o confronto.....	65
2.5 Os números do MPSC de BC.....	66
 3 Capítulo 3.....	 81
3.1 Evolução dos dados por ano do MPSC e do JP3.....	81
3.2 Evolução dos dados do MPSC e do JP3: 2001– 2003.....	81
3.3 Evolução dos dados do MPSC e do JP3: 2004 – 2006.....	88
3.4 Evolução dos dados do MPSC e do JP3: 2007 – 2009.....	96
3.5 Evolução dos dados do MPSC e do JP3: 2010.....	103
 Considerações Finais.....	 111
Referências Bibliográficas.....	117
Apêndice.....	125
Anexos.....	129
Bairros de Balneário Camboriú.....	165
Audiência Pública para preservação da Praia de Taquarinhas. Projeto Lei 612/09, organizado pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina.....	173

Introdução

"Todo homem, por natureza, quer saber", assim, Aristóteles inicia a sua obra *Metafísica*. É deste modo, que entendemos que a curiosidade motiva a humanidade à busca do conhecimento, e isso não tem sido diferente conosco, pois foi da curiosidade e do interesse de aprofundar na Teoria dos Movimentos Sociais que realizamos este trabalho. Afinal, como nos lembra Lima (2009, p.8.), "o Brasil ainda está para ser descoberto" e é esta procura, a da descoberta, que nos levou a querer estudar e a mapear o confronto político no município de Balneário Camboriú/SC – BC - utilizando como lente analítica a *Contentious Politics* - CP.

Em um dos seus trabalhos traduzidos postumamente para o português, Charles Tilly (2010) afirma que os Movimentos Sociais, tal como os conhecemos hoje, são um tipo de instituição inventada que teria início no século XVIII com os motins rurais. Muitas das estratégias de confronto utilizadas pelos manifestantes apresentadas neste período foram passadas de gerações a gerações, muitas delas permaneceram, outras foram aperfeiçoadas, outras surgiram do imprevisto e estão até hoje entre nós. As estratégias de enfrentamento revelam-se na ótica do sociólogo como repertórios de ação que sofreram mudanças com o passar dos tempos, inicialmente construindo barreiras que inibiam a passagem de tropas, aperfeiçoando para técnicas de guerrilha urbana, chegando a protestos violentos ou pacíficos, greves, paralisações, petições e denúncias públicas através dos meios de comunicações.

Ao mesmo tempo em que os Movimentos Sociais se caracterizam como uma instituição inventada são eles também um modo de participação política, ainda que, suas ações sejam consideradas por muitos governos como "subversivas", pois buscam reivindicar e fortalecer grupos que entendem estar sofrendo algum tipo de injustiça se comparados com outras parcelas da sociedade. Mas, a história nos tem mostrado que mesmo os Estados mais autoritários cedem - ainda que parcialmente em alguns casos - com o passar do tempo às reivindicações feitas por manifestações que conseguem se sustentar diante de represálias. Assim, bater, atirar, torturar e prender manifestantes influentes foi o recurso que muitos governos se utilizaram para tentar contê-los.

Efetivamente foram os Estados democráticos que criaram mecanismos para conter os protestos mais violentos após diversos confrontos com os Movimentos Sociais. A estratégia dos Estados nacionais foi de começar a apoiar algumas causas – luta pela paz;

proteção ambiental; etc. - e também facilitar a mobilização popular destes grupos. À medida que isto ocorreu, alguns membros dos vários movimentos criaram visibilidade e notoriedade, o que pode fazer com que muitos movimentos se encaminhassem para a institucionalização de suas demandas. Estes membros que adquiriram visibilidade filiaram-se a partidos já existentes ou fundaram partidos com a bandeira de suas reivindicações e se lançaram em eleições regulares. Um exemplo é o surgimento do Partido Verde que tem como bandeira a causa ambiental e que se constituiu a partir dos anos de 1970 no Norte da Europa.

O objetivo desta persuasiva tática empregada pelos Estados é reduzir os altos custos que a repressão traz aos cofres públicos. Porém, este tipo de ação escolhida pelos governos não são iguais e o tempo para que um governo admita um tipo de manifestação, antes considerado agressivo a ordem pública, pode demorar (TARROW, 2009).

Esta forma de agir dos Estados transformou também o modo que os Movimentos Sociais se organizam para produzir suas ações de reivindicação. Algumas posturas mais radicais por parte de alguns membros acabam sendo deslegitimadas por outros membros menos radicais dos Movimentos. E isso mudou de algum modo a “cara” dos Movimentos Sociais. Para alguns teóricos chega-se a questionar se os Movimentos Sociais continuaram a existir tal como os conhecemos, Tilly (2010, p. 152) ajuda-nos a refletir sobre tal questão, afirma o autor: “não temos nenhuma garantia de que o movimento social, tal como prevaleceu por dois séculos, continuará para sempre”.

O fato é que no tocante desta afirmação, percebemos que as mudanças estruturais apresentadas pelos Estados modernos mostraram a sua capacidade de reconhecer os Movimentos Sociais e até mesmo de conviver com eles. No Brasil¹, por exemplo, a década de 1980 marcou profundamente a política principalmente no que diz respeito à descentralização das políticas públicas² e a ampliação de novos espaços para a participação política³. Segundo Jacobi (2000), essas e tantas outras conquistas são frutos da articulação entre os movimentos populares e das diversas instituições da sociedade civil que em alguma

¹ Em 05 de outubro de 1988, é promulgada a atual Constituição brasileira.

² A Constituição de 1988 privilegiava, dentre tantas outras questões, a descentralização do poder. Para Jacobi (2000, p. 35) descentralização sob o ponto de vista conceitual significa: “[...] uma transferência ou delegação de autoridade legal e política aos poderes locais para planejar, tomar decisões e gerir funções públicas do governo central. Descentralização relaciona-se, pois, com a distribuição territorial do poder e implica delegação de autoridade”.

³ A Constituição de 1988, também garantiu a participação política através do sufrágio universal, garantindo assim o voto em eleições, plebiscitos e referendos.

medida promoveram alianças de resistência popular e lutas pela conquista de direitos civis e sociais contra o então estado de repressão que o país vivenciava. Estas lutas têm configurado a redefinição das relações entre o Estado e a sociedade civil no Brasil, buscando-se não só a consolidação do Estado de Direito por uma perspectiva democrática, como também a ampliação da participação política a todas as esferas da sociedade.

Diante desta realidade voltamos nossas atenções para a cidade de Balneário Camboriú/SC – BC. Incentivados pela curiosidade e pelo desejo de nos aprofundar na teoria dos movimentos sociais em especial a CP, apresentamos ao leitor os nossos objetivos com este trabalho:

Objetivo Geral

Verificar a existência do “confronto político” que denote a presença de Movimentos Sociais e Ações Coletivas no município de Balneário Camboriú.

Objetivos Específicos

1. Mapear os ciclos de confronto político, bem como a dinâmica destes e dos atores envolvidos em tal fenômeno;
2. Identificar as estruturas de oportunidades políticas ocorridas nos ciclos de confronto político;
3. Identificar os repertórios (declarações públicas, passeatas, ações jurídicas, etc.) utilizados pelos atores sociais envolvidos no confronto político;
4. Identificar as possíveis redes associativas existentes no Município;

Metodologia empregada

Escolher uma orientação metodológica é sempre uma questão difícil na pesquisa científica e, principalmente quando a pesquisa está relacionada às Ciências Sociais. Porém, geralmente a escolha para tal técnica inicia-se com uma pergunta de ordem qualitativa. No Brasil, por exemplo, há uma predileção das pesquisas sob um viés qualitativo na qual a observação participante, as discussões em grupos focais e as entrevistas em profundidade figuram como as principais técnicas de investigação. Porém, como afirma Günther (2006, p. 207):

A questão tem implicações de natureza prática, empírica e técnica. Considerando os recursos materiais, temporais e pessoais disponíveis para lidar com uma determinada pergunta científica coloca-se para o pesquisador e para a sua equipe a tarefa de encontrar e usar a abordagem teórico-metodológica que permita, num mínimo de tempo, chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenômeno e para o avanço do bem-estar social.

Levando em consideração tal argumento, uma vez escolhido o tema desta dissertação, deparamo-nos com um primeiro problema: Como levantar dados sobre o confronto político de conflito uma vez que não tínhamos acesso aos grupos que movimentam a política local ou que participam dos movimentos sociais? Do mesmo modo seguiram-se outras preocupações, tais como: Onde começar a investigar? Quem contatar? Como fazer?

Decidimos então consultar o referencial teórico que nos apontou um caminho: não devemos estudar os movimentos sociais apenas como um conjunto de identidades e de interesses porque se assim o fizéssemos estaríamos estudando apenas os documentos por eles produzidos ou por suas declarações apresentadas em público (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Nesta concepção procura-se encontrar vestígios de ações implementadas pelos atores coletivos que participaram ou participam de ações coletivas. A melhor saída segundo estes teóricos é pesquisar documentos públicos porque estes, em sua maioria, não são desenvolvidos pelos atores envolvidos e sim por instituições que acompanham suas trajetórias.

As instituições públicas que contemplam tais possibilidades de pesquisa documental podem assim serem identificadas como: as universidades que produzem trabalhos acadêmicos desenvolvido por seus pesquisadores; bibliotecas municipais que podem conter publicações a cerca do tema pesquisado; arquivos históricos, estes em especial quando bem organizados, podem oferecer acervos importantíssimos sobre o que se pesquisa; o Ministério Público, instituição importante para se pesquisar o conflito, uma vez que todos os conflitos que se tornam público e que oferecem risco à sociedade ou ao Estado passam pelas mãos desta instituição; e até mesmo jornais de circulação local, regional ou nacional, que são responsáveis pela publicidade das notícias.

Os autores da *Contention Politics* – CP -apresentam cinco vantagens para se realizar uma pesquisa através de fontes públicas. São elas:

1. Podem revelar os atores sociais que tendem a interagir de modo litigioso com o Estado, elites e outros atores;
2. Auxilia na percepção de identificar se os atores sociais combinam ou não formas litigiosas de ação coletiva dentro ou ao redor das instituições;
3. Podem indicar mudanças no repertório, nas oportunidades e nas restrições de ações coletivas;
4. Pode indicar se há comunicação entre os diversos grupos sociais que denotem mudanças nas estratégias de ação dos mesmos;
5. Pode ainda revelar se há alguma mudança nos padrões da ação coletiva que leve a uma situação de revolução e se a interação entre pessoas com o poder e seus desafiantes podem resultar em revoluções.

Com base nestes parâmetros teórico-metodológicos seguimos à procura de instituições na cidade de Balneário Camboriú – BC - que pudessem disponibilizar material para coleta de dados. A pesquisa junto à universidade pautou-se pela busca junto ao site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – onde se constatou a inexistência de qualquer trabalho que referendasse tal tema⁴.

Descartada a primeira possibilidade de analisarmos a produção acadêmica para obtenção de dados, partimos para a identificação de instituições públicas presentes na cidade que pudessem nos oferecer a possibilidade de consultas a documentos que revelassem a existência de

⁴ A de se registrar que existem trabalhos de Pós-Graduação, em nível profissionalizante, mestrado e doutorado, porém a maioria voltada para as áreas de: Turismo e Hotelaria, Administração, Arquitetura, Gastronomia, Ciências Biológicas, Saúde, Educação. Encontramos ainda trabalhos voltados para a área das Ciências Sociais e Políticas Públicas, mesmo assim nenhum abordou a questão da participação política na esfera pública, ação coletiva, movimentos sociais ou estudos que focassem a temática do confronto político. A pesquisa somou ao todo 19 trabalhos de Pós-Graduação, assim distribuídos: três a nível profissionalizante; 15 dissertações; 1 tese. O critério para busca foi utilizar as expressões “participação em Balneário Camboriú”, “Ação coletiva em Balneário Camboriú”, “Movimentos Sociais em Balneário Camboriú”, “Confronto político em Balneário Camboriú” e “Conflito político em Balneário Camboriú”, com a opção de “todas as palavras” para todos os três níveis de produção aqui informados. Tentou-se ainda o emprego do termo “participação política em Balneário Camboriú”, porém sem sucesso, apenas três dissertações encontradas todas já citas na busca anterior. Para maiores informações acessar: <http://servicos.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>

conflito. Encontramos então a presença do Ministério Público Estadual – MPSC - ⁵ que desde 2001 conta com um escritório junto ao Fórum da cidade; Identificamos ainda a existência do Arquivo Histórico inaugurado em 1992 e que atualmente encontra-se anexo à Biblioteca Municipal⁶.

Com base na interpretação deste referencial teórico-metodológico a dissertação conta com o emprego de duas técnicas de pesquisa, são elas: documental (pesquisa em livros do MPSC em BC e pesquisa hemerográfica de jornais no Arquivo Histórico Municipal da cidade e na internet) e entrevistas com atores identificados junto à coleta de dados e que serviram para complementar os dados obtidos.

A pesquisa documental

A pesquisa documental caracteriza-se pela tentativa do pesquisador em obter dados que ainda não tiveram tratamento científico. São exemplos de documentos: relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação (OLIVEIRA, 2007).

Assim, compreendemos um documento como sendo: uma fonte de informação verdadeira que pode ser consultada a partir das mais diversas mídias escritas ou áudio visuais como: impressos de todos os tipos, filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres.

A análise documental é uma etapa na qual o pesquisador é provocado a transformar os dados obtidos em conhecimento. Parte-se daí da capacidade de interpretação do pesquisador, buscando fazer relações espaços-temporais entre os dados obtidos na sua realidade empírica e com o que se busca responder.

Por este motivo o pesquisador precisa se interar da realidade do autor do documento, pois um documento pode revelar um contexto sócio-histórico no qual possuam pessoas envolvidas, grupos sociais locais ou de fora que contribuíram para a confecção do mesmo. Além disto, um documento sempre é gerado com uma intencionalidade, por

⁵ Havia a possibilidade de consulta junto ao Ministério Público Federal - MPF, com escritório na cidade vizinha de Itajaí. Porém o tempo para execução da pesquisa nos limitou acessar os dados desta base. Avançando na pesquisa, descobrimos a existência de denúncias protocoladas no MPF por ONGs de defesa ambiental que atuam em BC e que realizaram em ambas as instancias as denúncias.

⁶ Há de se registrar que a pesquisa realizada junto ao material do Arquivo Histórico nos possibilitou o contato com diversos jornais de circulação local, regional e estadual.

este motivo entender o autor é importante para se entender o significado do documento por ele criado.

Ainda assim a pesquisa documental contou com a pesquisa hemerográfica. Segundo Seibel (2009), a pesquisa hemerográfica consiste no estudo de fenômenos sociais e políticos que podem ser evidenciados através de notícias jornalísticas através de jornais, revistas, ou da internet.

Tal modelo de pesquisa pode apresentar três tipos de características muito importantes e que possuem evidências diretas para o nosso fenômeno estudado, são eles:

- 1) Os jornais conferem visibilidade pública a fatos e fenômenos. Este processo pode provocar uma transformação no *status* e no interesse público dos mesmos, condição fundamental para tornarem-se objeto de políticas públicas. Ex.: reforma da previdência;
- 2) As matérias jornalísticas expressam a dimensão de interesses, conflitos e dimensão das conflitividade que perpassam a dinâmica dos fatos e fenômenos;
- 3) A partir de uma pesquisa hemerográfica pode-se analisar o desdobramento de um fato numa perspectiva global. Ex.: o debate sobre recursos hídricos nos países em desenvolvimento (SEIBEL, 2009, p. 1).

Com os resultados obtidos a partir da tabulação dos dados nas fontes públicas buscou-se entender melhor a realidade daqueles que de algum modo contribuíram para a confecção dos documentos públicos por nós analisados.

A segunda técnica de pesquisa usada foi a da entrevista. Assim, realizamos entrevistas complementares que tinham por objetivo esclarecer dúvidas das quais os dados quantitativos não informavam. Tal pesquisa possui um caráter qualitativo e tem características que tentam revelar os aspectos subjetivos que cercam o objeto investigado. Geralmente é usada quando o pesquisador quer entender a natureza de seu objeto partindo da observação empírica registrando a conversa em diário de campo ou em gravações de áudio e ou vídeo previamente autorizada pelo entrevistado.

Entrevistamos assim um dos promotores públicos do MPSC de BC que já assumiu a Curadoria do Meio Ambiente, além de entrevistarmos também: jornalistas e ativistas dos movimentos sociais ambientalistas da cidade.

O Tratamento dos dados

O tratamento dos dados seguiu-se do seguinte modo: para os dados documentais processamos suas informações na planilha de dados Excel. Confeccionamos tabelas e a partir daí criamos gráficos para a interpretação destes⁷.

Assim procuramos inicialmente o MPSC que possui uma seção no Fórum da cidade. Ali realizamos uma pesquisa nos livros de registros no qual ficam protocoladas todas as denúncias que são encaminhadas para o MPSC. Realizamos coletas de dados que compreenderam os últimos dez anos de 2001 a 2010. Este recorte temporal foi assim determinado porque a seção do MPSC de BC começou suas atividades em 2001, sendo possível mapear todos os trabalhos realizados até 2010.

Nosso objetivo neste momento foi rastrear todas as denúncias protocoladas que indicassem conflitos com atores coletivos. Ao todo encontramos 1.170 registros, dos quais 648 se enquadravam com o que procurávamos, assim, analisamos cerca de 55% de todas as denúncias. O modo pelo qual conseguimos tal identificação pôde ser aferido porque o livro de registro consta: o “representante”, quem denunciou; o “representado”, o denunciado; o resumo do objeto de disputa; e a curadoria, o setor do MPSC que recebeu e assumiu a denúncia⁸. Por motivos de agenda não estudamos os processos, limitamo-nos apenas a identificação dos representados, representantes, de seus objetos de conflito e suas respectivas curadorias.

De acordo com Sidney Tarrow (2009), em se tratando de confrontos políticos coletivos, pelo menos um dos atores envolvidos é sempre o Estado. A pesquisa revelou que o Estado na figura da administração pública municipal e suas autarquias foram em muitos momentos os representados.

Neste caso o MPSC é entendido como: uma espécie de linha de frente do Estado, pois em um primeiro momento recebe a denúncia e investiga; segundo, constatada a veracidade e analisada as provas da

⁷ Decidimos usar os gráficos para a apresentação dos dados uma vez que a quantidade de variáveis encontradas na pesquisa empírica se revelou expressiva.

⁸ Apesar da organização do MPSC de BC quanto ao arquivamento dos livros de registro, isso não significou o mesmo para com o registro dos protocolos que em alguns momentos apresentou elegibilidade na escrita; registros com ausência de informação em um ou mais campos; linguagem extremamente técnica ou abreviações específicas da linguagem jurídica. Recentemente o MP adotou a informatização do protocolo aposentando assim o uso dos livros. Mesmo assim em alguns casos falta o preenchimento de dados o que reflete a pouca cultura na composição de dados que possibilite um acesso rápido às informações para pesquisa de dados estatísticos.

denúncia, o MPSC, assume a causa do conflito para si (que foi realizada pelo representante) e instaura um processo contra o representado.

Neste sentido, a escolha em pesquisar o conflito político a partir das denúncias realizadas ao MPSC se dá pelo fato de conseguirmos mapear justamente aqueles conflitos que se tornaram “reais” ou “visíveis” para o Estado e que até então “seriam imperceptíveis” a ele. Tal análise também identifica nossa pesquisa como um típico trabalho de Sociologia Política ao conseguirmos identificar esta relação de comunicação e interação entre sociedade e Estado.

Um segundo tipo de consulta pública foi à pesquisa hemerográfica. Esta pesquisa aconteceu em dois momentos. Primeiramente visitamos a Biblioteca Municipal a qual conta com o departamento do Arquivo Histórico de Balneário Camboriú. Neste departamento fizemos um levantamento dos Jornais que circularam e que circulam na cidade.

Após consultarmos diversos jornais e de coletarmos alguns dados destes, percebemos que muitas notícias se repetiam entre eles. Percebemos também que a consulta a mais de um jornal seria difícil de ser feita por dois motivos: primeiro, o tempo que dispusemos para este trabalho nos limita; segundo a quantidade de leitura é demasiadamente grande para que se possa dar conta com um único pesquisador. Por estes motivos, criamos critérios para a pesquisa hemerográfica. Optamos por fazer uma consulta do jornal local com maior tempo de circulação e em atividade, sendo ele identificado como: Jornal Página 3 – JP3⁹.

Além dos fatores já apresentados, mais duas situações contribuíram para a escolha de um jornal local como o Página3, são elas: os demais jornais não apresentaram o arquivamento de todas as edições, pois o arquivamento dos jornais depende ou de assinatura ou da disponibilidade dos mesmos em ceder um exemplar para arquivamento. Isto não ocorre com o JP3 que conta com todas as suas edições arquivadas desde o seu lançamento no Município.

Apesar de ser um jornal local, o JP3 vive dos acontecimentos da cidade, o que em nossa ótica é favorável, pois acaba “vivendo” as notícias locais com maior intensidade e durante mais tempo que os jornais de grande circulação¹⁰. Por este motivo o JP3 acaba noticiando

⁹ A publicação do JP3 é semanal e anexo encontra-se a primeira edição de todos os jornais locais que foram publicados na cidade até o ano de 2010.

¹⁰ Por jornais maiores entendemos aqueles jornais que têm como seu foco de ação uma área de cobertura maior do que a do município pesquisado, jornais estes de circulação regional, estadual ou nacional. Ainda assim até mesmo os grandes jornais pertencem a uma cidade e nestes casos, em sua maioria destinam cadernos especiais para as notícias locais. Geralmente

com maior frequência um tema. Diferentemente, os jornais maiores por possuírem uma cobertura maior acabam por noticiar assuntos de forma mais superficial. Quando estes jornais se aprofundam mais sobre um tema o fazem ou porque é um “furo” de reportagem ou porque possuem um interesse maior sobre o tema, porém quando a notícia se esgota, o assunto rapidamente sai das manchetes. Tal constatação faz dos jornais locais como o JP3 uma fonte de pesquisa de extrema importância.

Focamos nesta coleta de dados às manchetes de capa e as demais reportagens presentes nos cadernos do JP3 que indicassem algum tipo de conflito coletivo. Conseguimos assim identificar diversos conflitos coletivos no município e como na consulta do MPSC identificamos os atores envolvidos.

Um segundo momento da pesquisa hemerográfica aconteceu através da consulta de dados na rede mundial de computadores – internet. Encontramos diversas notícias em vários meios de comunicação que noticiaram o conflito político em Balneário Camboriú. Usamos deste material como fonte interpretativa do fenômeno, porém não incluímos estas matérias na construção dos gráficos, ficando estes confeccionados apenas com o material obtido da pesquisa junto ao JP3.

O Página3 passou a disponibilizar um “jornal virtual” a partir de fevereiro de 2008 com a inserção de matérias, muitas das quais publicadas em sua versão impressa. O acesso pode ser pelo endereço: <http://www.pagina3.com.br/>.

A coleta de dados junto ao JP3 teve um espaço temporal maior do que a do MPSC de BC. Como o jornal possui vinte anos de circulação decidimos fazer um levantamento mais superficial nos dez primeiros anos onde focamos aqueles confrontos políticos que se caracterizavam mais por manifestações onde a mobilização se deu através de passeatas, greves etc.

Foi a partir de 2001 que refinamos nossa coleta. Optamos por esta estratégia porque decidimos cruzar os dados dos últimos dez anos de matérias do jornal com os últimos dez anos de denúncias no Ministério Público. Os resultados obtidos do cruzamento mostraram que os confrontos políticos que mais mobilizam a coletividade são aqueles voltados à questão do meio ambiente e que serão melhores explorados nos capítulos a seguir.

nestas cidades onde os grandes jornais estão presentes existem pequenos jornais que concorrem pelos leitores e patrocinadores. Porém em BC não há nenhum jornal grande ficando nossa pesquisa focada nos pequenos jornais que se caracterizam pela vivência diária das notícias locais.

Para uma interpretação dos dados obtidos a partir destas fontes públicas se fez necessário pesquisar a história do município. Pesquisamos desde sua emancipação, 1964 até 2010. Após mapearmos os atores coletivos envolvidos nas ações de conflito realizamos algumas entrevistas complementares com membros de três segmentos da sociedade, a saber: promotores públicos do Ministério Público – MP - de Balneário Camboriú-SC; Jornalistas que cobriram os últimos anos da história da cidade; e ativistas ambientais que compõem a Organização Não Governamental Instituto de Desenvolvimento e Integração Ambiental – ONG Idéia. Os resultados dos dados obtidos se transformaram na dissertação aqui apresentada.

Organização das sessões de leitura

Iniciamos com esta seção que da conta da Introdução e da metodologia empregada, apresentamos ainda a técnica de pesquisa, o modo como tratamos os dados e a divisão da apresentação deste trabalho.

No Capítulo 1, justificamos a escolha pelo referencial teórico, apresentamos o debate teórico acerca da produção acadêmica sobre movimentos sociais no Brasil. Em seguida apresentamos os principais conceitos da CP como: “repertórios”, “ciclos de confronto”, “movimentos sociais”, “oportunidades políticas” e “Estados fortes e fracos”. Neste capítulo, para este último conceito sistematizamos a partir da representação gráfica o modo como interpretamos o conceito de “Estado fraco” e como operacionalizamos ele na interpretação dos fenômenos na cidade de Balneário Camboriú.

No Capítulo 2, Realizamos uma breve contextualização da cidade, e a partir desta operacionalizamos os conceitos de “Estado fortes e fracos”, “estruturas de oportunidades”, “aliados influentes” e “ciclos de confronto”, apresentamos ainda os resultados obtidos na pesquisa junto ao MPSC de BC entre os anos de 2001 e 2010.

No Capítulo 3 nos detivemos na apresentação dos resultados obtidos junto ao MPSC e a pesquisa hemerográfica realizada no Arquivo histórico tendo como fonte de pesquisa o JP3. Nossa inspiração para este capítulo tem como base o trabalho de Mario Funks (2001) com o estudo intitulado: “Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas”.

Esta dissertação não encerra a discussão sobre o tema ação coletiva. Nosso desejo é que o leitor ao final deste trabalho possa refletir criticamente sobre o tema; além de contribuir para a renovação do

debate a cerca da ação coletiva de confronto no Brasil, bem como, sobre o debate metodológico de pesquisas nesta área. Acreditamos ter contribuído.

1. Capítulo I

1.1 A pesquisa sobre movimentos sociais no Brasil

É diante das transformações sociopolíticas que as Ciências Sociais vêm tentando entender os processos pelos quais os Movimentos Sociais têm contribuído para a ampliação da participação e para a sustentação da democracia no Brasil. Durante todos estes anos a Academia e seus pesquisadores construíram uma literatura rica que tentou explicar tais acontecimentos.

Porém, há uma dicotomia nesta constatação. Nas últimas duas décadas apesar das conquistas já mencionadas, a Academia brasileira, em relação à Academia internacional, teria se retirado e se acomodado quanto ao debate de novas lentes analíticas capazes de interpretar a Ação coletiva. Esta constatação veio a partir da década de 1980¹¹, onde Marcelo Kunrath Silva (2010) aponta que os estudos sobre militatismo; dinâmicas e sentidos do associativismo; e políticas contestatórias teriam sido de certo modo negligenciadas pela academia brasileira.

Já na ótica de Samira Kauchakje (2010)¹², foi justamente neste período que a onda neoliberal tomou o mundo com o fim do comunismo real vivido na então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. Este evento revela a autora, trouxe para as Ciências Sociais uma crise ao paradigma dos Movimentos Sociais.

Se [...] as únicas ideias relativas à ordem social provêm da Direita, é porque o projeto socialista – forjado na Europa Ocidental entre 1848 e 1891 e que inspirou os movimentos sociais em todo o mundo desde então fracassou no Leste e no Oeste (PRZEWORSKI, 1994 *apud* KAUCHAKJE, 2010, p. 122).

Como explica Kunrath (2010), boa parte de nossa literatura, que se refere aos Movimentos Sociais, possui forte aspecto normativo, ou

¹¹ Na visão de Kunrath, haveria no Brasil, uma ausência de debates e produções acadêmicas para com estes temas em particular, o que configuraria tal situação. Para um maior aprofundamento ler: SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? - Reflexões a partir da literatura brasileira recente. Ciências Sociais Unisinos, v. 46, p. 2-9, 2010.

¹² Para um maior aprofundamento ler: KAUCHAKJE, S. 35 anos de pesquisa sobre movimentos sociais: permanências e diversidades nas teses e dissertações realizadas na USP e na Unicamp. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 3, p. 113-132, 2010.

seja, parte da literatura apresenta forte defesa ao modo de organização dos Movimentos Sociais com base em “posições político-organizativas.”

Este posicionamento metodológico-normativo leva o pesquisador a assumir algumas posturas além de consequências para o estudo da ação coletiva, tais como: primeiro, a atuação dos atores empíricos é determinada por pressupostos que idealizam os Movimentos Sociais como um “tipo ideal” de organização que combate as injustiças feitas por setores mais privilegiados contra os setores menos favorecidos e desprovidos de diversos recursos; segundo, alguns pesquisadores envolvidos com a prática do movimento acabam por se tornarem também propositores da organização e da ação dos Movimentos Sociais uma vez que eles, os pesquisadores, percebem uma realidade a partir dos dados empíricos coletados/vivenciados por eles; terceiro tal postura normativa restringe uma análise mais abrangente de outros atores envolvidos na construção da ação coletiva, que muitas vezes é negligenciada por tal literatura. Percebe-se assim que estudos sobre as elites são desconsiderados por serem percebidas como tradicionais, clientelistas, conservadores, autoritários e etc. (Idem 2010).

De acordo com Kunrath (2010) parte da literatura recente mostra certa continuidade nesta linha de pesquisa normativa concentrando principalmente a análise de: qual deve ser o papel e qual a forma de atuação que os movimentos devem assumir.

Outra perspectiva de pesquisa é a abordagem histórica que foca uma análise descritiva dos Movimentos Sociais. Estes trabalhos são marcados principalmente pela reconstrução factual dos processos pesquisados bem como por uma ausência de referencial teórico sobre os Movimentos Sociais que explique o surgimento, a ação, a manutenção e a transformação destes.

Diferentemente da abordagem normativa e da abordagem descritiva encontra-se a perspectiva da *Contentions Politics* - CP¹³ - cuja perspectiva é a tentativa de criar modelos analíticos e metodológicos capazes de instrumentalizarem análises mais complexas acerca da organização, da sustentação e da ação dos atores envolvidos nos Movimentos Sociais. Esta vertente vem dominando os últimos dez anos de pesquisas no cenário internacional sobre o confronto político e recentemente tem se mostrado um novo caminho para os pesquisadores

¹³ A *Contentious Politics* – CP – inicialmente era conhecida como Teoria do Processo Político – TPP. Um trabalho que propõe uma síntese e explica tais transformações de nomenclaturas e da incorporação de novos conceitos pelas teorias aqui mencionadas pode ser encontrado em: ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

brasileiros que começam a se familiarizar com esta abordagem para explicarem a ação coletiva no Brasil (Idem 2010).

O que o trabalho de Kunrath (2010) nos mostra é que no Brasil não há um debate teórico comum que consiga articular um conjunto de produção acadêmica sobre Movimentos Sociais capaz de criar uma agenda de pesquisas sobre o tema. Samira Kauchakje (2010) mostra que, apesar de não haver uma agenda de pesquisa, que unifique os trabalhos, isso não refletiu uma queda da pesquisa por parte da academia brasileira, mas um aumento significativo nos estudos que revelaram a diversidade dos movimentos existentes no país.

Tanto no trabalho de Kunrath (2010) quanto no trabalho de Kauchakje (2010) ambos identificam três grandes correntes que se dedicam a explicar os Movimentos Sociais, são elas: Teoria dos Novos Movimentos Sociais – TNMS, Marxista-estrutural, *Contentious Politics* – CP.

A primeira corrente concebida na Europa tem como principais autores Alain Touraine (1978-83) Jürgen Habermas (1981-84-87) e Alberto Melucci (1980-88-96). O foco de análise desta corrente é a identidade como conceito chave para a compreensão dos Movimentos Sociais. No Brasil, em especial, pesquisadores como Ilse Scherer-Warren e Krischke (1987) desenvolveram pesquisas a partir deste referencial teórico.

A segunda corrente, também desenvolvida na Europa, é norteada pela ideia de que os Movimentos Sociais seriam atores empíricos capazes de produzirem efeitos transformadores na sociedade e na política que organiza o Estado. A constituição dos Movimentos Sociais é deixada em segundo plano por esta corrente, pois confere mais atenção aos conflitos sociais e de classe. Os teóricos desta corrente acreditam que os Movimentos Sociais seriam formados por contextos macroestruturais tais como: globalização, reestruturação do capitalismo, visão neoliberal de economia etc.

Recentemente, no Brasil, a terceira corrente começa a ganhar mais visibilidade¹⁴. De origem norte-americana, conta com teóricos como Charles Tilly (1975), Sidney Tarrow (1993) e Doug MacAdam (1982)¹⁵. Estes autores criaram conceitos como: Estruturas de Oportunidades Políticas – EOP, Repertórios de Ação – RA, Ciclos de

¹⁴ “No Brasil, o trabalho pioneiro nessa direção é o de Boschi (1987), que utiliza uma versão estilizada da TPP – Teoria do Processo Político - para tratar das mobilizações durante os processos de redemocratização” (ALONSO, 2009, p59).

¹⁵ Há ainda um quarto autor frequentemente citado pelos três outros autores, seu nome: William Gamson com trabalhos em 1975 e 1968.

Protesto. Estes conceitos são instrumentos analíticos que tentam compreender os processos de criação e de manutenção dos Movimentos Sociais¹⁶.

Esta abertura por parte dos pesquisadores para com a CP mostra que a Sociologia Política brasileira começa a dar sinais de retomada e revalorização dos estudos sobre Movimentos Sociais¹⁷. Mesmo assim a busca por uma agenda de pesquisas que unifique os trabalhos sobre Movimentos Sociais ainda parece estar longe de acontecer. A CP tem como proposta criar um arcabouço teórico que possibilite reunir os principais conceitos sobre Ação Coletiva, Movimentos Sociais e Revolução com a ambição de articular a complexa tarefa para entender a constituição e a atuação dos atores coletivos para com os protestos políticos.

Como afirmou Tilly (2010), não temos nenhuma garantia que os Movimentos Sociais vão acabar ou se continuaram do jeito que são. Porém podemos afirmar que: eles, os Movimentos Sociais, podem se transformar, se aprimorar, adquirir novas roupagens, produzir novos repertórios, novas demandas sociais podem surgir, ou seja, os Movimentos Sociais podem se reinventar. É com esta perspectiva que nos lançamos na pesquisa sobre Movimentos Sociais na cidade de Balneário Camboriú-SC cujo objetivo principal é mapear o confronto político a partir da relação entre sociedade organizada e o Estado.

1.2 O referencial teórico

Para construir esta dissertação optamos pelos estudiosos norte-americanos já citados que tentam explicar a ação coletiva conflituosa. Conceitos como: “repertórios” criados por Tilly (1975); “oportunidades políticas” criados por Tarrow (1993); também como a obra *O poder em Movimento*¹⁸ de Tarrow (2009); além da obra conjunta publicada em 2001 em parceria por Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly –

¹⁶ Há ainda, segundo Kunrath (2010), uma quarta corrente identificada como hermenêutica-fenomenológica, cujo objetivo é dar importância às análises que compreendem os significados e os sentidos atribuídos pelos atores sociais que compõem a estrutura, a organização e a ação dos Movimentos Sociais, podendo assim, servir como recurso analítico pelos pesquisadores. Além disto, esta corrente serviria com o propósito de desnaturalizar e problematizar os pressupostos teóricos ou normativos dos pesquisadores.

¹⁷ Em especial apresentam publicações direcionadas ao tema dos Movimentos Sociais: *Sociedade e Estado* (2006); *Estudos Históricos* (2008); *Caderno CRH* (2008); *Lua Nova* (2009); *Revista Brasileira de Ciência Política* (2010).

¹⁸ A obra: *O poder em movimento* chega com dez anos de atraso no Brasil após a sua segunda edição publicada nos Estados Unidos.

Dynamics of Contention – tem sido o principal foco da literatura internacional sobre Movimentos Sociais nos últimos dez anos¹⁹.

O argumento fundamental desta abordagem é que há uma relação direta entre política institucional e conflitos políticos que se desenvolvem fora das instituições, hora a favor delas, hora contra as instituições. O objetivo principal da CP é analisar a ligação dos repertórios usados pelos insurgentes a partir de leituras feitas por eles através de quadros interpretativos disponibilizados pelas possíveis ameaças declaradas de seus opositores.

Nossa escolha por este referencial teórico é justificado por entendermos que há atualmente nas Ciências Sociais brasileiras a necessidade do aprimoramento quanto às técnicas no que concernem as pesquisas sobre os Movimentos Sociais. Buscamos assim contribuir a partir deste trabalho para com o desenvolvimento analítico dos estudos sobre tal objeto afastando-nos das análises de caráter normativo e nos aproximando da atual literatura internacional.

Apesar disto, sabemos e compreendemos as limitações que este referencial nos apresenta. De acordo com Alonso (2009), autores como: Cohen (1985); Polletta (1999); Piven e Cloward (1995) apresentam os quatro pontos mais enfatizados acerca das críticas à CP: primeiro, há inicialmente, por parte dos teóricos da CP uma excessiva abordagem estruturalista e um determinismo político que sobrepõe a “sociedade política” sobre a “sociedade civil”, o que acarretaria uma dificuldade em distinguir o que é a sociedade civil e o que é a sociedade em geral; segundo, o conceito de “estrutura de oportunidades” seria demasiadamente abrangente, conferindo há este pouco poder explicativo; terceiro, há poucos estudos nesta abordagem que expliquem as relações dos diferentes repertórios empregados pelos grupos coletivos; quarto argumenta-se que a CP não consiga rastrear a diversidade de repertórios criados pelos atores coletivos, em momentos específicos ou em longos espaços temporais.

Na tentativa de solucionar tais impasses os teóricos da CP incorporam alguns dos conceitos da TNMS como: “identidade coletiva”

¹⁹ Como informa Rebeca Abers e Marisa Von Bülow na Apresentação da Revista Brasileira de Ciência Política – RBCP – nº3 – de janeiro/julho de 2010, além dos autores já citados que contribuíram para o desenvolvimento dos estudos sobre ação coletiva conflituosa, outros autores americanos e europeus não podem deixar de serem mencionados, tais como: Alberto Melucci, Mario Diani, John McCarthy, Mayer Zald, Ann Mische, David Snow, Ron Aminzade, Donatella della Porta, cada um com o desenvolvimento de conceitos que hoje podem ser interrelacionados.

e de modo mais central a “cultura” como instrumentos analíticos na compreensão das mobilizações (ALONSO, 2009).

Isso significa que esta abordagem privilegia os repertórios de conflito, por este motivo acabaria por não conseguir uma análise mais qualificada entre os repertórios de conflitivo e os repertórios não conflitivos, ou seja, ao privilegiar o primeiro acaba não mapeando as possíveis relações entre estes repertórios ao longo do tempo. A saída para tal problema seria a criação de modelos analíticos que possibilitassem mapear os repertórios de conflito e ao mesmo tempo os repertórios não conflitivos utilizados pelos diversos atores coletivos que compõe uma sociedade (KUNRATH, 2010).

1.3 Construindo uma teoria através de símbolos

Ao interpretarmos Charles Tilly (2010) podemos afirmar o seguinte sobre a ação coletiva: ela – a ação coletiva - é uma instituição inventada pelas pessoas. Tal interpretação conduziu-nos a observar a ação coletiva como sendo fruto da construção social da divergência²⁰ de pensamentos ou ações públicas manifestadas por: indivíduos; coletivos distintos; representantes do Estado ou pelo próprio Estado.

Neste contexto a própria divergência que gerou a ação coletiva é uma invenção social. Destacam-se assim os desejos ou vontades manifestadas em público por indivíduos ou grupos de interesse através da apresentação de Leis, exposição de ideias ou de intenções até a transformação física e social de um espaço, de um ser ou de todo um sistema.

Na perspectiva de Sidney Tarrow (2009), que incorporamos neste trabalho, as divergências que surgem entre grupos distintos e dentro dos próprios grupos podem ser originados por incentivos múltiplos, tais como: materiais, ideológicos, partidários, de grupos específicos para com outros grupos, por episódios de longa duração ou de curta duração.

A divergência cria um confronto que para Tarrow é sempre um “confronto político”. Uma vez deflagrada a divergência tem-se início ao confronto político que se caracteriza por uma disputa de poder sobre um determinado objeto entre os grupos envolvidos. Os conflitos, para este autor ocorrem sempre entre “desafiantes” e “autoridades”. Por confronto político entende-se uma gama de ações coletivas que vão desde súplicas

²⁰ A palavra “divergência” não parece em destaque nos autores da *contentions politics*, ela é uma interpretação nossa a cerca da melhor forma que encontramos para expressar possíveis diferenças que resultem em um conflito político.

humildes, passando por ataques violentos, petições e até mesmo passeatas, palavras de ordem e em alguns casos revoluções (MACADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Quando um grupo consegue sustentar suas ações contra o grupo opositor a partir de densas redes sociais, utilizando-se da interpretação de quadros culturais, de símbolos comuns e da orientação da ação por lideranças, temos um Movimento Social. Quando esta ação se espalha para outros grupos, em outros lugares, que compartilham ou prestam solidariedade com a causa do primeiro grupo, inicia-se um ciclo de protestos; se a organização dos protestos está nas mãos de lideranças antagônicas com muita força política que disputam o controle de um Estado então estamos diante de uma revolução.

Na opinião de Tarrow (2009) os movimentos sociais são cíclicos. Sua evolução como coletivo de contestação é fruto de uma organização de líderes ou de um líder, que se estrutura; produz alianças; cria capacidade de mobilizar massas; de sustentar protestos por determinado período; e de suas posições políticas assumidas em sua realidade.

Os teóricos da *contentious politics*²¹ percorreram um longo caminho até chegarem às afirmações apresentadas aqui. Anteriores a eles, gerações de ativistas e de estudiosos dos movimentos sociais vêm se esforçando na compreensão deste fenômeno. Há ainda de se registrar que os teóricos da CP não consideram a ação coletiva como um resultado da anomia social, mas como uma situação originária da própria organização social.

Assim, se entendermos que a ação coletiva é uma instituição inventada pelas pessoas, podemos então ver os movimentos sociais como grupo de coletivos que lutam por significados. Ou seja, os líderes de um movimento, às vezes, sem saber ou propositadamente criam ou elegem símbolos que estão intimamente ligados a uma cultura local. Às vezes os símbolos não são originais da cultura onde foram empregados por terem sido importados de outras localidades que mantém algum tipo de comunicação, porém, acabam sendo incorporados no cotidiano das pessoas e assumindo significados.

A criação ou eleição de símbolos pelas lideranças dos grupos podem ser entendidas como “*frames*”²², ou seja, é um conceito intermediário usado por Tarrow (2009) e pelos teóricos da CP que busca

²¹ A partir de agora quando nos referirmos a *contentions politics* usaremos a abreviação CP.

²² “*Frames*” foi anteriormente usado por teóricos como: Piaget (1954); Goffman (1974); Gamson, Fireman, Rytina (1982), Snow (1986); Snow e Benford (1988/1992); Gusfield, McAdams (1994); Johnston (1995), cada um a sua maneira e que foi adaptado por Tarrow de acordo com seus trabalhos.

entender a cultura política²³ que operacionaliza os movimentos sociais. “*Frames*” são, portanto:

Quadros estruturais que dão suporte e sustentação às ações ao expressar os significados atribuídos àquelas ações coletivas por um movimento ou grupos social, e ao ser utilizado de forma estratégica para criar um conjunto de representações que expressam aqueles significados (GOHN, 2008, 87).

Então, um dos focos analíticos para se entender os grupos é compreender quais são os símbolos criados e usados pelas lideranças de um movimento. Por este motivo os pesquisadores que estudam ação coletiva de conflito precisam identificar as lideranças para entender como elas agem na organização dos movimentos sociais.

Outro modo para entendermos os movimentos sociais é compreendermos o modo como eles se organizam. Ao entendermos a sua organização penetramos no modo como as lideranças do movimento elaboram suas mensagens para o restante do coletivo.

As vantagens de se compreender as mensagens e os símbolos em um protesto é que eles são fruto de realidades empíricas, expressas em forma física, podendo ser observadas e analisadas. Neste sentido analisar documentos públicos se torna uma boa saída para o pesquisador quando este não tem acesso aos movimentos propriamente ditos, mas é importante salientar que os teóricos da CP não privilegiam a identidade coletiva do grupo, mas sim o modo como os líderes e as lideranças criam as mensagens e as difundem para o coletivo.

A grande contribuição de Tarrow para a CP e a teoria dos movimentos sociais é a criação do conceito de “ciclos de protestos.” Por “ciclos de protesto” entendemos o período no qual determinado confronto surge, o período de sua duração e quais os tipos de confrontos que se estabelecem em um determinado espaço de tempo, bem como os “repertórios” por estes utilizados.

Atrelados a este conceito queremos mostrar como os primeiros grupos que conseguiram sustentar suas ações conseguiram penetrar nas

²³ Tarrow não vê a cultura política como na ótica de Almond e Verba. ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].

trincheiras das autoridades, mostrando os pontos fracos possibilitando a outros grupos o caminho da ação.

Quando grupos menores partem para a ação - além de estarem contagiados pelo furor do momento - é porque aprenderam a partir da experiência dos primeiros grupos como agir. Logo se formam densas redes de mobilização, apoio e solidariedade tanto para os manifestantes quanto para as elites. Iniciam-se assim os ciclos de confronto.

A resposta do Estado quase sempre é reprimir, ou reformar as Leis para coibir os excessos. “A ampliação da lógica da ação coletiva conduz a resultados na esfera da política institucional, onde os desafiantes que começaram o ciclo têm cada vez menos controle sobre seus resultados” (TARROW, 2009, p. 44).

Um ciclo de confronto é diferente de uma Revolução. Nos ciclos de confronto o Estado ainda possui o poder central tendo sua hierarquia bem definida e o monopólio da violência nas mãos. Nesta situação as manifestações tendem a diminuir quando os objetivos dos insurgentes são atendidos.

Em uma revolução, o centro de poder de um Estado, está fragmentado, diversos grupos lutam para impor o seu governo e assim instalarem suas vontades como soberanas. Portanto, entendemos uma revolução como uma alteração rápida e violenta onde os grupos que assumiram o poder podem ser contestados por outros grupos insatisfeitos com a situação.

Mas, então poderíamos nos perguntar: Como os movimentos sociais são criados? Tarrow (2009) responde a esta questão afirmando que os movimentos sociais se formam quando oportunidades políticas são criadas por opositores que deixaram transparecer alguma vulnerabilidade para seus desafiantes.

Neste momento os líderes de um movimento operacionalizam os “quadros interpretativos”²⁴. Este conceito funciona para as lideranças como uma espécie de leitor da realidade. Quando os líderes fazem a leitura do momento precisam orientar seus quadros interpretativos para a ação local de acordo com os seus interesses. Este orientar significa

²⁴ Tarrow (2009, p.143) menciona dois conceitos para quadros interpretativos. Um proposto por Bert Klandermans (1997, p.44): “a transformação de questões sociais em quadros interpretativos da ação coletiva não ocorre por si própria. É um processo em que os atores sociais, a mídia e os membros de uma sociedade interpretam, definem e redefinem a situação conjuntamente”; o segundo conceito é adotado por David Snow e Benford (1992, p.137) com autoria de Erving Goffman e que entendem o quadro interpretativo como um “esquema interpretativo que simplifica e condensa o ‘mundo lá fora’, salientando e codificando seletivamente objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações num ambiente presente ou passado”.

estruturar toda uma estratégia e uma logística que precede as ações coletivas dos grupos. Lênin, por exemplo, criou a vanguarda para a teoria marxista; Mao, o exército revolucionário de camponeses ou o que se chama de “a linha de massa”. Ao fazerem esta adaptação a sua realidade, ambos fizeram o que se chama de “realinhamento do quadro interpretativo” (TARROW, 2009).

Seguindo esta linha de raciocínio entendemos os movimentos sociais como:

uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não tem poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por essa (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 21).

Entendemos também que esta definição pode ser contestada a qualquer momento, uma vez que, como já foi apresentado: há uma fragmentação do conhecimento atribuída ao confronto político, inúmeros estudiosos podem reclamar outros aspectos por eles considerados importantes e imprescindíveis para se conceituar os movimentos sociais.

Basicamente são quatro os elementos para se organizar as relações sociais que sustentaram um movimento. São elas; Estruturas de Oportunidades Políticas; Repertórios; Redes; Marcos Referenciais.

O confronto político desenvolve-se dentro dos limites criados por estruturas de poder afetando de forma significativa o comportamento político dos possíveis grupos envolvidos. Assim, os movimentos sociais se desenvolvem porque as estruturas formais dos governos e das políticas públicas oportunizam o seu surgimento, ou por facilitação ou por restrição, ou seja, por facilitação quando os governos permitem a manifestação ou por restrição quando os governos impedem a manifestação e assim provocam os militantes mais radicais a tomarem medidas extremas quanto à causa defendida; além disso, aliados influentes incentivam a ação dos movimentos sociais.

Portanto, “estruturas de oportunidades” são geradas por ações proveniente da esfera pública ou de empresas privadas que de algum modo ferem o interesse de algum grupo específico ou de uma coletividade maior, neste caso a sociedade em si. Desse modo, por “estruturas de oportunidades” entendemos como sendo a capacidade de

grupos de perceberem ou de interpretarem uma situação que de algum modo lhes atribua um risco ou uma perda ou um ganho qualquer.

Para Tarrow (2009) o conceito de oportunidade política é entendido como dimensões sólidas do ambiente político capaz de fornecer aos insurgentes incentivos para a ação coletiva. As oportunidades políticas, de certo modo, conseguem transmitir aos grupos dissidentes expectativas sobre o sucesso ou o fracasso da ação, mesmo assim as oportunidades políticas não podem ser entendidas necessariamente como sendo formais ou permanentes.

Pontua-se aqui a ideia de poder dos movimentos sociais que está ligado também ao modo como eles se organizam. Segundo Gohn (2008 99): o poder “deriva de um misto de recursos internos e externos; [...] mas principalmente das redes sociais que dão suporte ao movimento e das estruturas de mobilização que os ligam entre si”.

Ainda assim é necessário explicar como se organizam os movimentos sociais, por isso é necessários explicar três aspectos da organização.²⁵ Primeiro, existe uma “organização hierárquica formal”²⁶ onde se identifica objetivos comuns para um movimento ou contramovimento; Segundo, a “organização da ação coletiva para contatos com opositores” são reuniões não oficiais que ocorrem sem regularidade dentro de redes sociais²⁷ informais ou formais e que podem ser organizadas tanto por coalizões de grupos bem definidos ou por alguém sem notoriedade²⁸; Terceiro, a idéia de organização que leva em consideração as “estruturas conectivas” que ligam as lideranças e seus seguidores²⁹.

²⁵ O aporte teórico utilizado por Tarrow (2009) para sustentar o conceito de “estruturas de mobilização” está contido nos trabalhos de Robert Michels em especial na obra: *Iron Law of Oligarchy*. Para Michels (1962), as organizações – interpretemos aqui os movimentos sociais - tendem a se afastar de suas reivindicações primeiras com o passar do tempo, acomodando-se com a rotina e acabam por aceitar as regras e o funcionamento dos sistemas. Ao parafrasearmos Michels, o que se busca é explicar como os grupos conseguem organizar suas estruturas para a formação de um movimento social e ao mesmo tempo como eles podem se distanciar de suas propostas iniciais.

²⁶ O termo: “organização hierárquica formal” foi inicialmente definida por Zeld e McCarthy (1987) e usado por Tarrow (2009).

²⁷ Como nos lembra Gohn, (2008, p. 98, 99): O conceito de redes havia sido anteriormente elaborado por Melucci (1980-88-96) que trata as redes como termos psicossociais, como construtoras de identidades culturais que definem o autoconhecimento do grupo.

²⁸ O termo: “organização da ação coletiva para contatos com opositores” foi inicialmente definida por Gould (1995), McAdam (1988) e usado por Tarrow (2009).

²⁹ O termo: “estruturas conectivas” foi inicialmente definida por Diani (1995) e usado por Tarrow (2009).

Diante disto, defende que as organizações de movimentos sociais são obtidas através de bases unitárias locais, “parcialmente autônomas e contextualmente enraizadas, ligadas por estruturas conectivas e coordenadas por organizações formais” (TARROW, 2009, p.160).

No geral o que se quer explicar é que as redes que compõem um movimento social precisam de alguma maneira se manter comunicáveis umas com as outras, com certa autonomia para a ação, mas principalmente que mantenham comunicação com os centros de comando. Por quê? Porque se isso não ocorrer há grandes chances dos grupos se isolarem. Ao se isolarem não conseguem ações conjuntas com os demais grupos. O resultado é quase sempre a fragmentação do movimento social que se transforma em células isoladas, sem autonomia de decisão. Enfraquecidos e sem comunicação sucumbem aos seus oponentes.

Por este motivo, nos Estados modernos, as mídias de comunicação são imprescindíveis para que os vários integrantes dos movimentos estejam interligados às redes, por meio da imprensa, fone ou internet. Neste sentido a imprensa desempenha um papel crucial para divulgar os movimentos sociais.

A mídia tem uma capacidade enorme de difundir idéias e imagens. Ao fazer isso, quando cobre uma ação coletiva, acaba por difundir o “simbolismo visual” que os grupos querem passar. O problema em questão é que a mídia não é neutra. Em alguns casos onde os jornalistas têm simpatia pelos movimentos, as lideranças dos grupos podem tirar vantagem com a propaganda positiva da cobertura do conflito. Mas, geralmente a mídia acaba fazendo uma cobertura e noticiando um conflito porque vende jornais ou porque atrai telespectadores³⁰.

Nas sociedades capitalistas a indústria da mídia acaba afetando a informação que chega aos telespectadores porque a mídia da preferência a eventos dramáticos e visíveis; porque os jornalistas confiam em fontes oficiais; há novos ciclos de notícia que podem surgir fazendo com que a

³⁰ Isso é o que mostra Tarrow (2009), quando em 1997, os trabalhadores da Renault, na Bélgica foram surpreendidos com o fechamento das operações da montadora no país. Solidários os funcionários da Renault francesa e espanhola, cruzaram as fronteiras de seus países e seguiram juntos até Bruxelas para protestarem contra o fechamento da montadora. Este evento foi noticiado pela imprensa como o protesto de “Eurostrike” e ganhou evidência a partir dela. Mas a manifestação não virou notícia porque a mídia simpatizou com os manifestantes, mas porque noticiava uma “greve internacional”. O autor menciona outros dois exemplos, são eles: Em 1950 os afro-americanos deram início a sua campanha por “direitos” iguais entre brancos e negros nos Estados Unidos; Nos anos de 1970 na Polônia o mundo viu o fortalecimento do movimento Solidariedade liderados por Lech Walesa.

mobilização de uma manifestação deixe de ser noticiada; a cultura local pode moldar os valores e a orientação profissional dos jornalistas, promovendo a competição pela melhor notícia estimulando assim a competição pelo furo de reportagem (Ibidem).

O modo como os meios de comunicação noticiam um confronto pode fazer com que se restrinja a formação de um movimento. Isso ocorre porque a mídia tende a informar que a vida pública é corrupta, contribuindo para o conformismo coletivo, principalmente se um dos alvos forem o Estado ou as autoridades podendo gerar apatia política; Segundo, a mídia é imediatista, assim, novos eventos que surgem após uma manifestação tendem a se tornarem mais importantes. A mídia só volta a noticiar um evento se ele apresentar uma reviravolta que possa ser explorada pelos meios de comunicação.

Portanto, quem cria as oportunidades políticas para ação dos movimentos sociais? O Estado. “Ele cria um meio ambiente favorável de incentivos e oportunidades para mobilizar e difundir as ações coletivas para movimentos ampliados” (GOHN, 2008, 99). Isso significa dizer que as instituições políticas possuem uma forte influência na criação dos movimentos sociais, ou seja, a explicação para o surgimento de um movimento social está fora do movimento e não dentro dele, o que nos leva ao conceito de Estado forte ou fraco.

Basicamente podemos interpretar do seguinte modo: os Estados fortes são regimes autoritários que constroem a oportunidade da mobilização e da participação política através dos instrumentos legais e repressivos, como por exemplo, a força policial. Já os Estados fracos podem ser caracterizados como aqueles descentralizados que propiciam um regime democrático, estimulando a crítica e a participação política através de eleições e de canais de aproximação com a sociedade.

Há a necessidade de se destacar que o conceito “força do Estado”³¹ está ligado diretamente a dois fatores que sustentam esta argumentação, são eles: “as estratégias preponderantes” e a “repressão ou controle do Estado”.

No que dizem respeito às “estratégias preponderantes”, estas podem ser usadas tanto por Estados fortes e fracos. São estratégias preponderantes as ações de um Estado em relação aos seus desafiantes que propiciam a inclusão ou a exclusão dos mesmos no sistema

³¹ Tarrow (2009) explica que devemos tomar cuidado ao empregarmos estes conceitos, pois “‘força’ e ‘fraqueza’ são valores relacionais que variam segundo os diferentes setores e níveis do Estado [...] É preciso ter a mesma cautela em relação ao conceito de ‘estratégias preponderantes’” (p. 113).

político³². A “repressão ou controle do Estado” tem geralmente vínculo maior com a imagem de Estados fortes. Caracteriza-se pelo uso da força policial contra os manifestantes. Porém, também pode ser usada pelos assim considerados Estados fracos, que por algum motivo não concordam com determinada mobilização.

E quais seriam as armas utilizadas pelos movimentos sociais contra os seus oponentes? Geralmente utilizam-se dos repertórios de ação. Constituem como repertórios de ação todos os tipos e táticas que já foram ou serão usados para chamarem a atenção das autoridades em manifestações. Os repertórios são frutos de experiências históricas e culturais que vão sendo modificadas e aprimoradas de acordo com a necessidade dos manifestantes. Podem ser considerados repertórios: reuniões públicas, passeatas, ocupações forçadas, construção de barricadas, greves, propagandas, ataques virtuais etc.

A eficácia de um repertório está atrelada basicamente em sua capacidade de surpreender seus opositores, desestabilizando-os temporariamente de modo a formar certo caos na sociedade. Quando um repertório é frequentemente repetido pelos movimentos sociais sua eficácia tende a ser diminuída uma vez que as autoridades aprendem a se defender. Uma vez diminuída sua eficácia é hora dos movimentos sociais reinventarem os repertórios.

Assim, Tarrow (2009) e os teóricos da CP exploram a ideia de que os movimentos sociais formam-se a partir de oportunidades que são criadas em um ambiente externo dos movimentos sociais. Pessoas que ao se sentirem de algum modo ofendidas, ameaçadas ou oprimidas por algo ou alguém (instituição pública ou privada) tendem a se organizar e a reclamar seus direitos. Suas ações são criadas e articuladas por líderes que percebem as ameaças externas e mobilizam coletivos a partir de quadros interpretativos da realidade usando como instrumentos para a mobilização símbolos comuns ao grupo. Os movimentos tendem a se organizar por densas redes conectivas, comunicando-se por mídias tradicionais ou alternativas. Os grupos utilizam-se de diversos repertórios de ação para agirem diante de oponentes mais fortes. Quando

³² Tarrow (2009) usa como exemplos os trabalhos de Gamson (1990), o qual, este, dá o nome de “preenpção” à terminologia de estratégias preponderantes e nos trabalhos de Hanspeter Kriesi (1995) que percebem estas variando sistematicamente em países diferentes. Este último faz um estudo e percebe como as estratégias preponderantes se apresentam de várias maneiras nos Estados fracos e fortes não havendo uma ordem fixa e estabelecida para a utilização dos Estados, o que configuraria a necessidade de se conhecer o local e sua realidade para a implementação das ações de inclusão ou de exclusão.

sustentam suas ações por longos períodos os teóricos da CP afirmam que estamos diante de um movimento social.

1.4 Operacionalizando o conceito de Estado Fraco

Os Estados fracos (democráticos), aponta Tarrow (2009), seriam facilitadores para o surgimento de ações coletivas e movimentos sociais porque possuem uma natureza descentralizada o que propiciaria a participação política da sociedade. Basicamente as ações propostas pelos Estados democráticos que são demandas à sociedade são interpretadas por ela, adaptadas e colocadas em prática conforme sua realidade. De acordo com as necessidades dos grupos existentes na sociedade, as demandas expostas pelos Estados democráticos criam interesses e necessidades que são reivindicadas pelos coletivos para com outros coletivos ou para com o próprio Estado.

É nesta situação de reivindicação que os conflitos podem surgir. O Estado “cria um meio ambiente favorável de incentivos e oportunidades para mobilizar e difundir as ações coletivas para movimentos ampliados” (GOHN, 2008, p.99), ou seja, a explicação para o surgimento de um movimento social está fora do movimento e não dentro dele, o que nos leva ao conceito de Estado forte ou fraco.

Assim operacionalizamos o conceito de “Estado Fraco” do seguinte modo: inicialmente imaginamos um telhado (Figura 1) que representa o Estado Fraco. Dentro do telhado está a clássica divisão tripartite dos poderes proposto por Montesquieu³³. As setas pontilhas em azul apontadas para baixo indicam essa divisão e a independência dos poderes; a seta transversal na horizontal representa a comunicação e a fiscalização existente entre os poderes.

Abaixo do telhado colocamos três categorias, a saber: partidos políticos, Administração Pública e MPs. Estes seriam encarregados de estabelecerem contato direto entre o Estado e a sociedade civil. A disposição destas categorias abaixo do telhado não configura uma posição fixa, apenas ilustrativa. Os partidos políticos pela representação oficial que o Estado garante aos representantes legítimos do povo; A Administração Pública é aqui utilizada para generalizar todas as autarquias e secretarias que se aproximam do cidadão nas mais diversas instâncias municipais, estaduais e federais; e Os MPs que se tornaram um canal de comunicação e fiscalização direta entre Estado e sociedade.

³³ MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. **O Espírito das Leis**. São Paulo: Martins Editora, 2005.

As setas de cor azul, abaixo do telhado, apontam à base na qual sugestiona a sociedade civil. Nesta base a sociedade civil é entendida como todos os coletivos existentes, por este motivo apresenta-se uma seta pontilhada verde na horizontal. À medida que recebem as demandas, adaptam à sua realidade. Esta adaptação pode gerar conflitos entre os coletivos e, que, se não solucionados entre si ascendem para a esfera pública. Algumas vezes as demandas enviadas pelo Estado produzem conflitos entre os coletivos ou entre os coletivos e o próprio Estado.

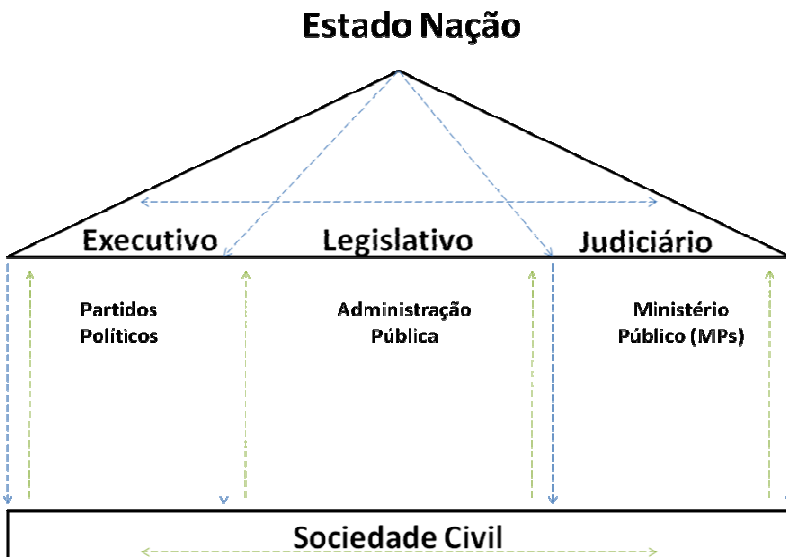


Figura 1

As setas verdes pontilhadas na vertical que saem da sociedade civil e que estão apontadas para cima em direção ao Estado se encarregam de informar a devolutiva que os coletivos perceberam e interpretaram sobre o que foi enviado pelo Estado. Esta devolutiva pode sinalizar aceitação das demandas ou a o estranhamento, o que pode produzir conflito.

Neste esquema os movimentos sociais estariam dentro da sociedade civil e estão representados em laranja (Figura 2). Nesta interpretação, sugerimos que os movimentos sociais seriam grupos que perceberam uma oportunidade para mobilização diante do que as

estruturas do Estado oportunizaram. É neste momento que o conceito de Estado Forte aparece.

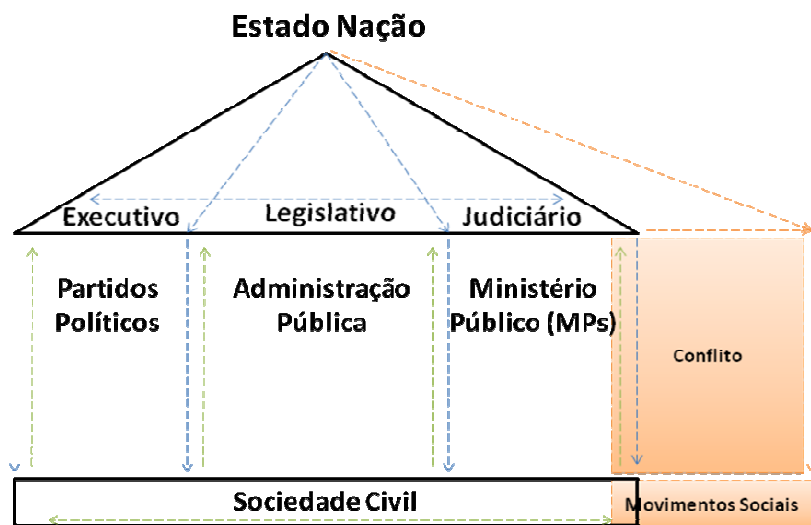


Figura 2

Quando os coletivos utilizam-se de repertórios já conhecidos pelo Estado, muito provavelmente não se perceberá a presença destes. Assim passeatas pacíficas, ou denúncias protocoladas por ONGs junto aos órgãos competentes poderão passar despercebidas em meio aos inúmeros acontecimentos cotidianos.

Porém, como podemos observar no esquema, a figura laranja onde está os movimentos sociais ultrapassa a área da sociedade civil e também a cobertura do telhado do Estado. Aqui surgem novas situações não previstas pelos Estados produzidas pela ação coletiva e pelos movimentos sociais que obriga o Estado a aprender e a identificar como deverão se comportar diante desta nova situação.

Conforme os movimentos sociais crescem, eles podem se expandir para dentro da sociedade civil ou para fora criando como mostra a representação uma nova área de conflito. A resposta do Estado é tentar mapear esta nova situação. Assim representamos esta situação com as setas laranja pontilhadas que saem do topo do telhado do Estado.

A mediada que o Estado aprende a lidar com a situação ele diminui os riscos de conflito extremados, acalma os ânimos dos manifestantes mais exaltados e restabelece a ordem. Isso não significa o

fim de passeatas e comícios ou de qualquer outro tipo de repertório usado pelos movimentos sociais. O que ocorre é que o Estado estabelece certo nível de previsibilidade e de controle para com as ações que podem ser empreendida pelos coletivos.

Quando o Estado democrático aprende a lidar com tal situação ele geralmente oficializa algumas situações aceitas por ele através da legalização de certas situações, como por exemplo: passeatas; do mesmo modo cria programas institucionais (bolsa família, programa minha casa minha vida, orçamento participativo) para atender as demandas de reivindicações; ou cria braços para a fiscalização (MP, Conselho Tutelar), passando para a sociedade certo interesse na tentativa de solucionar os problemas.

Agindo deste modo o Estado fraco mantém certa estabilidade equalizando os problemas e aprendendo com as respostas que a sociedade lhe oferece. Em Balneário Camboriú, com base nos dados empíricos acreditamos que isso se repete, conforme informam os dados que serão apresentados nos Capítulos posteriores desta dissertação.

Como os dados sugerem, os movimentos sociais em BC estariam institucionalizados, inseridos na Sociedade Civil. O que acrescentamos no esquema são duas setas diagonais (Figura 3), uma em azul partindo da área do MP, cruzando a categoria Administração Pública e Partidos Políticos até chegar a Sociedade Civil. Isso ocorre porque como revelaram os dados, a participação do MP cresceu muito desde 2001 até 2010. Do mesmo modo a sociedade aprendeu que suas demandas poderiam ser atendidas pelo MP e retribuíram isso com um maior número de denúncias protocoladas. Assim a seta verde na diagonal de baixo para cima em paralelo da seta azul representa a participação da sociedade civil para com o Estado por intermédio do MP.

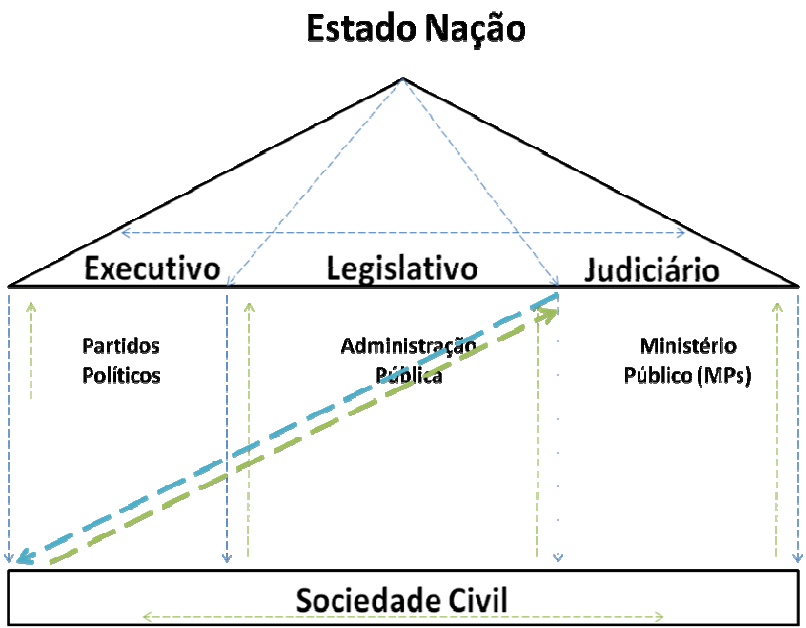


Figura 3.

2. Capítulo II

2.1 Balneário Camboriú: “A Maravilha do Atlântico Sul”

Foi por volta da segunda metade do Século XIX, provavelmente 1821, que Baltazar Pinto Corrêa teria chego ao Brasil vindo do norte de Portugal. Inicialmente estabeleceu residência na cidade de Porto Belo. Logo em seguida com o objetivo de iniciar um povoamento requereu junto a Coroa de D. João VI uma carta sesmaria³⁴. Em 1826 obteve permissão da Coroa e batizou as terras de “Freguesia do Bom Sucesso” pertencendo à cidade de Porto Belo e depois a cidade de Itajaí³⁵.

Baltazar colonizou o Canto Norte da Praia e em seguida rumou com a família para a Localidade que hoje é conhecida como o Bairro da Barra. Neste local, em 1884 houve a emancipação da Freguesia do Bom Sucesso da cidade vizinha de Itajaí. Em 1885 a Freguesia é instalada como município e a “Barra”, hoje Bairro da Barra, foi a cede da organização político-administrativa. Em 1890 a cede foi transferida para a assim chamada “Vila Garcia” que atualmente é conhecida como a cidade de Camboriú, também chamada de Camboriú Velho.

A economia nacional privilegiava o desenvolvimento da cultura do café nesta época. A fertilidade das terras levava os novos moradores a colonização do interior do município oportunizando a Vila Garcia maior poder político. Daí a transferência administrativa da Barra para a Vila Garcia. Assim, Camboriú seguiu o seu progresso, tornou-se o principal produtor de café de Santa Catarina, somando à cultura do café a extração de mármore, granito e calcário o que fortaleceu a economia do município.

Com a valorização da Vila Garcia, a Barra foi rebaixada a Distrito de Paz. Como a economia privilegiava a agricultura, a Barra, faixa litorânea, era desprezada. Durante décadas os moradores da Barra amargaram descontentamentos quanto a gestão de Camboriú. No entender dos moradores da Barra, o “canto da praia” estava esquecido pela Administração Pública.

³⁴ Sesmaria era a política de distribuição de terras da Coroa Portuguesa. Era destinada a particulares interessados em desenvolver uma região onde o Estado ainda não havia iniciado o processo de ocupação. A distribuição das sesmarias era realizada pelos Capitães-donatários que eram os titulares das Capitânicas Hereditárias. Cabe ao sesmeiro autorizado pela Coroa povoar e tornar a terra produtiva retribuindo a Coroa com o pagamento de impostos.

³⁵ Os primeiros moradores, anteriores a Colonização foram os Índios Tupi-Guarani. Não há confirmação quanto a veracidade da informação, mas haveria registros de obituário nos livros da paróquia de São Francisco do Sul nesta localidade datados de 1790.

Mas trinta e seis anos depois, em 1920, a política-econômica nacional viria a se transformar. O Brasil da início ao seu processo de industrialização e Camboriú uma cidade agrária dá sinais de enfraquecimento da economia. Neste mesmo período, por volta de 1926 os primeiros turistas vindos da cidade vizinha de Blumenau descobrem a praia central e constroem ali as primeiras casas de veraneio. Em 1928 o primeiro hotel é construído e em 1934 surge um segundo hotel.

Os turistas vindos de Blumenau e Brusque trazem uma nova moral a Barra, o banho de mar, algo inimaginável para os moradores nativos. Isso ocorre porque o mar, para os locais, era um ambiente de trabalho. Assim, o banho de mar era considerado ofensa para os nativos que viam o mar ou como um lugar de subsistência, a pesca, ou para tratar a saúde de enfermos. Enquanto isso os veranistas percebiam a praia como um local de descanso e diversão, percebe-se aqui aquilo que viria a se tornar o motor propulsor do desenvolvimento da parte litorânea de Camboriú, o turismo exigindo das autoridades locais uma infraestrutura para atendê-los.

A maioria dos turistas era alemão e de descendentes destes. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Exército brasileiro instalou-se no litoral, ocupou os hotéis e as casas de veraneio com a desculpa de utilizarem estas construções para a observação da costa. Com medo de represálias os turistas desapareceram retornando após o fim do conflito.

Em 1959 havia um descontentamento generalizado por parte dos moradores pertencentes à Barra e a pressão política transformara a Barra em Distrito de Camboriú. A política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek na década de 1950 foi um duro golpe a cidade de Camboriú porque privilegiava uma nova matriz econômica: a industrialização, a criação da indústria automobilística e a abertura de novas estradas no país.

Camboriú não contava com um parque industrial sua principal fonte econômica a monocultura do café enfrentava problemas com o frio, a cada temporada de colheita as geadas queimavam a produção, somava-se a isso a baixa fertilidade do solo que já estava cansado devido ao longo tempo desta cultura. Já as jazidas de mármore que deram a Camboriú o título de “Capital do Mármore” se esgotaram, a produção caiu drasticamente e a crise econômica no município se agravou.

Os vereadores da época que representavam a Barra e que tinham a maioria na Câmara, já tinham percebido o potencial turístico da porção litorânea de Camboriú. Os vereadores influenciados pelos veranistas, pela crise econômica de Camboriú e pelo o que entendiam ser um

abandono da administração do Município decidem entrar com um Projeto de Lei na Câmara de Vereadores para emancipar a parte litorânea de Camboriú, transformado este local em um município independente.

Em 1964 a Barra se emancipa de Camboriú e nasce a cidade vizinha de Balneário Camboriú. A economia ganha novo impulso principalmente com o setor de prestação de serviços: comércio e hotelaria³⁶ todos voltados para o turismo. A procura pelas praias da cidade cresce. Duas décadas depois, por volta de 1984, o Município começa a ser visitado por turistas de todo o Brasil, principalmente gaúchos, paranaenses e paulistas. Os países vizinhos também descobrem o Município e o turismo internacional inicia-se: veranistas paraguaios, uruguaios e principalmente argentinos tomam a cidade como destino nas férias. O fluxo crescente de turistas e o encantamento destes para com as belezas naturais da cidade fizeram com que surgisse entre os veranistas o termo: “A Maravilha do Atlântico Sul”.

2.2 Balneário Camboriú

Como podemos perceber, o território de Balneário Camboriú é composto basicamente pela porção litorânea que pertencia a cidade de Camboriú³⁷. Assim, o novo município possui uma pequena extensão territorial³⁸, com incríveis 46, 797 Km².

Este primeiro dado nos leva a uma dedução quanto aos possíveis conflitos coletivos existentes na cidade, a disputa por espaço e a preservação deste. Do mesmo modo a crescente vinda de turistas fomentou a construção civil exigindo uma infraestrutura capaz de abrigar o contínuo fluxo turístico e o crescimento populacional. Como a cidade possui uma extensão territorial pequena, o que compromete a ocupação horizontal, a solução encontrada pelo setor foi a verticalização

³⁶ Atualmente a cidade conta com mais de 100 hotéis; 1 035 edifícios residenciais; 350 imobiliárias. Segundo dados do PNUD de 2008, Balneário Camboriú ficou entre as cinquenta melhores cidades para se viver no Brasil.

³⁷ Balneário Camboriú está politicamente dividido em catorze áreas, o Centro da cidade, doze bairros e as praias agrestes, assim apresentados: Centro; Bairro Ariribá; Bairro da Barra; Colônia de Pescadores Z7; Bairro dos Estados; Bairro Jardim Iate Clube; Bairro das Nações; Bairro nova Esperança; Bairro dos Pioneiros; Bairro dos Municípios; Bairro Praia dos Amores; Bairro São Judas Tadeu; Várzea do Ranchinho; Bairro Vila Real. Anexo encontra-se uma apresentação dos bairros feita pela Secretaria de Turismo de Balneário Camboriú.

³⁸ Medição apresentada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2010.

da cidade. Crescendo para cima encontrou uma forma de aumentar a sua população e consequentemente a arrecadação de impostos.

No Censo Demográfico de 1980 a cidade contava com cerca de 21.854 habitantes residentes; em 1991 passou para 40.308 habitantes; em 2000 contabilizou 73.455 habitantes; no Censo de 2010 fechou a contagem com 108.089 habitantes, com uma estimativa do IBGE da possibilidade de atingir 110.748 pessoas residindo em seu território no ano de 2011. A cidade apresenta a maior densidade demográfica de Santa Catarina, com 2.309,74(hab/Km²), é o 12º município mais populoso do Estado e o 2º menor em área total. Na alta temporada, mais especificamente em dezembro, na virada do ano, a cidade chega a registrar picos de aglomeração populacional, cerca de um milhão de pessoas entrando e saindo do município.

É interessante percebemos que o número de habitantes cresceu cerca de 68% entre o Censo de 2000 e 2010. Mas isso não representou o aumento no número de nascimentos na cidade. Conforme os dados da Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina, entre os anos de 1999 e 2008 houve cerca de 12.874 nascimentos brutos, a taxa de natalidade em Balneário Camboriú manteve-se com 10% em seis dos dez anos pesquisados. Em dois anos baixou para 9% a taxa de natalidade e em outros dois anos obteve 11% dos nascimentos³⁹.

O argumento mais provável para o aumento da população para além da taxa de natalidade é a migração de pessoas vindas de outras regiões do Estado e do país. Considerando o perfil da população em faixa etária de idade obtemos a seguinte informação: cerca de 18% dos moradores estão no grupo de zero a catorze anos; de quinze a vinte e quatro anos somam-se 18% da população; de vinte e cinco a cinquenta e nove anos 44,6% dos moradores; e 11,8% dos habitantes possuem mais de sessenta anos, conforme os dados do IBGE no Censo de 2010.

Estes dados corroboram com a interpretação quanto a disputa pelo espaço que se criam em um ambiente tão pequeno e cosmopolita. Esta disputa pelo espaço gera conflitos, os dois mais comuns em Balneário Camboriú estão relacionados a poluição sonora e as construções irregulares. Ambos os conflitos demandam uma percepção

³⁹ Quanto à questão da saúde a Administração Pública vem trabalhando para tentar sanar o gargalo da saúde pública. A cidade conta com dois hospitais que realizam diversos atendimentos pelo SUS - Sistema Único de Saúde – um Municipal: o Ruth Cardoso e o outro particular, o Hospital Santa Inês, este fechado por problemas administrativos, de repasse de verbas e com diversas denúncias junto ao MPSC de BC. A cidade conta ainda com Postos de Saúde mantidos pela Prefeitura e outros hospitais particulares que realizam atendimentos através de planos de saúde particulares.

dos coletivos e das autoridades competentes quanto a sustentabilidade do ambiente onde ocorrem os litígios.

No período da alta temporada que se inicia em dezembro e só se encerra após o Carnaval, o público jovem é maioria, não apenas solteiros, mas também de famílias jovens que frequentam a região. A estrutura⁴⁰ montada pelos empresários do turismo (hotéis, bares e casas noturnas) não são suficientes para conter o excesso de barulho produzido pela alta concentração de pessoas que estão dentro dos estabelecimentos ou fora deles circulando pelas ruas⁴¹. Boa parte dos estabelecimentos que atendem ao turista está na área urbana. Hotéis do lado de condomínios residenciais, bares e casas noturnas atendem seus fregueses em salas comerciais no piso térreo dos condomínios.

O excesso de pessoas em pouco espaço e com muito barulho provoca o descontentamento dos moradores dos condomínios que incomodados procuram os meios legais para exigirem um maior controle da emissão de som. As casas noturnas, bares e hotéis acabam tendo que adaptar seus estabelecimentos de acordo com as normas exigidas pela lei. Alguns estabelecimentos comerciais cumprem e prosseguem com suas atividades, outros fecham.

O conflito em relação à poluição em sua maioria se dá entre os condomínios e os estabelecimentos comerciais que exploram a diversão. No meio do conflito encontra-se o turista que paga para descansar e se divertir. O interessante é que muitos dos moradores pertencentes aos condomínios que realizam as denúncias junto ao MPSC de BC já foram em sua maioria veranistas.

Na baixa temporada, após o carnaval, a cidade tem o perfil do seu turista modificado. Inicia-se a visitação dos turistas da Terceira Idade e que se tornam o principal público a movimentar a economia do município. Na baixa temporada também há o retorno dos estudantes universitários uma vez que BC é uma cidade que conta com polos de faculdades em seu território e na cidade vizinha de Itajaí. Neste período os conflitos diminuem, mas não cessam. A cada feriado prolongado a cidade torna a receber os turistas que buscam principalmente a diversão noturna.

⁴⁰ A estrutura aqui mencionada não é apenas a quantidade de estabelecimentos comerciais que atendem aos turistas, mas também a estrutura física destes estabelecimentos. Nem todos os estabelecimentos contam com uma estrutura física capaz de produzir isolamento acústico.

⁴¹ Ao longo de toda a praia central, na Av. Atlântica encontram-se os hotéis e prédios residenciais, na parte térrea destes os bares e restaurantes. À medida que se afasta da quadra do mar essa relação hotel, bares e casas noturnas diminuíram, mas não desaparece.

Os litígios tendem a se agravar quando a disputa pelo espaço se configura na tentativa de novas edificações. O espaço territorial que é escasso sofre com a intervenção da construção civil que avança para perto das encostas de morros, restinga de praias e outras localidades consideradas de preservação ambiental por força de lei ou por objeção da realização dos projetos imobiliários por parte de ambientalistas e da própria população⁴². Soma-se a isso a invasão de terras por parte de famílias com baixo poder aquisitivo que constroem seus “barracos” em áreas proibidas.

O pouco espaço para construção horizontal e o forte apelo turístico do município, faz com que o metro quadrado se valorize tornando o inviável para os trabalhadores assalariados que prestam serviço em BC. Ainda assim, BC possui bairros⁴³ com concentração significativa de moradores assalariados de baixa renda, porém a alto preço dos imóveis e terrenos (os poucos ainda desocupados nestes bairros) inviabiliza a vinda de novos moradores. Muitos destes trabalhadores pertencentes ao comércio e a construção civil residem nas cidades vizinhas, principalmente em Camboriú⁴⁴. Essa supervalorização do espaço de BC empurra aquelas pessoas com menor poder aquisitivo para as cidades vizinhas criando um efeito em cascata que eleva o valor dos imóveis também nestas cidades como Itajaí e Camboriú⁴⁵.

⁴² A cidade conta com uma organização sindical que representa os interesses das indústrias da construção civil. O SINDUSCON – Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Balneário Camboriú - conta com cerca de 170 associados entre eles pequenas, médias e grandes construtoras, além de outros setores ligados a prestação de serviço na área.

⁴³ Nos Anexos disponibilizamos a descrição dos bairros de BC feita no site da Secretaria de Turismo de BC.

⁴⁴ Segundo dados publicados já em 2012 o metro quadrado da construção civil em BC, na Av. Atlântica estaria por volta de R\$ 6.000,00 ou R\$ 7.000,00. Porém realizamos uma pesquisa de preços e encontramos imóveis a quatro quadras do mar em edifícios residenciais de classe média com área total de 75 m² no valor de R\$ 500.000, 00. FONSECA, Adriana; SIMÕES, Kátia. As melhores cidades, entre 50.000 e 100.00 habitantes, para você abrir o seu negócio.

Pequenas Empresas & Grandes Negócios.
<<http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,EMI81802-17166,00-AS+MELHORES+CIDADES+ENTRE+E+HABITANTES+PARA+VOCE+ABRIR+O+SEU+NEGOCIO.html>>. Acessado em: 09/03/2012.

⁴⁵ Outra situação muito comum é a questão do trânsito e do transporte urbano entre as cidades onde moram os trabalhadores que prestam serviços em BC, principalmente entre aqueles que moram na cidade de Camboriú e que frequentemente são afetados pela falta de condução, ônibus superlotados e congestionamentos diários em horário de pico nos trevos de acesso a cidade. De forma inversa os moradores de BC enfrentam longos congestionamentos durante a temporada quando o fluxo de turistas aumenta. Porém muitos dos trabalhadores de BC com cargos de gerencia trabalham na cidade vizinha de Itajaí fazendo uma rota diferente dos trabalhadores de Camboriú.

Com uma área total pequena; uma densidade habitacional elevada; um alto público jovem economicamente ativo; um número expressivo de quase 12% da população pertencentes à terceira idade; e somando-se a estes fatores o perfil turístico da cidade e o crescimento imobiliário, temos o conflito por espaço que se estabelece em Balneário Camboriú. Cria-se assim um ambiente propício para o surgimento de conflitos individuais e coletivos.

2.3 Ciclos de Confronto em BC

Charles Tilly (2010) entende que as mudanças históricas contribuem para a criação de movimentos sociais. Basicamente o autor aconselha a encontrarmos quais seriam as pessoas, os recursos e as causas que fazem com que pessoas se juntem para a promoção da ação coletiva em um espaço temporal.

Como nos lembra Gohn (2008, p. 101): “Estruturas estatais criam oportunidades, mas é a partir da mudança de oportunidades dentro da máquina do Estado que se pode ter acesso aos recursos que os atores sociais poderão utilizar para criar novos movimentos”.

Assim, o primeiro ciclo de confronto de BC ocorreu em sua emancipação. Os fatores que contribuíram para a deflagração do processo emancipatório foram dois. Primeiro, a crise econômica que o município de Camboriú enfrentava já na década de 1950⁴⁶; segundo, o descontentamento por parte dos moradores do “canto da praia”⁴⁷ que se sentiam excluídos em relação à administração pública da época.

O novo modelo econômico proposto pelo Governo do então Presidente Juscelino Kubitschek na década de 1950 ao Estado brasileiro cuja proposta era a industrialização do país, a criação de uma indústria automobilística forte e abertura de novas estradas somaram-se ao descontentamento por parte da população do “canto da praia”. Como a proposta era desenvolver a indústria brasileira, Camboriú que era uma cidade agrária sofreu com o impacto da política econômica desenvolvimentista. Sem um polo industrial e com o solo já cansado pela cultura do café, Camboriú amargava a crise, principalmente os

⁴⁶ A economia de Camboriú era centralizada na cultura do Café e na extração de mármore, granito e calcário. Na segunda metade do Século XX o Brasil adota novo modelo econômico (industrialização), gerando grande crise na cidade, uma vez que seu solo encontrava-se cansado devido a monocultura do Café e uma faixa litorânea imprópria para o plantio.

⁴⁷ Modo como os antigos moradores chamavam a área que hoje pertence a Balneário Camboriú.

moradores do canto da praia. Porém estes percebiam a possibilidade de se explorar a atividade turística.

Este descontentamento e a possibilidade de desenvolver turisticamente a faixa litorânea de Camboriú propiciou ao vereador Aldo Novaes realizar a leitura de um quadro interpretativo do momento histórico. Tal leitura levou este vereador a propor em fevereiro de 1964, na Câmara de Vereadores de Camboriú a criação de um novo município na parte litorânea de Camboriú.

Vale lembrar que a CP enfatiza que os incentivos para a formação de um movimento não dependem apenas dos fatores externos ao grupo, mas também a problemas e contradições que ocorrem dentro destes. Assim, de acordo com relatos, os vereadores de Camboriú não queriam a separação do município. Porém os moradores da praia contavam com aliados influentes. O ex-vereador Aldo Novaes revela:

Nessa época recebíamos a visita dos alemães, pessoas de Blumenau e Brusque, que eram proprietárias de terra aqui. Eram muitas visitas que recebi para tratar da emancipação do município. Tinha alguns vereadores que apoiavam a ideia, eles eram da UDN, e nós éramos do PSD [...] Quem apoiou também foi o Eduardo Delatorre, Cesar Baroni e o amigo Nilton Kucker que era deputado na época e encaminhou tudo na Assembléia Legislativa para a criação de Balneário Camboriú. (Informativo do Arquivo Histórico de Balneário Camboriú, 2006, p. 6).

Quando perguntado em entrevista concedida ao JP3 se a emancipação da cidade havia sido feita “meio na marra”, Álvaro Antonio da Silva responde: “os grandes empresários que se instalaram aqui começaram a fazer pressão [...]. Na sequência, eles perderam o Fórum, os bancos...” (JP3, 21/07/04, p. 9).

Em abril de 1964 o município de Balneário Camboriú é criado. Este relato sugere basicamente que tais oportunidades para o nascimento de BC se deram por uma política de Estado: a mudança do modelo econômico implementado pela União; questões da política local, inclusive do racha entre as lideranças políticas; aliados influentes pertencentes aos setores públicos e privados que apoiaram a emancipação; e a leitura de um quadro interpretativo do vereador da época.

Basicamente pode se sugerir que o primeiro ciclo de confronto político de BC surgiu na década de 1950 foi um movimento liderado pelas elites econômicas e políticas da região interessadas na especulação imobiliária e turística que culminou com a emancipação do município⁴⁸.

O segundo ciclo de confrontos de BC é publicamente obscuro, pois trata – se do período em que a política nacional se desenvolveu durante a ditadura militar⁴⁹. Dada as coincidências das datas, o segundo ciclo de confronto político de BC ocorre sob influência do regime político militar.

Porém, o leitor pode se perguntar: mas o período da ditadura ocorreu em todo o Brasil, neste sentido todos os outros municípios deveriam ter tido o mesmo destino de BC. Não necessariamente, de acordo com Tarrow (2009) as estruturas de oportunidades podem estar abertas a todos os grupos de contestação, mas somente alguns conseguem realizar uma leitura do quadro interpretativo da realidade, de modo que os primeiros a se manifestarem são aqueles que percebem os pontos fracos de seus opositores.

Neste período o conceito de Estado Forte, proposto por Tarrow (2009) ganha evidência uma vez que não conseguimos qualquer informação sobre o período, a não ser que o primeiro prefeito eleito democraticamente foi preso e conduzido para a Escola de Aprendizes de Marinheiro na capital do Estado, Florianópolis, onde morreu em condições não esclarecidas⁵⁰.

Este ciclo é também um ciclo nacional ao qual BC está inserido. Este panorama reforça a tese da CP que afirma que a formação dos movimentos sociais e da ação coletiva está intimamente ligada à política produzida pelo Estado. Porém é neste ambiente de repressão que os movimentos sociais se organizaram para darem início ao terceiro ciclo de confrontos que BC assistiria em seu território.

Em 1984 se desenha o movimento que ficaria conhecido como “Diretas Já”. BC teve papel importante neste processo, uma vez que um

⁴⁸ “Quando se fala no crescimento desordenado da praia, sempre se culpa a falta de plano diretor. Poucos sabem, mas existia sim plano diretor naquela época (1964), com licitação e tudo só que a ganância foi maior e os prédios começaram a ganhar altura. Álvaro Silva que mora em BC desde os seis meses de vida, contou sobre este planejamento que não foi respeitado e mais um pouco sobre o desenvolvimento da cidade”. (JP3, 31/07/04, p. 9).

⁴⁹ Há uma curiosidade nas datas, são elas; a lei nº 960 que criou a cidade de BC aconteceu na data de 08/04/1964; em 01/04/1964 ocorria o Golpe militar.

⁵⁰ Hígino João Pio, tomou posse em 15 de novembro de 1965 pelo partido PSD, faleceu em 03 de março de 1969. As circunstâncias da morte de Pio são polêmicas até hoje. Sua prisão foi motivada por denúncias vindas da oposição de que ele seria a favor do comunismo. Foi preso e apareceu enforcado na cela em que estava.

dos primeiros comícios aconteceu no centro da cidade. Isso só foi possível “porque na época o senador Jaison Barreto, vice-presidente do Senado, conseguiu convencer seus colegas do Movimento Diretas Já que no verão não adiantava fazer comício em cidade do interior, tinha que ser na praia” (Idem).

Este comício só foi possível porque algumas oportunidades estavam abertas, uma delas foi a permissão do evento pelo prefeito da situação Harold Schultz. Apoiaram o comício na cidade os jovens da política local: Ademar Silva, Sergio Lorenzato, Roberto d'Ávila, os irmãos Castro, Leonel Pavan, Walter Barrichelo e outras pessoas (Idem).

Estes eventos culminaram em 15 de Janeiro de 1985 com a eleição indireta de Tancredo Neves. “O movimento cresceu ‘uma barbaridade, foi um estouro’, define o ex-senador, lamentando que toda essa mobilização não chegou ao resultado desejado, eleições diretas (Idem). Percebe-se mais uma vez que os eventos nacionais influenciaram diretamente na política local levando assim as lideranças locais a se organizarem conforme a necessidade de suas realidades.

O terceiro ciclo de confronto político se desenvolve agora em meio ao sistema democrático. Novamente o conceito de Estado se apresenta para a interpretação deste ciclo. “Estados nacionais fracos e sociedades civis fortes contribuem para a participação social e para o surgimento de movimentos sociais” (GOHN, 2008, p. 107).

BC cresce como cidade turística e os conflitos por infra-instrutora aparecem. Na década de 1990 começa a campanha para criação do 12º Batalhão da Polícia Militar em BC; O dentista Helvion Ribeiro, criava o Movup – Movimento pela Implantação da Universidade Pública, que pretendia abrir em BC um campus da UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina; Surge o movimento para a reorganização do grêmio estudantil⁵¹.

Também nesta época a questão do transporte público ganha evidência. Seguindo uma tendência nacional os serviços de Moto Taxi surgem como alternativa ao transporte tradicional. “Os motivos da aprovação desse serviço pelo usuário são muitos: o trânsito tumultuado [...] os preços praticados pelos taxis são altos e o serviço de transporte coletivo na cidade é deficiente” (JP3, 18/01/1997, p. 3).

⁵¹ Só conseguimos contato com as lideranças deste movimento já no final deste trabalho. Porém cabe salientar que atuaram significativamente na década de 1990, principalmente no movimento fora Collor organizando todo o movimento estudantil da cidade. Porém nenhum documento oficial registrou isso.

Os taxistas e a empresa Transul foram os principais oponentes dos mototaxistas, porém o serviço agradava a população e um abaixo assinado com 6800 assinaturas foram entregue ao então prefeito Leonel Pavan (PDT) pedindo a manutenção do serviço, o que acabou acontecendo.

Ainda na década de 1990, seguindo a onda ambientalista, surge o primeiro movimento que tenta preservar o meio ambiente local. Veranistas queriam salvar a praia, Na verdade mulheres veranistas proprietárias de apartamentos e casas na cidade que iniciaram um movimento para salvar a praia que escolheram para veranejar (Idem).

Com a retomada da democracia a partir de 1988 as políticas públicas se ampliam e as possibilidades de participação do cidadão se tornam cada vez mais comuns. A estabilidade democrática se concretiza, novas instituições surgem gestando um ambiente mais estável para a democracia no século XXI.

É justamente a primeira década do século XXI que analisamos com maior profundidade o confronto político em BC como o leitor verá a seguir.

2.4 Mapeando o confronto

Como afirmam os teóricos da CP os movimentos sociais e os conflitos tendem a serem produzidos fora destes, ou seja, é fruto das estruturas de oportunidades criadas por instituições públicas ou privadas. Neste sentido entendemos o MP⁵² como uma instituição capaz de oportunizar o conflito político. Não como promotor do conflito, mas como instituição criada pelo Estado para receber, fiscalizar e até mediar os conflitos existentes na sociedade.

O MP ganha relevância na atual conjuntura no Brasil a partir da carta Magna de 1988. Pode ser considerado como uma estratégia preponderante do Estado, ao mesmo tempo é fruto da organização sustentada de processualistas que perceberam nesta instituição uma chance de assegurar direitos coletivos, uma vez que assegura ao cidadão a sua defesa, da sociedade e da lei perante o Judiciário; Conforme o artigo 127 da atual Constituição o MP é um órgão do Estado, autônomo.

Assim, no ano de 2001 a Promotoria de Justiça de Balneário Camboriú dava início as suas atividades. Marcada inicialmente com

⁵² Para uma melhor compreensão a cerca do MP, sua história, evolução e funcionalidade recomendamos a leitura da dissertação: DELL'AGNOLO, Ricardo Luis. Ministério público e o controle das políticas: entre o "consenso possível" e o "disenso inevitável. Univali, 2006.

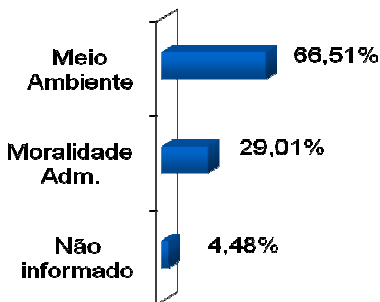
poucas denúncias. A sociedade local assistiu nos últimos dez anos um crescimento considerável da efetiva ação do MP, bem como uma participação constante, da sociedade e dos movimentos sociais ainda que pequena, se comparada com a capacidade de ação do Estado. Algo que podemos interpretar como uma estratégia preponderante bem sucedida do Estado.

Os dados analisados foram obtidos dos Livros de Registro de denúncias devidamente arquivados no MP de BC. Os resultados que serão apresentados aqui dizem respeito ao período que compreende o ano de 2001 ao ano de 2010. Os dados informam denúncias encaminhadas às curadorias do Meio Ambiente e da Moralidade Administrativa. A forma como cruzamos os dados buscou revelar quais são os atores coletivos envolvidos nos conflitos, quem denuncia quem é denunciado, qual a irregularidade que levou a denúncia e em quais os bairros do município o confronto acontece.

2.5 Os números do MPSC de BC

Os números analisados no período de dez anos revelaram um total de 1170 denúncias. Deste universo, 648 denúncias se encaixaram no perfil que buscávamos encontrar, ou seja, quando o representante da denúncia indicasse um coletivo como: associação de moradores, ONG, sindicatos e etc; ou quando o MP fosse o denunciante; ou quando o objeto em disputa revelasse no seu resumo uma disputa coletiva. Ainda assim, 29 das 648 denúncias não informavam qual a curadoria à que se destinava a denúncia⁵³, como mostra o Gráfico 1.

⁵³ Uma das dificuldades encontradas para a seleção das denúncias ocorreu porque os livros eram preenchidos de forma escrita, obedecendo a critérios internos como data, número de denúncia. Percebe-se que os registros são feitos por várias pessoas que tem acesso ao livro. As maiores dificuldades encontradas foram: grafia ilegível; linguagem altamente técnica ou resumo excessivo do objeto; Ausência do preenchimento de campos tais como: Data, Representante, Representado, Curadoria, Resumo do objeto. As últimas consultas referentes na sua maioria ao ano de 2010 foram realizadas através de um programa específico que substituiu o antigo livro de registros. Porém mesmo assim, no preenchimento dos dados algumas informações são negligenciadas. A impressão que passa é que o modo como são realizados os preenchimentos se dá pela necessidade do registro rápido, ou seja, a eficiência do serviço, colocando assim aquelas informações básicas diminuindo o tempo de preenchimento e a burocracia do serviço. Tal aspecto reflete uma velha situação já conhecida dos pesquisadores brasileiros, a falta da cultura de dados.



N = 648

Gráfico 1: Denúncias realizadas nas Curadorias do NPSC de BC entre os anos de 2001 e 2010.

Estes números além de expressarem qual a curadoria com maior número de denúncias revelam que a questão central dos conflitos coletivos na cidade de BC se dá na seara das causas ambientais.

Buscando uma análise mais atenta dos dados cruzamos a categoria “representante”, aquele que faz a denúncia com as respectivas curadorias já informadas. Na tentativa de uma maior fidelidade dos dados evitamos categorizações excessivas, uma vez que os dados coletados no próprio livro informavam inúmeras possibilidades.

Das 648 denúncias 213 foram protocoladas pelo próprio MP, justificando para a instituição o título de “Guardião da cidadania”. A Administração municipal aparece em segundo lugar, o CUIDA - Departamento de Contenção da Ocupação Irregular e Degradação Ambiental – que é uma autarquia do município aparece com 78 denúncias, e outras autarquias municipais e programas de governo com 15 e a própria PMBC com 3, totalizando assim 96 denúncias ao longo dos dez anos analisadas, conforme mostra o gráfico 2.

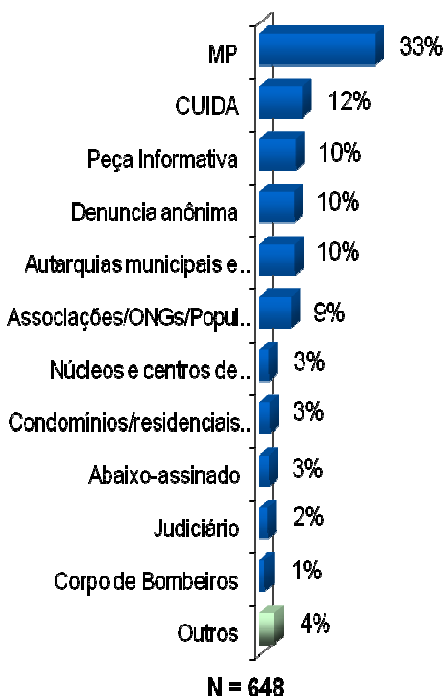


Gráfico 2: Denúncias realizada pelos Representantes entre os anos de 2001 e 2010 ao MPSC de BC.

O Estado na figura do MP bem como a Administração municipal aponta os dados, é ator indispensável na mediação dos conflitos da cidade. Esta constatação fortalece o argumento de Tarrow (2009) que em se tratando de confrontos políticos coletivos, pelo menos um dos atores envolvidos é sempre o Estado. Esta participação ativa do MP, na fiscalização dos interesses coletivos se evidencia ainda mais quando os promotores deixam os seus gabinetes e vão à busca da fiscalização dos interesses públicos. Este é o caso da efetiva ação dos promotores na criação do CUIDA⁵⁴.

⁵⁴ Em 2001, cinco promotores do Ministério Público de Balneário Camboriú, realizaram uma reunião de trabalho com o então vice-prefeito da então administração; o secretário do Meio Ambiente; o superintendente do Bem-estar Social; o secretário de Obras, e o representante da Associação dos Moradores do Bairro das Nações. Passado alguns anos, foi instalada oficialmente em 20/02/03 a Comissão CUIDA, com o apoio da Administração Municipal. Criava-se assim o: Departamento de Contenção da Ocupação Irregular e Degradação Ambiental, mais conhecido como CUIDA. Este departamento constituía-se em um programa de controle das invasões, que atuava diretamente sobre o fluxo migratório e a degradação

Os dados⁵⁵ mostram que o CUIDA atendeu de 2004 a 2010 cerca de 73 ocorrências registradas nos livros do MP. A maioria delas contra “particulares”, ou seja, cumpria-se assim o determinado: conter a invasão de áreas de risco, APP e a favelização do município.

Neste caso tanto o MPSC quanto CUIDA cumprem com o papel proposto pela CP. São instituições que produzem conflito político oportunizando aos atores envolvidos uma possibilidade de confronto público. Ainda que a imagem atribuída ao MPSC seja a de “guardião dos interesses coletivos” ele acaba oportunizando a muitos coletivos uma aproximação com o Estado, que na figura do próprio MP, acabam agindo de certa forma como um aliado influente dos representantes.

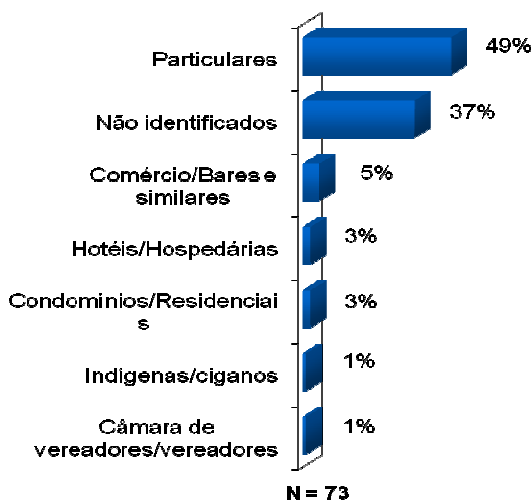


Gráfico 3: Os maiores Representados que foram denunciados pelo CUIDA ao MPSC de BC entre os anos de 2001 e 2010.

ambiental; Buscava assim, evitar o crescimento desordenado e sem planejamento; além de localizar e identificar as áreas onde houvesse o uso indevido e o parcelamento do solo; Para complementar suas atribuições, o CUIDA tinha a função de informar, conscientizar e fiscalizar as populações envolvidas, além de tentar conciliar os interesses coletivos da cidade e os interesses particulares do migrante. Em 29 de fevereiro de 2008, o CUIDA passa a se chamar DCOI - Departamento de Contenção da Ocupação Irregular e Degradação Ambiental – conforme a Lei nº 2798 de Balneário Camboriú. Para não dificultar o entendimento do leitor optou-se por manter durante todo o trabalho a sigla inicial, CUIDA, sempre lembrando que sua atual nomenclatura oficial é DCOI.

⁵⁵ Mais uma vez a falta de dados impossibilitou a identificação de 27 dos 73 registros de ocorrências nos livros do MP.

O CUIDA, por sua vez, por se tratar de uma política de governo, acaba assumindo outra postura no cenário do conflito. Atua mais como fiscalizador da Lei. Não trabalha sozinho, suas ações são quase sempre acompanhadas pela polícia e muitas vezes conta com a participação de outro departamento, o de Migração Social. Esta parceria com polícia e Departamento de Migração Social, faz-nos pensar sobre o conceito de “força de Estado” e suas “estratégias preponderantes”, bem como a tensão entre os migrantes, os moradores já estabelecidos e a Administração pública.

Apesar da tensão e da presença policial nas ações de retirada dos invasores, não se constatou nenhum registro da necessidade do uso da força propriamente dito. Das ocorrências atendidas pelo CUIDA, as irregularidades mais comuns são: as obras irregulares em terrenos particulares; as obras irregulares associadas a invasões de terrenos e desmatamentos conforme o Gráfico 4 que informa o “objeto de disputa” cruzado com a categoria “particular”.

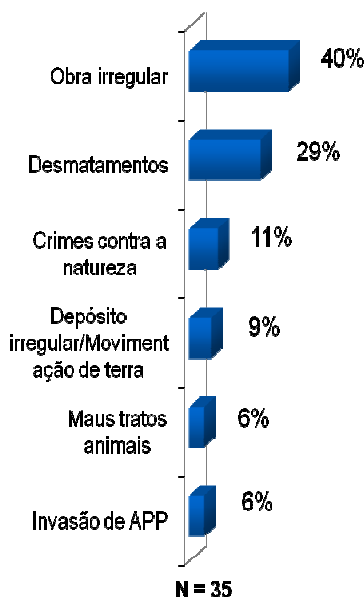


Gráfico 4: Os objetos de disputa referente aos Representados da categoria “Particular” que foram denunciados pelo CUIDA ao MPSC de BC entre os anos de 2001 e 2010.

O perfil das ocorrências varia, porém a grande maioria está atrelada à questão da invasão e construção de moradias em áreas de

risco. O perfil social é de pessoas com baixa renda e baixa escolaridade. Mas também encontramos casos onde o acusado do crime ambiental possuía bons recursos materiais.

Hoje, o CUIDA, tornou-se uma diretoria dentro da Administração Pública, com autonomia de trabalho promovendo a fiscalização de invasões em áreas de APPs. Sua criação é fruto da ação de promotores compromissados com a comunidade e da vontade da política de alguns gestores públicos em transformar a realidade municipal. Conforme o relato de um dos promotores da cidade:

Existem dois tipos de promotores hoje atuando no MP de uma forma geral. São eles: os mais antigos “promotores de gabinete” que promovem uma política de ação mais passiva, ou seja, estes promotores mais antigos esperam que as denúncias cheguem até eles; o segundo grupo, composto por promotores mais jovens, possuem uma filosofia diferenciada, não esperam a denuncia chegar, eles vão até ela. Promovem denuncias a partir de leituras de jornal, conversam com moradores etc. Geralmente iniciam em comarcas menores do interior. Esta pratica da nova geração de promotores tem contribuído para uma nova visão da sociedade para com eles, resultando assim em uma aproximação maior com a sociedade (Relato 1).

Nesta perspectiva o MP vem se destacando e se mostrando um forte aliado da sociedade quando o assunto é a defesa dos interesses coletivos. Mas, talvez o mais interessante seja que apesar do MP dividir com a Administração municipal o *status* dos defensores da coletividade é ela, a Administração municipal quem senta no banco dos réus quando o cruzamento dos dados informa “representado”, aquele que foi denunciado, com as curadorias, conforme mostra o Gráfico 5.

O conflito que aqui se deflagra envolvendo a PMBC como representado ocorre mais pela ação fiscalizadora do MPSC do que propriamente pela ação de fiscalização da sociedade. A oportunidade para o conflito se abre quando ações de improbidade administrativa são denunciadas, geralmente pela imprensa, ou alguma denúncia, às vezes, de caráter anônimo.

Estas ações contra a PMBC acabam se configurando em uma disputa, ou melhor, em um conflito político entre instituições do próprio

Estado. Às vezes o conflito é direcionado a uma figura pública e a opinião pública acaba se tornando apenas a única forma de protesto usado pela sociedade local.

Vale registrar que nestes casos e na maioria destes casos os repertórios de ação dos envolvidos resumem-se em ações judiciais, uma vez que o proponente das denúncias é geralmente o próprio MPSC. Nestes casos o MPSC assume a posição de movimentos sociais, uma vez que, identifica seus oponentes. O MPSC estuda a melhor forma de ação, procura no denunciado seu ponto fraco, utiliza de densas redes institucionalizadas para obter informações privilegiadas e mantém uma ação continua até conseguir atingir seus objetivos.

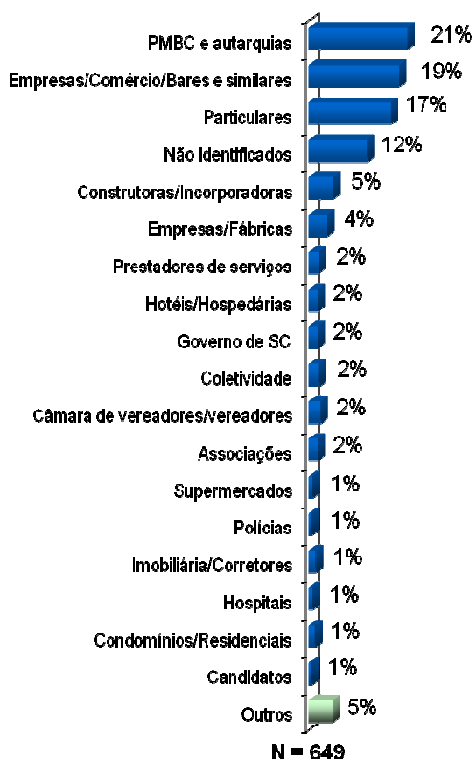


Gráfico 5: Os mais Representados, denunciados ao MPSC de BC entre os anos de 2001 e 2010.

As denúncias em sua maioria contra a prefeitura relacionam-se a improbidade administrativa, conduzindo o caso para seara da Curadoria da Moralidade Administrativa que somou 188 registros protocolados em

dez anos. Ainda que os 188 registros desta curadoria informem a existência de corrupção na Administração pública, muitos destes estão também relacionados de algum modo a questão ambiental uma vez que a improbidade constatada relaciona-se a favorecimentos administrativos em geral ou a obras irregulares que afetam o meio ambiente.

Já a categoria “empresas, comércios, bares e similares” revela a existência de uma vida noturna intensa na cidade. Mas a atividade noturna do comércio contrasta diretamente com a insatisfação de muitos moradores que reclamam do abuso excessivo dos sons emitidos. O resultado é o conflito entre comerciantes e moradores. Nestes casos, cerca de 78% das denúncias no MP dizem respeito à poluição sonora das casas noturnas e similares. Estas denúncias são encaminhadas à Curadoria do Meio Ambiente, o que revela a abrangência do significado que o meio ambiente adquiriu.

As possibilidades de definir incômodos como “problema ambientais” são, de fato, infinitas devido ao caráter “inclusivo” de certas normas legais de proteção ambiental, considerado especialmente, que estas estão associadas ao conceito de “qualidade de vida”, o que facilita a vinculação com uma enorme variedade de assuntos. No encaminhamento judicial dos conflitos ambientais, este caráter inclusivo é reforçado pela tendência à adoção, por parte do Ministério Público, de um conceito abrangente de meio ambiente, do qual faz parte tanto o meio ambiente natural como o meio ambiente construído e cultural (FUKS, 2001, p. 83-84, *aspas do autor*).

Esta definição apresentada por Fuks ajuda na compreensão do porque a curadoria do Meio Ambiente é a campeã na quantidade de denúncias. Em 2009 moradores do Bairro Estaleiro e Estaleirinho reclamavam das festas promovidas pelas casas noturnas instaladas na região. Associação de Moradores, empresários donos de casas noturnas e MP discutiam o impasse em uma reunião no Fórum da cidade, quando o Promotor declarou:

Queremos uma cidade turística? Queremos, mas respeitando a lei. Pode ter festa? Mas respeitando a lei. Ahhh não, mas somos uma cidade turística a

festa vai ser um pouquinho fora da lei... Não tem como ser fora da lei, não tem, a sociedade não permite, a sociedade não quer. O alvará de funcionamento também não é o suficiente para os promotores de evento dessa cidade fazerem o que bem entendem (Relato 2, extraído do Canal de Blogp3, 2009, 0:26')

Os relatos pesquisados mostram claramente o posicionamento de alguns empresários locais onde a ideia de cidade turística pode ser levada às últimas consequências para o “progresso” e bem estar da cidade, que busca frear qualquer ação ou pensamento contrário ao da expansão imobiliária e comercial. Um segundo relato de um promotor local revela:

Há um movimento para desestabilizar os MS em BC. Um exemplo disso é que na época do defeso, algumas casas noturnas instaladas nas praias agrestes oferecem dinheiro aos pescadores para guardarem os carros dos frequentadores. É claro que com tal incentivo algumas pessoas, moradoras da região não vão se engajar na luta (Relato3).

A vida noturna produz uma alta concentração de pessoas, consequentemente a poluição sonora produzida pelos frequentadores que transitam nas ruas de acesso onde ocorrem os eventos se traduz em descontentamentos por parte dos moradores. Em algumas festas “*raves*” onde o gênero musical é o som eletrônico, o lugar onde ocorrem são em sítios e chácaras próximos a praia. Este relato demonstra a sutileza de alguns empresários quanto à expansão e a manutenção dos seus negócios. Observamos uma tentativa de anular qualquer objeção quanto à expansão imobiliária e comercial, cujo argumento central é o do desenvolvimento da região.

A tática aqui empregada é usar de um momento de fraqueza material dos pescadores, a época do defeso, na qual os pescadores são impedidos de pescarem, pois o defeso trata do período da procriação do pescado. Neste período, o do defeso, muitos pescadores em terra têm sua renda comprometida, apesar de alguns receberem um auxílio do governo enquanto estiverem parados. Mesmo assim alguns pescadores entendem que explorar os estacionamentos é uma chance que tem no período do defeso para complementarem a renda familiar.

Este argumento, o do complemento da renda, de algum modo não está errado, porém observa-se a ideia do lucro imediato por parte do pescador e que ele só é possível porque há um progresso imobiliário e comercial que oportuniza o lucro e a melhora da condição de vida das famílias afetadas pelo desfo.fo.

Em casos como este, as elites locais, na figura de alguns empresários podem ser entendidas como verdadeiros movimentos sociais elitizados com fortes redes conectivas entre si que estão compromissadas em desestabilizar os movimentos sociais populares de resistência.

Seguindo a mesma linha de raciocínio dos gráficos anteriores, quanto à categorização identificamos os objetos de disputa que mais aparecem nos registros. Ainda que os dados referenciem-se na sua maioria a crimes contra a natureza, buscamos retratar fielmente o modo como as categorias se apresentaram para nós nos livros, assim, 80 objetos de disputa foram classificados como “crimes contra a natureza”. Foram encontrados, ao todo, 358 objetos de disputa, dos quais, 95 foram informados como sendo “obras irregulares”; “poluição sonora” 61 registros; e “desmatamento” 55, seguidos por outros objetos de disputa, conforme o Gráfico 6.

São as “obras irregulares” que de fato mostram o real conflito vivenciado na cidade de BC. Nesta perspectiva a pesquisa revelou que todos os setores da sociedade como: Administração Pública, empresários, moradores, comerciantes, e migrantes, são de algum modo produtores de conflitos.

Ainda que cada um destes atores produzam na natureza um impacto de degradação ambiental diferente, percebe-se que a soma das obras irregulares cometidos por “particulares” somadas a categoria não “identificados” representa 26% das denúncias junto ao MP, o que simboliza quase a metade da degradação ambiental produzida pelas construtoras, conforme o Gráfico 7. Ainda assim, são os “particulares” os mais punidos, uma vez que estes possuem menores recursos materiais e jurídicos para se defenderem. Geralmente suas obras são embargadas e em seguida colocadas abaixo, o que não ocorre com as construtoras uma vez que estas contam com uma assessoria jurídica especializada para tal função.

Poderíamos assim classificar dois tipos de “obras irregulares” que caracterizam os objetos de disputa no Município. No primeiro caso verifica-se a existência do conflito no qual as partes envolvidas são geralmente moradores que desejam ampliar suas moradas tanto para conforto e bem estar como para a implementação de um negócio ou a

expansão do negócio já existente; O segundo caso diz respeito ao mercado da construção civil, onde construtoras e incorporadoras são frequentemente denunciadas por moradores e ou ONGs de defesa do meio ambiente. Em ambos os casos o MP figura como o guardião dos interesses coletivos, hora contra os particulares, hora contra as construtoras.



Gráfico 6: Os objetos de disputa mais denunciados na Curadoria MA do MPSC de BC entre os anos de 2001 e 2010.

Como revela o Gráfico 7 são as construtoras e incorporadoras os maiores representados junto ao MP quanto a “obras irregulares”. Constantemente desrespeita-se o Plano Diretor do Município; documentos irregulares e licenças ambientais tem sido o estopim para denúncias promovidas por ambientalistas, moradores e meios de comunicação da região.



Gráfico 7: Os mais Representados, denunciados ao MPSC de BC quando o objeto de disputa indica “Obra irregular”, entre os anos de 2001 e 2010.

É justamente contra as construtoras que os conflitos mais sérios têm ocorrido. Aliados: MP e organizações ambientalistas têm promovido verdadeira batalha na defesa do meio ambiente.

Assim, de acordo com o Gráfico 8, os conflitos estão distribuídos do seguinte modo: o centro da cidade lidera o ranking de denúncias. Porém o tipo de denúncia junto ao MP revelado por este trabalho evidencia a questão da poluição sonora como já informado no Gráfico 6. Basicamente os conflitos registrados no MPSC refletem os descontentamentos de cada parcela da sociedade especificamente para cada localidade do município.

Talvez tal constatação contribua para explicar porque alguns dos conflitos que ocorrem em outros bairros não provoquem em moradores de outros a mesma reclamação. Nesta perspectiva a pesquisa nos mostrou que as pessoas só reclamam quando o problema em questão está ameaçando algo que lhes interesse.

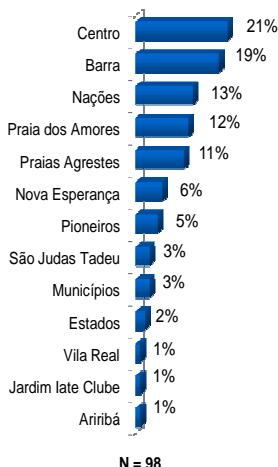


Gráfico 8: Distribuição do confronto político por bairros encontrados nos livros de registro do MPSC de BC entre os anos de 2001 e 2010.

Nos demais bairros constatam-se os crimes contra a natureza, os mais comuns: obras irregulares, desmatamentos e invasões de APPs. Mas, são em dois bairros que os conflitos de fato se agravam para uma situação de confronto direto com a população local. Além da intervenção do MP ações independentes de ONGs ambientalistas tentam frear o crescimento desordenado da construção civil. Os bairros em questão são: Praia dos Amores e Praias Agrestes.

Na Praia dos Amores, bairro divisa com a cidade vizinha de Itajaí, os maiores conflitos ocorrem na Praia Brava, bairro divisa que pertence ao município de Itajaí. Apesar da divisão política territorial, Praia Brava e Praia dos Amores são na verdade a mesma praia pertencente ao mesmo ecossistema, separada apenas por uma rua, como mostra o mapa 1.



Mapa 1.

Disponível em: <<http://www.litoraldesantacatarina.com/balneariocamboriu/mapa-de-balneario-camboriu.php>> Acessado em: 23/09/2011.

Mesmo assim, a mera separação política não impede que moradores dos dois bairros dos dois municípios se juntem para protestar contra a verticalização e urbanização da praia. Como a maior parte da praia fica no território de Itajaí, os conflitos são direcionados às autoridades competentes daquele município, ficando BC, seus moradores e organizações ambientais como apoiadores da causa.

No segundo caso, a situação é outra. As Praias Agrestes estão todas localizadas dentro de um único ecossistema pertencente ao território de BC. Assim como o que ocorre na divisa de Itajaí e BC, a comunidade local luta para impedir a verticalização, porém o conflito conta apenas com apoio de ambientalistas, moradores locais e do MP. O

principal conflito ocorre na Praia de Taquarinhas, considerada por muitos ambientalistas a última praia agreste de Santa Catarina. Com o objetivo da criação de um parque natural estadual os ambientalistas coletaram quinze mil assinaturas em prol da preservação da Praia de Taquarinhas, no qual cento e treze entidades apóiam o projeto além de algumas lideranças políticas locais e estaduais.

Capítulo 3

3.1 Evolução dos dados por ano do MPSC e do JP3

Os dados que serão aqui apresentados estão divididos por triênio. Justificamos esta divisão da análise em triênios por entendermos que haveria uma maior facilidade para a análise dos dados, além de criarmos possíveis ciclos interpretativos para o confronto político no município. Analisamos assim três conjuntos de triênios, sendo eles: 2001 – 2003; 2004 – 2006; 2007 – 2009.

Apresentamos os gráficos do MPSC e do JP3 referentes a cada ano em específico e ao final de cada triênio um fechamento geral dos dados. Vale lembrar que os dados do Ministério Público aqui apresentado referem-se a denúncias protocoladas nos livros de registro da instituição, bem como os dados que geram os gráficos sobre os temas noticiados pelo JP3 foram coletados na pesquisa hemerográfica realizada no Arquivo Histórico de BC e no site do próprio jornal.

O ano de 2010 aparece com uma análise particular simbolizando assim o fechamento de uma década pesquisada. Apesar de uma análise isolada, a mesma informa dados interessantes quando comparados com o primeiro triênio.

3.2 Evolução dos dados do MPSC e do JP3: 2001 - 2003

Na busca pelo diálogo com o referencial teórico, os dados contribuíram para a afirmação da capacidade do Estado em criar mecanismos de facilitação para a mobilização de grupos. O argumento mais enfatizado pelos teóricos da *CP* afirma que os “Estados fracos” (democráticos) tendem a facilitar a mobilização dos coletivos para a garantia dos direitos comuns, preservando assim a manutenção do Estado.

Nesta perspectiva, os dados do MPSC em BC mostram um período de adaptação da instituição na cidade, de modo que quando começamos a analisar os dados do MPSC de BC percebemos certa oscilação na quantidade das denúncias realizadas ao longo dos dez anos estudados. Basicamente, os três primeiros anos induzem à análise da estruturação da instituição na cidade bem como da mesma em se fazer perceber para a sociedade local.

Em 2001 os livros do MPSC de BC mostram quatro denúncias (Gráfico 9). Neste ano, três denúncias foram protocoladas como abaixo-assinado e apenas uma denúncia como peça informativa⁵⁶. Todas estão registradas na Curadoria do Meio Ambiente - MA, porém há dificuldade de se entender qual o objeto de disputa uma vez que os livros não informam o motivo da denúncia.

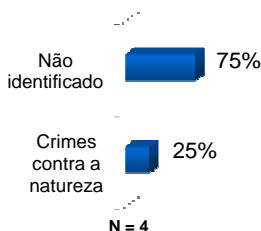


Gráfico 9: Objetos de disputa encontrados nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2001.

Os três registros protocolados como abaixo-assinados sugerem uma mobilização social que começa a descobrir o MPSC de BC como uma oportunidade para a fiscalização de suas demandas. Para os teóricos da *CP* pelo menos um dos envolvidos é sempre o Estado. Os dados revelaram que neste ano pelo menos em um dos abaixo-assinados o Município está como representado, ou seja, aparece como denunciado.

Cruzando as informações obtidas no MPBC aos temas noticiados no JP3 no ano de 2001 conseguimos visualizar melhor os conflitos ocorridos neste ano. Basicamente as questões que envolvem o MA está relacionado à: atividade de extração de pedras em pedreiras clandestinas, favelamento da cidade, construções irregulares em praias agrestes. Atrelada a questão do MA pode se mencionar também, a tentativa do alargamento da praia central de BC, onde a prefeitura sugeriu um plebiscito para saber da população se haveria o desejo da mesma para o aumento da faixa de areia⁵⁷ (Gráfico 10).

⁵⁶ Abaixo assinado e peça informativa são algumas das formas como as denúncias são protocoladas junto ao MPSC BC. Informamos elas nesta descrição uma vez que elas apareceram descritas no campo Representantes.

⁵⁷ Há alguns anos vem se discutindo na cidade a necessidade do alargamento da faixa de areia da praia central que em alguns pontos sofreu ao longo dos anos com o aumento do nível do mar engolindo assim a areia que vai até o muro de arrimo que foi construindo ainda na época da emancipação da cidade na década de 1960.

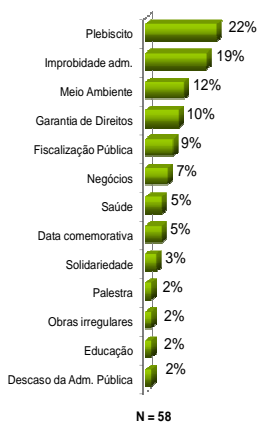


Gráfico 10: Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2001.

As questões relacionadas à improbidade administrativa informadas no jornal dão conta de casos onde os denunciados são o município ou suas autarquias bem como o Estado e suas autarquias na cidade. A categoria Garantia de direitos menciona a existência da ação de grupos sindicalizados, como no caso da greve de bancários e de funcionários do Fórum e a ação da sociedade civil para a manutenção de direitos tais como: da criança e do adolescente. A categoria Fiscalização pública aparece como o fruto de denúncias realizado por Representantes na figura do MPSC de BC, Associações de Moradores e ONGs onde o intuito é solicitar das autoridades competentes questões referentes a: prestação de serviços, reivindicação de obras e fiscalizações em geral.

Para o ano de 2002 o número de denúncias no MPBC pula para onze, dois abaixo-assinados, uma peça informativa e oito denúncias protocoladas pelo Corpo de Bombeiros (Gráfico 11). Mais uma vez a falta do preenchimento prejudicou na identificação dos objetos de

disputa. Os dois abaixo-assinados e a peça informativa estão registrados na Curadoria do MA, os demais carecem de informação.

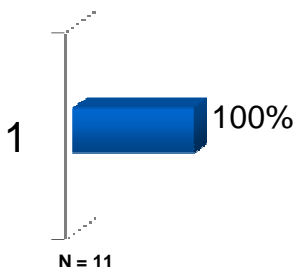


Gráfico 11: Objeto não identificado nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2002.

Analisando os Representados que foram denunciados pelo Corpo de Bombeiros, podemos sugerir que: as denúncias são relativas ao alvará de funcionamento e a poluição sonora, uma vez que todas as denúncias foram feitas contra casas noturnas. Os dados mostram que as ações das instituições do Estado no ato da fiscalização produzem demandas de conflito.

Em contrapartida o JP3 apresenta um panorama com nova demanda (Gráfico 12). A segurança torna-se o tema principal a ser noticiado. Entidades representativas se mobilizaram para discutir o aumento dos assaltos, a construção de um novo presídio e a criação do CONSEG - Conselho de Segurança de Balneário Camboriú.

Para a categoria do MA a questão sobre o alargamento da praia esteve presente durante todo o ano de 2002. Além desta questão noticiaram-se também problemas relacionados à poluição de rios por empresas particulares e por empresas estatais.

As questões relacionadas à Improbidade Administrativa demandaram a existências de problemas relacionados ao concurso público realizado pela prefeitura, além de problemas envolvendo 8 vereadores de BC, no qual o MPSC de BC sugeria o afastamento destes de suas atividades.



Gráfico 12: Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2002.

Em 2003 o MPSC de BC mostra que os números de denúncia caíram para quatro repetindo assim os números de 2001 (Gráfico 13). Do mesmo modo como nos demais anos há a dificuldade em interpretar os objetos de disputa, isso ocorre porque o campo não foi preenchido no livro. Conseguimos identificar apenas os Representantes, os Representados e as Curadorias de modo que três informam a Curadoria do MA e uma a Moralidade. Identificamos dois abaixo-assinados no campo Representantes, em duas ocasiões: uma relativa ao MA contra casa noturna e outra na Curadoria da Moralidade contra a PMBC.

O Gráfico 14 mostra os principais temas noticiados pelo JP3 no ano de 2003. Os dados revelados por este gráfico corroboram na interpretação dos dados obtidos junto ao MPSC de BC. Em 2003 a segurança permaneceu como tema destaque das manchetes. Porém além das questões relacionadas à construção do presídio, somaram-se ao tema da segurança: a violência no trânsito, a falta de salva-vidas nas praias e os assaltos ao comércio local.

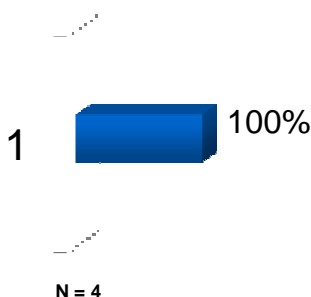


Gráfico 13: Objeto não identificado nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2003.

As Obras de infraestrutura demandaram uma luta entre a prefeitura e a Companhia de Água e Esgoto de Santa Catarina – CASAN. Tal conflito sinalizou a emancipação do tratamento e distribuição da água no município que após embates naquele ano conseguiu a municipalização dos serviços relacionados a água.

Ainda em 2003 as questões do MA girou em torno do alargamento da faixa de areia da praia, as liberações de licenças ambientais para a construção do molhe, os problemas de invasões e o favelamento da cidade, desmatamentos, obras irregulares e a discussão sobre a Agenda 21.

A Improbidade administrativa em 2003 girou em torno de questões que envolveram situações de fraude com um vereador, problemas com o Plano Diretor, fraude no FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, cobrança de taxas em atendimentos pelo SUS – Sistema Único de Saúde.

Quanto a categoria Garantia de direitos, noticiou-se questões relativas à segurança de crianças e adolescentes, greves promovidas pelos bancários do Banco do Brasil - BB, Banco do Estado de Santa Catarina - BESC e Caixa Econômica Federal- CEF.

No balanço final dos três primeiros anos de ação do MPSC em BC conseguimos operacionalizar o conceito de “estrutura de oportunidades”. O confronto político se desenvolve dentro dos limites criados por estruturas de poder afetando de forma significativa o comportamento político dos possíveis grupos envolvidos. Assim, os atores envolvidos atuaram formalmente porque as estruturas (MPSC)

criada pelo Estado oportunizaram a ação dos mesmos nas arenas públicas, deflagrando assim os conflitos existentes.



Gráfico 14: Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2003.

O Gráfico 15 revela um total de 19 denúncias protocoladas formalmente ao MPSC de BC de 2001 até 2003. A criação desta instituição revela os números, à capacidade interpretativa da sociedade local em perceber o MPSC de BC como um aliado influente para a solução de suas demandas. Ao protocolarem as denúncias, os conflitos ascendem para a esfera pública tornando-se visíveis para o Estado.

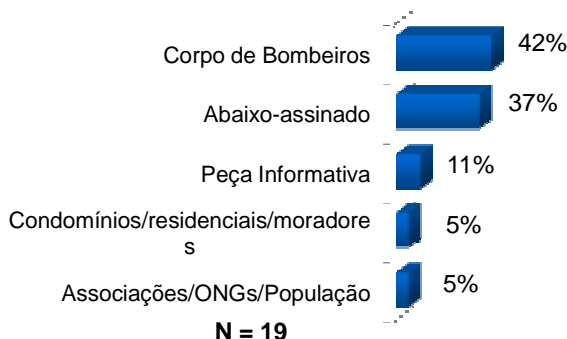


Gráfico 15: Os Representantes que mais ofereceram denúncias ao MPSC de BC entre os anos de 2001 e 2003.

Uma análise mais atenta aos dados do Gráfico 15 aponta para uma superioridade de 5% de denúncias da sociedade em relação à capacidade de denúncias protocoladas pelo Estado corroborando assim para a interpretação de que o Estado tem a capacidade de oportunizar aos coletivos a possibilidade de tornar público seus conflitos e de mediá-los quando solicitado.

3.3 Evolução dos dados do MPSC e do JP3: 2004 – 2006

No ano de 2004, de todas as denúncias protocoladas ao MPSC de BC, 76% correspondeu a Curadoria do MA. Mais uma vez a questão da abrangência a cerca da definição do conceito do que seria o MA fica evidenciado ao observarmos o Gráfico 16.

Os dados revelam que os números de denúncia são realizados em sua maioria pelas instituições do Estado. O MP lidera as denúncias seguidas pelos programas de governo municipais e ou federais, porém os segmentos organizados da sociedade continuam produzindo denúncias no MP (Gráfico 17)⁵⁸.

⁵⁸ Dada a grande quantidade de categorias encontradas nos livros buscaremos a partir de agora apresentá-las em três categorias como as informadas neste gráfico.

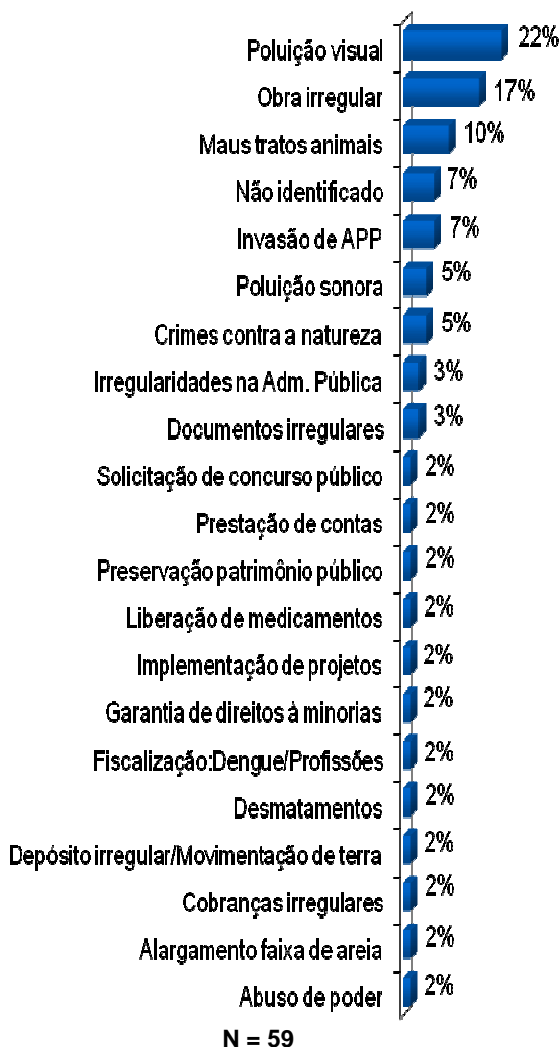
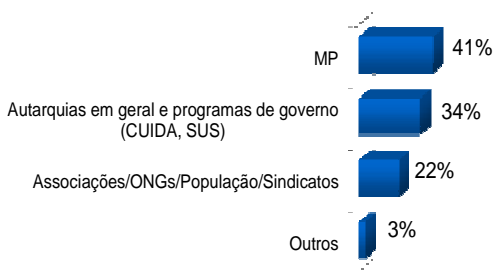


Gráfico 16: Objetos de disputa identificados nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2004.

Basicamente o foco do MP neste ano foram as casas noturnas e bares. Dos programas de governo, o CUIDA destaca-se pela fiscalização de obras irregulares e invasão de terras. Os movimentos sociais e associações em geral compactuaram com as demandas realizadas pelo

MP e CUIDA de modo que boa parte dos conflitos por eles denunciados foi: poluição visual, poluição sonora, maus tratos a animais.



N = 59

Gráfico 17: Os Representantes que mais ofereceram denúncias ao MPSC de BC no ano de 2004.

Ao observarmos o Gráfico 18, os temas mais noticiados fecham com as informações obtidas junto ao MPSC de BC. A característica marcante é a presença da violência como tema a ser destacado nas edições de 2004. Na área da segurança, as manchetes davam conta do esforço da polícia em combater o tráfico de drogas de modo que a sociedade pressionava as autoridades competentes para um terreno onde se pudesse construir o novo presídio. Ainda neste ano as primeiras ideias de se criar uma Guarda Armada já circulavam entre os administradores do executivo.

A Sociedade Civil mobilizou várias das notícias veiculadas neste ano, não apenas aquelas já citadas pelos livros do MPSC de BC, mas principalmente aquelas atreladas às greves de bancários e de funcionários do judiciário, bem como as invasões de terras e as construções irregulares em praias. Na área da educação a sociedade local movimentou-se para barganhar junto ao Governo Municipal e Catarinense abertura de um campus da Universidade Estadual de Santa Catarina.

Em 2005 registraram-se 9 denúncias a mais no PMSC de BC do que em 2004 (Gráfico19). O que de interessante o ano de 2005 reserva para o MPSC é a mobilização de moradores da Av. Central de BC, que incomodados com os assaltos, realizaram um abaixo-assinado, tornando público ao Estado o seu descontentamento com a segurança pública no

município. Esta seria a primeira reclamação formal sobre a violência protocolada ao MP nos dez anos pesquisados, a segunda e última denúncia sobre segurança pública se formalizou no ano de 2006.



N = 77

Gráfico 18: Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2004.

Ao contrário dos demais anos, onde o tema da segurança esteve presente nas manchetes do JP3, em 2005, este tema margeou a quarta colocação (Gráfico 20).

Em ambas, as fontes públicas pesquisadas continuaram a informar que o tema do MA continuava em destaque. No MPSC de BC, por exemplo, a Curadoria do MA foi responsável por receber 66% das denúncias, no JP3 19 % de suas notícias davam conta sobre a ação de coletivos que apontavam a questão ambiental como foco, sendo que neste ano o jornal atingiu o seu pico em publicações de notícias, somando um total de 126 matérias.

O segundo tema mais noticiado pelo JP3 no ano de 2005 foi a variável Improbidade administrativa, tendo como foco dois atores: Câmara Municipal de Vereadores e Hospital Santa Inês. Para Câmara de Vereadores as notícias davam conta de denúncias sobre favorecimento de empresas e desvio de verbas por parte de um dos vereadores.

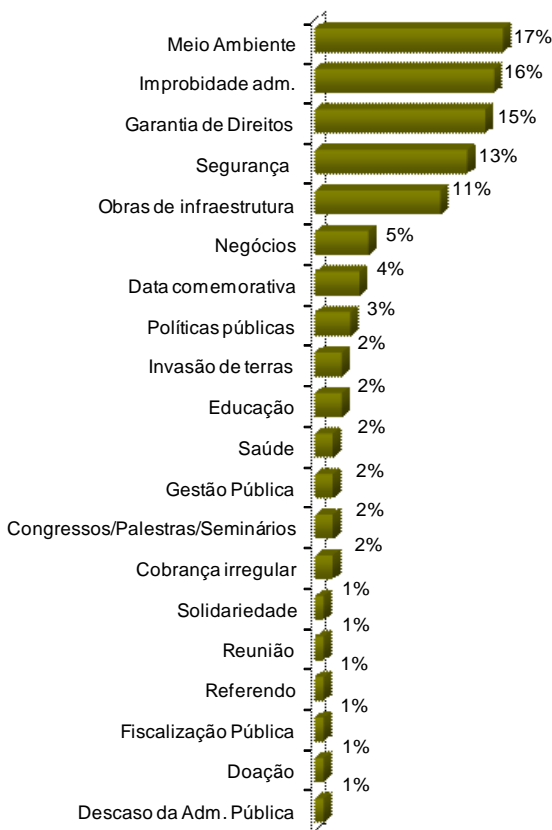
O tema da saúde começa a ganhar evidência não só no JP3, como também chega denúncias sobre superfaturamento no Pronto Socorro do hospital ao MPSC de BC aparecendo no Gráfico 19 como Irregularidades na Administração Pública.



Gráfico 19: Objetos de disputa identificados nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2005.

As garantias de direito demandaram muitos atores ao longo de 2005, de reclamações de consumidores, passando por reclamações sobre a aposentadoria à famosa discussão salarial dos bancários. Ainda assim se destacaram: os funcionários da PMBC que perderam o plano de

carreira e o plano de saúde; Os funcionários da CASAN que entraram em greve porque o escritório da estatal fechou com a municipalização da água e esgoto; Greve da DRT/SC - Delegacia Regional do Trabalho e Emprego de Santa Catarina; Passeata dos portadores de necessidades especiais reivindicando atenção das autoridades e da sociedade; e a mobilização dos professores particulares que se manifestaram em frente ao então Colégio Peart exigindo os seus direitos trabalhistas.



N = 126

Gráfico 20: Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2005.

Foi em 2006 que o MPSC de BC registrou o seu maior pico de denúncias, 126 (Gráfico 21)⁵⁹.

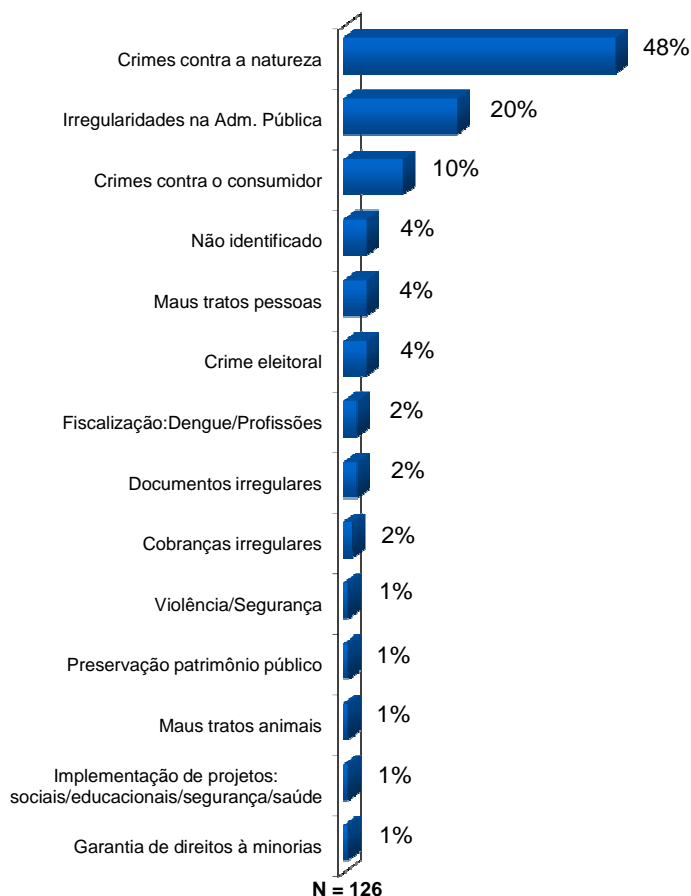
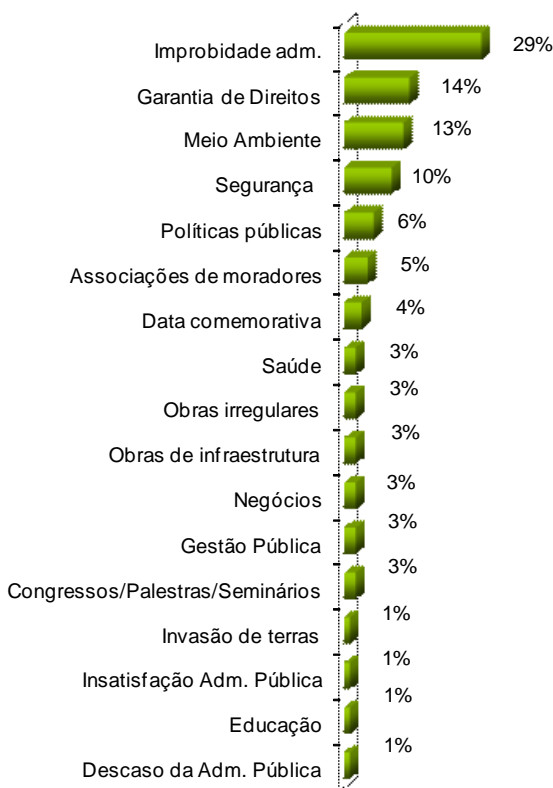


Gráfico 21: Objetos de disputa identificados nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2006.

Comparando os dados obtidos com o do MPSC (Gráfico 21) e os dados do JP3 (Gráfico 22) pode-se perceber uma inversão nas categorias. O MPSC manteve a questão do MA em evidência enquanto está variável ficou em terceiro nas notícias do JP3. É a categoria

⁵⁹ Colocamos neste gráfico todas as possíveis categorias que se referem à questão do Meio Ambiente com a finalidade de facilitar a leitura do mesmo.

Irregularidades na Administração Pública que aproxima os dois gráficos, uma vez que este se traduz na variável Improbidade administrativa para o gráfico do JP3.



N = 80

Gráfico 22: Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2006.

Boa parte das denúncias e notícias atreladas as questões da Improbidade administrativa estiveram ligadas a: irregularidades no Plano Diretor; irregularidades em campanhas eleitorais; irregularidades quanto à gestão do Hospital Santa Inês; Nepotismo na Prefeitura e Câmara de Vereadores; Supostas licenças médicas falsas; e a transição da CASAN para a EMASA - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú.

O Gráfico 23 faz um fechamento para estes últimos três anos. O MPSC revela-se o maior articulador de denúncias nestes três anos. A

interpretação mais plausível de acordo com a CP é a capacidade dos Estados Fracos em criarem política e instituições que consigam mediar e até assumir alguns dos conflitos criados pela própria sociedade. Sustenta-se assim a clássica ideia do monopólio do Estado para as situações de controle social, uma vez que na segunda posição, são as autarquias e políticas de governo que mais produziram denúncias.

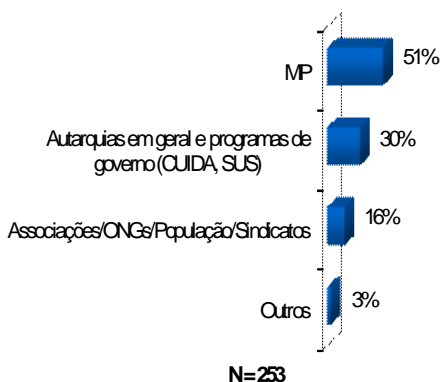


Gráfico 23: Os Representantes que mais ofereceram denúncias ao MPSC de BC entre os anos de 2004 e 2006.

Na terceira colocação e comparada aos três primeiros anos da implementação do MPSC em BC a Sociedade Civil encolheu sua participação na deflagração de conflitos ficando o MPSC de BC a frente de tais questões. Após seis anos de ação ininterruptos do MPSC em BC, a instituição se estabeleceu, ganhou força e estabilidade e assumiu o papel de principal agente capaz de mediar os interesses da sociedade local para com o Estado e o setor privado.

3.4 Evolução dos dados do MPSC e do JP3: 2007 – 2009

O ano de 2007 não começou diferente dos demais, as causas ambientais dominaram as denúncias junto ao MP (Gráfico 24). As três principais denúncias protocoladas em ordem decrescente foram: obras irregulares, desmatamento e poluição sonora.

As irregularidades na Administração Pública foram inúmeras, desde uma suposta fraude na contratação de fisioterapeutas pela Prefeitura, passando pelo desvio de água da EMASA de um terreno vizinho para a construção da Câmara de Vereadores até viagens partidárias financiadas pelo contribuinte, além de casos de nepotismo.

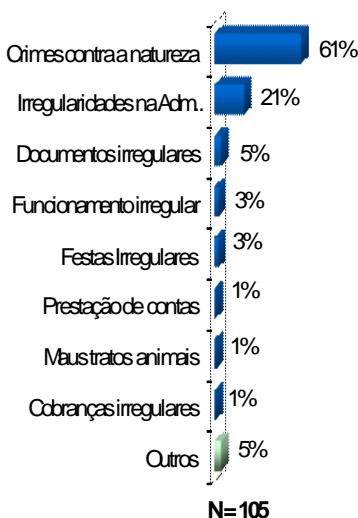
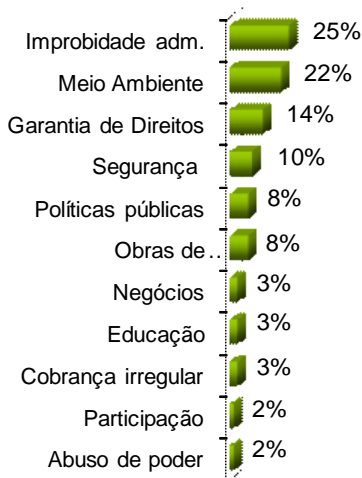


Gráfico 24: Objetos de disputa identificados nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2007.

No Gráfico 25, que corresponde aos dados obtidos aos temas do JP3 em 2007, os dados repetem-se, com uma pequena inversão, Improbidade administrativa em primeiro e Meio Ambiente em segundo.

As questões de irregularidades na Administração Pública foram noticiadas pelo jornal, ainda assim outros temas referentes à Improbidade Administrativa foram manchetes. Basicamente a consulta em fontes públicas diferentes contribui para a interpretação de muitos dos dados. Isso pode ser observado no cruzamento dos dados onde a pesquisa hemerográfica revelou conflitos que o MPSC não informava nos livros. Isso não significa que tais conflitos não existam para o MPSC, mas talvez explique aquelas informações não preenchidas nos livros.



N = 63

Gráfico 25: Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2007.

As reclamações do MA que ocorreram em 2006 permaneceram em 2007, com especial atenção as manifestações realizadas pelos movimentos ambientalistas para com as praias agrestes em especial o caso de Taquarinhas.

As Garantias de direitos mais uma vez apontaram em maioria as questões relacionadas às categorias sindicalizadas, como a paralisação dos correios e a greve dos servidores municipais por melhores salários. O caso que mais chamou a atenção e que foi registrado tanto pelo MPSC e pelo JP3 foi a investida jurídica dos comerciantes contra os indígenas Guarani que vendem o artesanato nas calçadas da cidade.

Apesar de estar situada na quarta colocação a categoria Segurança também continuou em evidencia. Os principais temas foram: arrecadação de dinheiro para manutenção do Centro de Internação Provisório para menores – CIP - realizado pelo Conseg, bem como a preocupação com a construção de um novo presídio. Chamou a atenção à organização da Sociedade Civil para uma caminhada pedindo mais segurança.

No ano de 2008 os Crimes contra a natureza mantiveram-se em primeiro lugar, destacaram-se os conflitos que envolveram, por ordem, os desmatamentos em geral e a poluição sonora por bares e casas noturnas (Gráfico 26).



Gráfico 26: Objetos de disputa identificados nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2008.

O ano de 2008 mostra o JP3, foi o ano em que as mobilizações populares ocorreram com maior frequência (Gráfico 27). Para as questões ambientais a sociedade se movimentava em manifestação pró-Taquarinhas na Câmara de Vereadores entre outras manifestações relacionadas a este tema.

Para a segurança inúmeros casos vieram se repetindo até a sociedade civil começar a se manifestar. As entidades organizadas iniciaram com um fórum sobre segurança e em seguida realizaram uma manifestação por mais segurança na Vara da Infância e Juventude.

A questão da segurança se torna ainda mais delicada quando em dezembro de 2008 foi deflagrada uma paralisação das atividades da Polícia Militar e dos Bombeiros Militares que reivindicavam o cumprimento da Lei Complementar 254⁶⁰, que havia sido sancionada em 2003.

Basicamente os teóricos da CP afirmam que a ação dos movimentos sociais não são atos irracionais. Os dados aqui analisados reforçam tal argumento, uma vez que ambas as manifestações só vieram a acontecer após sucessivos revezes contra os manifestantes e a sociedade local, como a falta de segurança percebida pelos moradores e

⁶⁰ Esta Lei estabelecia um reajuste salarial, de até 93%.

o não repasse do aumento dos salários dos profissionais da segurança pública, neste caso os policiais militares e bombeiros..



N=54

Gráfico 27: Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2008.

Ainda assim, neste ano, os temas relacionados à Improbidade Administrativa empataram com a categoria do MA. Basicamente, os temas estiveram atrelados a processos contra o prefeito e a irregularidades quanto à construção do Teatro Municipal.

A categoria Políticas Públicas trata neste ano em sua maioria de audiências públicas promovidas pelas autoridades municipais que chamava a sociedade para discutir temas de interesses da comunidade.

O tema da Solidariedade indicou a preocupação da sociedade de BC no auxílio às vítimas das enchentes daquele ano. Houve também mobilizações por parte das ONGs solidárias aos animais que promoveram campanhas de adoção.

As generalizações de alguns registros junto aos livros do MP nos impediram de realizarmos a descrição de outros objetos de disputa, por este motivo a categoria Crimes contra a natureza é usada aqui para representar todos os objetos correlatos. Porém, nos livros esta categoria

no ano de 2009 aparece em primeiro lugar com 18 casos, seguidos pela categoria Obras irregulares com 17 denúncias e a categoria Desmatamento com 9 registros (Gráfico 28).

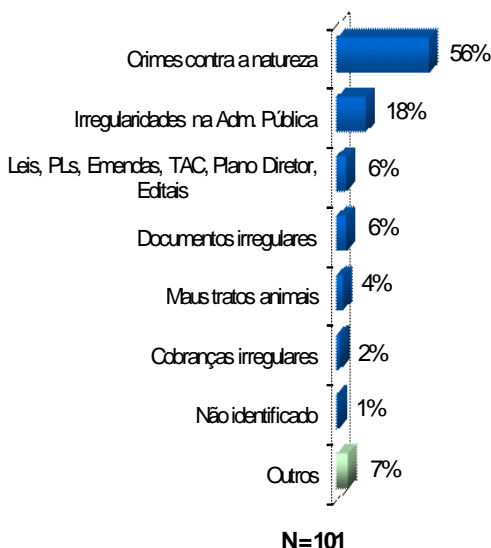
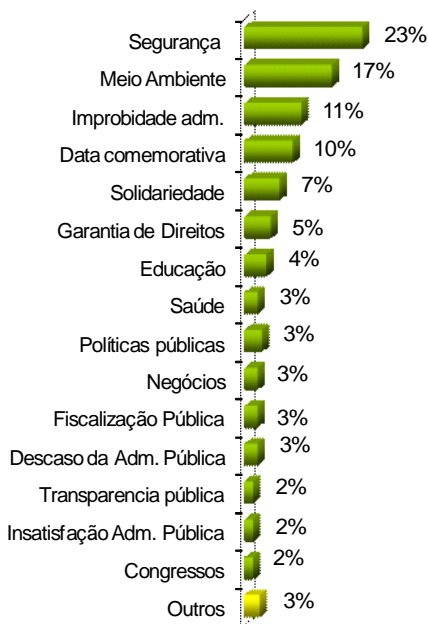


Gráfico 28: Objetos de disputa identificados nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2009.

Mas é o Gráfico 29 que revela os maiores conflitos deste ano. Basicamente o tema da Segurança ganha o auge na discussão e na mobilização da sociedade local. As notícias do início do ano mostram que os agentes prisionais do Estado entraram em greve. A insegurança levou as autoridades a discutirem a criação da Guarda Armada e uma audiência pública foi realizada na Câmara de Vereadores para se discutir a situação. Em resposta a Sociedade Civil promoveu uma passeata de grandes proporções nas ruas da cidade exigindo das autoridades mais segurança.

Há ainda a questão das garantias de direitos com a greve dos bancários do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e funcionários dos bancos particulares.



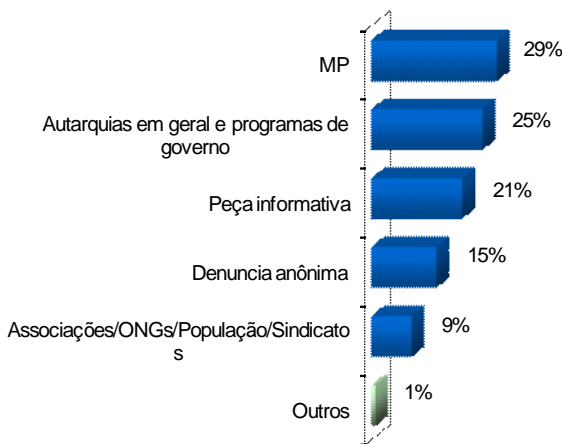
N = 116

Gráfico 29: Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2009.

Seguindo a realidade dos anos anteriores, o ciclo de 2007 a 2009 mostra que o Estado mantém a sua supremacia nas denúncias (Gráfico 30).

Os preenchimentos dos livros mostram que 21% das denúncias são feitas por Peça informativa, o problema, não se consegue identificar os autores das denúncias.

Na quarta posição aparece a categoria Denúncia Anônima. Analisando separadamente esta categoria em relação à categoria Representado, os resultados induzem a interpretação para conflitos particulares, ou seja, conflitos existentes entre indivíduos.



N = 303

Gráfico 30: Os Representantes que mais ofereceram denúncias ao MPSC de BC entre os anos de 2007 e 2009.

Quanto aos movimentos sociais, sua participação tem diminuído ao longo destes anos analisado, tendo o Estado assumido o lugar de principal agente denunciante dos possíveis conflitos políticos na cidade. A categoria Outros representa basicamente denúncias feitas por empresários e denúncias não identificadas.

3.5 Evolução dos dados do MPSC e do JP3: 2010

O último ano da análise de nossa pesquisa nos mostra uma queda do número de denúncias ao MP (Gráfico 31), do mesmo modo uma queda considerável ao número de temas noticiados pelo JP3 (Gráfico 32).

A nossa interpretação dado os últimos resultados é a consolidação do MP como estratégia preponderante do Estado. Do mesmo modo que as políticas de governo, as autarquias e os órgãos fiscalizadores de todos os tipos vem cumprindo com suas funções.

Isso não significa que os movimentos sociais não se mobilizam em BC ou que irá desaparecer, a explicação mais plausível, pode-se presumir é: a capacidade de articulação e de ação que o Estado possui em relação à sociedade. Basicamente os movimentos sociais articulam suas ações em temas específicos, uma vez que não dispõem de contingentes suficientes para articularem múltiplas ações para múltiplos focos.

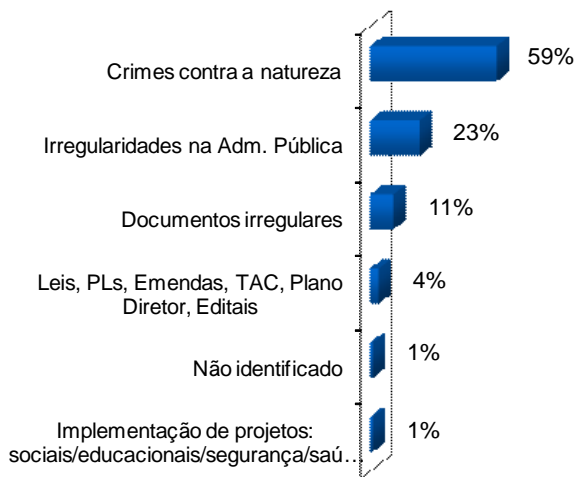


Gráfico 31: Objetos de disputa identificados nos livros de registro do MPSC de BC no ano de 2010.

O Estado assim tem criado um aparato técnico especializado para a fiscalização de determinados assuntos, ainda que alguns sejam políticas de governo. Sua capacidade de ação fica clara na superioridade dos números de denúncias por ele protocoladas ao MPSC. Basicamente o Estado mostra que pode haver eficácia quando há interesse de sua parte para a solução de um conflito. Mesmo assim é o Estado que propicia na maioria das vezes as oportunidades para o conflito. Dois exemplos podem esclarecer melhor esta perspectiva no ano de 2010.

Primeiro, o conflito entre as Monitoras de Creche e a Administração pública. O movimento iniciou-se na Administração anterior (Rubens Spornau – PSDB - 2002/2008) e culminou com uma greve na Administração de 2010 (Edson Renato Dias [periquito] – PMDB - 2008/2012), o motivo: promessas de campanhas não cumpridas.

No dia 12/03/2009 as monitoras se dirigiram para uma audiência com o prefeito. As reivindicações da classe: redução da carga horária para que as monitoras pudessem arranjar um segundo emprego para aumentar a renda familiar; plano de carreira para as monitoras com curso superior.

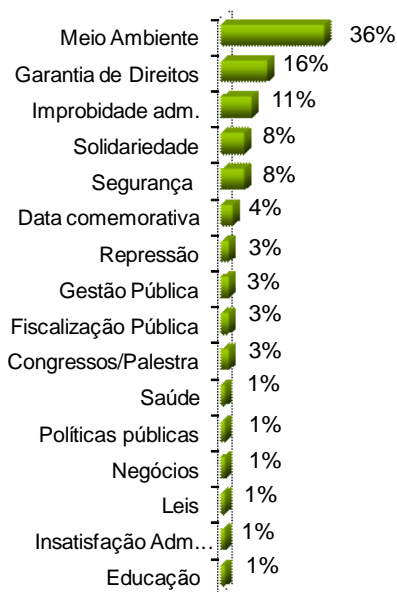
Em 20/01/2010 insatisfeitas com a situação ocorreu na Câmara de Vereadores uma Assembléia Geral das Monitoras dos Núcleos de Educação Infantil. Com cartazes e apitos, as manifestantes aplaudiam os

colegas que discursavam no púlpito da casa Legislativa de BC. Em um dos cartazes a frase: “Não queremos mais ser os fantasmas da educação. Somos profissionais do magistério”.

Após a assembléia as monitoras decidiram iniciar a greve no dia 28 deste mesmo mês caso o prefeito não atendesse as reivindicações. No dia 27 o prefeito envia um pedido de não paralisação às grevistas dizendo que analisaria as reivindicações. No dia prometido 150 monitoras entram em greve, marcham até a Prefeitura e protestam. No final daquela manhã, tentando conter a greve o Prefeito faz uma proposta às monitoras. Ao final do dia a greve termina, as grevistas aceitam a proposta do Prefeito que promete criar uma comissão em seis meses para apresentar um projeto prevendo vantagens salariais e funcionais que deveria ser enviado à Câmara de Vereadores para votação. No dia seguinte as atividades voltaram ao normal.

O segundo exemplo é o caso do maior conflito ambiental que mobilizou os ambientalistas e a comunidade sobre a questão da implementação do Parque Estadual para preservar a praia de Taquarinhas, onde o MPSC e o MPF intervirem após denúncias e a verticalização da praia se encontra em discussão judicial.

As questões atreladas tanto à categoria Irregularidades na Administração Pública (Gráfico 31) e a categoria Improbidade Administrativa (Gráfico 32) revelaram a existências de diversos conflitos envolvendo o Estado e instituições que prestam serviços para a sociedade e que recebem verbas repassadas pelo município. Algumas das denúncias envolvendo a Administração pública em geral referem-se ao: princípio da eficiência de servidores; aquisição de material hospitalar irregular; superfaturamento em eventos da PMBC; Desvio de função de servidores; Nepotismo; Desvio de verbas públicas para associações; Manipulação de resultado em processos seletivos.



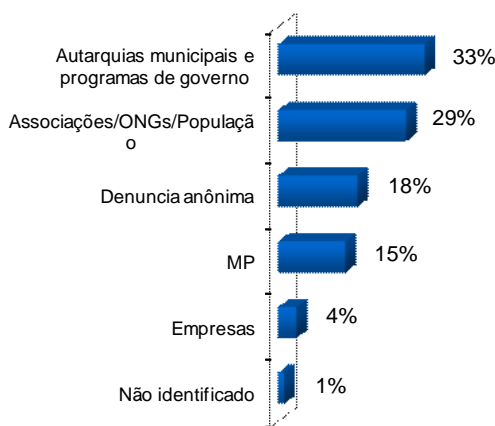
N = 76

Gráfico 32: Temas mais noticiados pelo JP3 no ano de 2010.

Os Crimes contra a natureza (Gráfico 31) e o tema Meio ambiente (Gráfico 32) noticiados pelo JP3 refletem uma sintonia entre as duas fontes públicas de pesquisa quanto aos resultados. Os temas ou as denúncias mais comuns foram: Desmatamentos; Poluição sonora; Obras irregulares; Poluição atmosférica; e Invasão de APP. O tema mais noticiado pelo JP3 foi a mobilização da sociedade para a Audiência Pública que aprovou a criação do Parque Estadual da praia Taquarinhas como sendo uma unidade de conservação da área em conflito.

O fechamento da análise neste último gráfico, Gráfico 33, nos leva a um resultado um tanto quanto significativo. Apesar de refletir apenas um ano, não tendo os dados de 2011 e 2012, uma vez que estes não faziam parte desta análise, os dados obtidos fora da base de dados do MPSC revelam um crescimento significativo da sociedade⁶¹ na categoria Associação/ONGs/População⁶².

⁶¹ É importante mencionar o surgimento de um grupo que está fora das análises deste trabalho por terem eles surgido durante o ano de 2011. Este grupo se auto-intitula: Faces Pintadas Anticorrupção. Este nome é alusivo a sua forma de organização e comunicação que ocorre através das redes sociais, principalmente pelo Facebook. Eles se apresentam como uma forma



N = 73

Gráfico 33: Os Representantes que mais ofereceram denúncias ao MPSC de BC no ano de 2010.

Basicamente a organização e as ações foram articuladas pelos grupos em defesa do meio ambiente, mas que se espalharam para outros segmentos da sociedade local. Grande parte desta organização dos movimentos se deu a partir da mobilização via redes sociais, pela internet⁶³.

Os repertórios de ação, quase sempre empregado pelos ambientalistas como: as denúncias no MP, as matérias veiculadas nos meios de comunicação agora contam com uma nova forma de ação. Os manifestantes registram suas passeatas e mobilizações em fotos de celulares ou máquinas fotográficas digitais portáteis, fazem gravações de vídeos amadores que são editados pelos próprios manifestantes e os materiais são veiculados nos sites de relacionamentos. O objetivo desta estratégia: divulgar para o maior número de pessoas possíveis suas ideias a partir da internet. Os compartilhamentos dos vídeos e das fotos que são passadas de pessoas comprometidas com a causa para indivíduos que não participaram das manifestações, mas que se

renovada dos antigos Caras Pintadas da década de 1990. O movimento protagonizou durante o ano de 2011 três passeatas em BC. Acompanhamos e registramos todas as manifestações. Conseguimos fazer contato com as lideranças do movimento.

⁶² De algum modo nos faz refletir o Gráfico 15 que faz o fechamento do triênio 2001 – 2003, onde 47% das denúncias foram feitas por coletivos.

⁶³ Sites de relacionamento como Orkut, Facebook e You Tube.

solidarizam com a causa, tem feito com que suas ideias se disseminem pela rede.

Mobilizando, pelo menos virtualmente novos adeptos, as ideias dos movimentos sociais são propagadas de forma democrática pela internet encontrando assim um novo meio para alcançar novos adeptos à causa. Os movimentos sociais conseguem deste modo uma ação de vinte e quatro horas ininterruptas uma vez que as informações podem ser acessadas e compartilhadas a qualquer momento por qualquer pessoa em qualquer lugar.

A internet dá assim sinais de ter se tornado uma ferramenta útil para disseminar as ideias dos movimentos sociais. Tão útil que o compartilhamento de informações⁶⁴ chega sem intermediação às autoridades e elites envolvidas em um conflito⁶⁵. Ao mesmo tempo qualquer pessoa pode observar, comentar e até cobrar dos envolvidos uma solução para o conflito. Basicamente os movimentos sociais tem se utilizado das redes para propagarem suas ideias, ensinar suas ações e a pressionar as autoridades envolvidas em um conflito⁶⁶.

Seguindo assim uma tendência internacional as novas tecnologias da informação vêm oportunizando aos movimentos uma capacidade de articulação e exposição de suas ideias para além das fronteiras do território onde ocorrem as suas manifestações. O apoio que os ambientalistas da ONG Ideia, por exemplo, recebem vem de diversas localidades do Estado de SC, além de apoio e identificação da causa com ativistas e ONGs internacionais⁶⁷.

⁶⁴ Este compartilhamento de informações tem incomodado as autoridades de muitos países. O livre compartilhamento tem produzido a tentativa de conter o fluxo de informações na rede. Os EUA, por exemplo, buscam uma maneira de centralizarem todas as informações disseminadas na rede com o objetivo de rastrear quem estaria compartilhando informações consideradas perigosas à segurança nacional. Este posicionamento norte-americano causou a ira de ciberativistas conhecidos como *Anonymous* que declaram guerra contra o sistema. Basicamente todas as manifestações que ocorreram entre o ano de 2010 e 2011 para a deposição de governos autoritários, campanhas contra a corrupção no Brasil e as ocupações nos EUA são influenciadas por estes ciberativistas. Maiores informações podem ser encontradas no endereço: <http://www.whatis-theplan.org/>

⁶⁵ Em BC, grupos como os Faces Pintadas Anticorrupção, que surgiram em 2011 utilizam os sites de relacionamentos como o Facebook para cobrar dos vereadores posicionamento quanto a questões locais. Também usam estes canais para informarem a imprensa suas ações.

⁶⁶ Este é o caso do movimento internacional do grupo ciberativista *Anonymous* que conta com um site no Brasil para centralizar informações, disseminar ideias e ensinar táticas de ação. O site: www.anonbr.org.

⁶⁷ Este dado foi obtido através de entrevista com os ativistas. A ONG disponibiliza ainda um site: <http://www.ideiasc.org.br/web/>.

Entre os anos de 2010 e 2011 novos grupos surgiram em BC, ampliando assim a gama das reivindicações da sociedade local com temas como: educação política dos jovens e movimento anticorrupção.

A articulação via redes sociais avançou ao longo dos anos pesquisados, não sendo possível identificá-las pelas pesquisas junto aos livros do MP. O modo como conseguimos mapeá-las foi usando os sites de relacionamento. Só assim conseguimos rastreá-los, identificá-los e acompanhá-los. Inicialmente tiramos fotos das mobilizações, nos apresentamos as lideranças e iniciamos uma aproximação mais direta, participando das ações, registrando com fotos e publicando as mesmas na internet.

A organização destes movimentos via redes sociais aproximou os mais diversos grupos como: ambientalistas, professores, estudantes, comerciantes, maçons entre outros. Este ativismo que se desenvolveu entre os anos de 2010 e 2011 através das redes sociais uniu estes grupos basicamente pelos altos índices de corrupção que o Brasil e a comunidade internacional vêm enfrentando e que tem sido veiculada pelos meios de comunicação tradicionais e pela internet.

O combate à corrupção mobilizado em BC segue a tendência internacional das ações anticorrupção, observando logicamente a realidade brasileira. Os atuais protestos parecem ter inspiração nos recentes casos de manifestações articulados pelas redes sociais que ocorreram nos últimos dois meses que encerraram o ano de 2010 e que se estenderam durante o ano de 2011⁶⁸.

O que em comum todos estes movimentos tem é a capacidade de articulação através das redes sociais. Outro aspecto é o tipo de ação, pacifista. Suas ações não são revolucionárias, mas reformistas. Entre os manifestantes e apoiadores se discute a tentativa da implementação da

⁶⁸ Em dezembro de 2010 um jovem de 26 anos ateou fogo no próprio corpo, na Tunísia, iniciando protestos que acabaram por depor o ditador Ben Ali que estava no poder a 23 anos; Milhares de jovens têm protestado por garantias de emprego, estudo e discriminação para com imigrantes em países como Reino Unido, França, Grécia, Itália, Turquia e Venezuela; No ano de 2011 no Cairo, o movimento ativista “6 de abril” exigia reformas políticas e a saída do então presidente Mubarak no poder desde 1981, após a deposição de Mubarak, novas manifestações foram convocadas pela Internet sob o nome de “Dia da Ira”, organizadas pelas redes sociais que vinham sendo uma das principais fontes de informação para o mundo exterior; Na Espanha, em 2011 iniciou-se o movimento conhecido como 15M – 15 de Maio - cujas manifestações expressam a ideia da não representação da população pelos partidos políticos, bancos e sindicatos. Este último se espalhou entre os espanhóis pela Internet, ganhou adeptos pela Europa e chegou a América do Norte ficando conhecido como: Ocupa Wall Street; O movimento ganhou a América Latina estabelecendo-se com ocupações conhecidas como: Ocupa Sampa, Ocupa Rio, Ocupa Salvador e Ocupa BH.

democracia direta⁶⁹. Auto intitulando-se “indignados” seguem as mesmas reivindicações que ocorreram na Espanha apontando em especial no Brasil a questão da corrupção⁷⁰.

Voltando aos dados obtidos junto ao MPSC a explicação para o aumento da categoria Associação/ONG/População no Gráfico 33 se dá em virtude da mobilização de associações e ONGs veiculadas à causa ambiental principalmente para a criação do Parque Estadual de Taquarinhass. Outro número considerável é o aumento das denúncias anônimas. Esta variável não reflete a existência de conflito coletivo, mas assegura pelo menos uma maior visibilidade do MP para com a sociedade local. Estes dados talvez ajudem na interpretação do porque o MP no ano de 2010 tenha ficado na quarta posição como o autor das denúncias, conferindo a ele neste ano muito mais uma posição de instituição que recebe da sociedade os conflitos existentes.

A categoria autarquias municipais e programas de governo corroboram na interpretação de que a vontade política é capaz de fazer com que os órgãos fiscalizadores do Estado cumpram o seu papel. Percebe-se assim como as estratégias preponderantes de um Estado fraco reverte para ele uma força capaz de manter certa ordem democrática na garantia dos direitos coletivos quanto aos conflitos existentes. Ao mesmo tempo estas estratégias dão ao Estado certa estabilidade para a manutenção do modelo vigente.

⁶⁹ Um movimento internacional que também faz parte da rede que influenciou a mobilização na Espanha e dispõe de articulação no Brasil é o movimento: Democracia Real Já. Pode ser visitado no site: <http://www.democraciarealbrasil.org/>

⁷⁰ Organizando-se pelo Facebook os Faces Pintadas Anticorrupção de BC fez aproximação com outros grupos de SC como: [MARCHA CONTRA CORRUPÇÃO-BLUMENAU/SC](#); e nacionais tais como: [ACORDA NAÇÃO BRASILEIRA](#), [NASRUAS.BR](#).

Considerações finais

Buscamos com este trabalho responder algumas questões de ordem metodológica e empírica. Finalizamos fazendo algumas ponderações quanto ao referencial teórico e em seguida aos resultados finais da pesquisa.

A CP favorece ao pesquisador analisar os fenômenos sociais já oficializados, ou seja, todos aqueles movimentos sociais que de algum modo foram identificados e registrados por algum tipo de pesquisa como: os meios de comunicação através das diversas mídias, trabalhos acadêmicos e instituições do Estado que disponibilizam dados para consulta.

Deste modo a CP oportuniza uma análise dos dados “oficiais” ficando o pesquisador restrito ao material consultado. Tal situação exige do pesquisador um esforço para que este consiga interpretar o fenômeno de forma a desnaturalizar o que lhe é apresentado.

A falta de dados oficiais sobre um fenômeno é sempre um risco que todo pesquisador pode sofrer. Quando isso ocorre, por si só, já é uma informação valiosa. Porém, a falta de dados mais completos, faz com que o pesquisador tenha que trabalhar apenas com indícios sobre o que se quer responder. De algum modo, essa superficialidade dos dados nos leva sempre a uma aproximação rasa ao objeto analisado. Mas quando os dados oficiais faltam em excesso, tal situação pode comprometer um trabalho.

Por este motivo, trabalhos como esta dissertação precisam ser elaborados visando consultar mais de uma fonte de dados. Esta estratégia favorece ao pesquisador que pode então cruzar os dados das fontes corroborando para o estranhamento dos resultados obtidos.

Outra característica marcante da CP é a postura do pesquisador diante de seu objeto. Na tentativa de uma neutralidade axiologia a CP aproxima-se da segunda norma fundamental em pesquisa social proposta por Weber⁷¹. Weber nos lembra que o cientista deve ao máximo possível tentar indicar ao leitor e principalmente a si mesmo, “onde e quando acaba de falar o cientista que reflete, e onde e quando começa a exprimir-se o homem dotado de vontade, quando os argumentos se dirigem ao entendimento e quando ao sentimento (WEBER, (2003, p. 13).

Esta postura encontra-se na CP quando ao pesquisador é exigido que o mesmo observe o seu objeto de modo não normativo, ou seja, que

⁷¹ WEBER, Max. Ensaios sobre a teoria das ciências sociais. 2ª. Ed. SP: Centauro, 2003.

o cientista não trate os movimentos sociais como uma entidade imaculada, passando ao leitor uma imagem daquilo que ele gostaria do que fosse o objeto da investigação. Duas são as situações que nos levam a este caminho metodológico: primeiro, entender que os movimentos sociais e suas ações não são fruto de uma anomia social; segundo, todos os grupos sociais de um Estado podem constituir um movimento social e produzirem inúmeros repertórios de ação coletiva. Isso significa que um movimento social pode surgir na periferia de um Estado ou em suas elites econômicas.

Esta postura metodológica e teórica nos proporcionou responder a seguinte pergunta: Existem movimentos sociais e ação coletiva em BC? Seguramente sim. A característica dos grupos que promovem ação coletiva de conflito em BC é em grande maioria fruto da ação institucionalizada de grupos tais como: sindicatos, condomínios, associações e ONGs de todas as camadas sociais existentes na cidade. A arena onde os conflitos são decididos ocorre em sua maioria na esfera jurídica tendo como mediador das disputas o Estado e mais recentemente com a contribuição do MP.

A história de BC mostra que na cultura política local os moradores e as elites aprenderam a usar as leis e as instituições para fazerem valer seus direitos e interesses. Este é o caso, por exemplo, do que ocorreu na emancipação de BC para com Camboriú e da abertura do MPSC em BC a partir de 2001. Tal fato nos leva a sugerir que em cidades onde há a presença de instituições estatais atuantes e presentes na solução dos problemas com uma sociedade civil bem organizada e com um tecido associativo bem constituído as ações coletivas de conflito tendem a serem resolvidas em sua maioria na esfera judiciária.

Porém, isto não significa a falta de ação coletiva com demonstrações públicas como passeatas e ou manifestações em locais pré-determinados. O que se quer sugerir é que há uma predileção dos grupos em optar por ações que diminuam o enfrentamento com riscos físicos e que possibilite o reconhecimento público e legal a partir das decisões legitimadas com ganho de causa pelo Estado para os lados envolvidos.

Mesmo assim o trabalho revela que os modos de ação dos manifestantes ou das partes que estão em conflito são iguais em alguns momentos e que se modificam ao longo do conflito de acordo com as necessidades de cada grupo. Esta perspectiva pode ser bem observada no conflito entre ambientalistas contrários a verticalização da área de Taquarinhas e os empresários da construção civil que querem construir um *resort* ali.

Enquanto os manifestantes realizaram denúncias no MPSC e MPF e ampliaram o seu repertório de ação através de manifestações, passeatas e vídeos que foram veiculados na internet a construtora vêm respondendo aos manifestantes sempre publicamente através de: assessoria de imprensa, equipe jurídica especializada e em programas de rádio e televisão.

Tal postura adotada pela construtora força aos manifestantes manter uma postura de ação pacífica mais contida principalmente em manifestações públicas. Do mesmo modo a interferência dos ambientalistas força a construtora a não realizar qualquer ação que possa macular sua imagem perante a opinião pública local. Parece que neste sentido a grande arma de ambos os lados envolvidos é a imagem que ambos projetam para a opinião pública e para as autoridades competentes. Os manifestantes mostram maturidade no modo de manifestar e de exigir seus direitos, a construtora mostra uma postura de empresa responsável e comprometida com a sociedade local.

Assim os resultados obtidos nesta pesquisa, a partir dos dados provenientes de fontes públicas e oficiais, nos levam a sugerir uma institucionalização dos movimentos sociais existentes em BC. Esta constatação pode ser atribuída em grande parte a capacidade de articulação do Estado em tentar reverter demandas particulares e coletivas para a arena pública através de suas instituições democráticas por meio de políticas de governo, fóruns e da ação do próprio MPSC no município.

Podemos assim afirmar que aos olhos de um observador menos treinado e a partir de uma visão panorâmica o mesmo terá dificuldades em perceber a existência de ação coletiva e movimentos sociais em BC por dois motivos. Primeiro, pelo fato da grande maioria dos grupos existentes na cidade estarem institucionalizados através de associações, sindicatos e ONGs, assim, estes não se fazem perceptíveis para a grande maioria das pessoas; Segundo, a institucionalização das demandas leva os movimentos a reproduzirem repertórios de ação convencionais, ou seja, técnicas e práticas incorporadas no cotidiano social, como petições e denúncias no MP.

Mas se observadas outras características das quais os dados oficiais não foram capazes de nos informar podemos sugerir, a partir de dados *ex-post-facto* entre os anos de 2010 e 2011 que mesmo a estabilidade democrática não é condição *sine qua non* para evitar manifestações públicas como passeatas, carretas e discursos de descontentamento por parte da população.

O que as observações finais nos mostram é que a estabilidade democrática⁷² não é sinônimo de satisfação por parte da sociedade para com os representantes políticos e as elites em termos de serviços oferecidos e prestados há sociedade.

Dois exemplos podem ser atribuídos aqui. No final da década de 1980 e início da década de 1990 em BC, um grupo de jovens estudantes que organizavam o Grêmio Estudantil⁷³ na cidade observavam atentamente as transformações no cenário da política nacional; Organizados em BC ajudaram a mobilizar em SC cerca de cinco mil jovens que foram as ruas para protestar contra o então governo do Presidente Fernando Collor de Melo exigindo o seu impeachment.

Durante toda a década de 2010 o descontentamento da população local levou a autoridade competente a se posicionar quanto à questão da segurança forçando a administração pública a implementar política de segurança mais atuante, como a criação da Guarda Municipal Armada. Conquista que ocorreu após uma passeata e uma carreata organizada pela sociedade civil local depois da morte de um comerciante e um taxista.

A força de um “Estado fraco”, ou seja, democrático, pode ser aqui identificado na sua capacidade de captar e absorver boa parte dos conflitos que chegam até ele, revertendo isso em estabilidade governamental. O que como podemos observar não significa afirmar que não haverá conflitos cuja demanda extrapole ações convencionais a atos com grande concentração de pessoas nas ruas. Segundo o que observamos em BC, onde a população sabe usar das instituições a seu favor, a sociedade tende a se manifestar todas as vezes que se sentir insatisfeita com os serviços prestados pelas elites e por suas autoridades.

Identificamos então três ciclos de protestos em BC. Todos eles de algum modo tiveram relação direta com a política institucional local e nacional. O primeiro ciclo remonta a emancipação do município de BC; Segundo, ao período da ditadura; Terceiro ao da redemocratização do país. Em ambos os ciclos a política institucional foi decisiva para oportunizar aos desafiantes possibilidades de ação.

⁷² Por estabilidade democrática entendemos os processos regulares de eleições para representantes do povo em todas as instancias da administração pública.

⁷³ Estes dados carecem de fonte uma vez que não são dados oficiais registrados em jornais, em arquivos públicos ou trabalhos acadêmicos. Fizemos esta descoberta casualmente, cobrindo as manifestações dos FACES Pintadas Anticorrupção encontramos um dos membros que atualmente é assessor de um dos vereadores da cidade e que estava ali acompanhando a evolução da manifestação.

Os três ciclos de protesto reforçam o argumento de que as oportunidades políticas não são formais e nem permanentes porque nem sempre elas ocorrem para todos os grupos ao mesmo tempo. E mesmo que ocorram (as oportunidades), nem todos os grupos estão preparados para interpretar uma estrutura de oportunidades. O que significa dizer que as condições observadas em BC são particulares a sua realidade, bem como o modo de engajamento e de organização realizado pelos coletivos.

Do mesmo modo, os repertórios identificados deram conta de mostrar que as táticas mais empregadas pela sociedade como forma de mobilização coletiva no período de 2001 a 2010 é a formalização de denúncias junto ao MPSC. Nossa explicação para tal fato são as oportunidades criadas pelo Estado através de políticas de governo ou instituições estabelecidas como o MP que favorecem em um município como BC o fortalecimento organizacional da sociedade civil, ou seja, boa parte das denúncias é realizada por coletivos que são instituições civis registradas como associações e ONGs. Mesmo assim a sociedade civil e ONGs têm utilizado quando necessários repertórios como: abaixo assinado, passeatas e vídeos na internet.

Os conflitos coletivos mais comuns estão relacionados à causa ambiental, seguidos pela improbidade administrativa e a segurança. Os problemas ambientais mais frequentes estão relacionados à poluição sonora, porém são as construções irregulares os maiores problemas ambientais. Os dados revelaram que todas as parcelas da sociedade poluem de algum modo. O principal coletivo - movimento social - ligado a defesa do meio ambiente figura na ação da ONG Ideia, cujo foco visa à educação ambiental e a fiscalização de irregularidades neste setor.

Nossa reflexão dado os resultados sugere que as instituições do Estado de algum modo estão suprimindo as necessidades da população como mediadoras de conflito uma vez que os números mostram que durante toda a década de 2010 o Estado na figura do MPSC assumiu indubitavelmente o papel de garantidor da vontade geral, tanto para o Estado quanto para a população.

Os dados ainda revelam que apesar da ação efetiva do MP, os grupos que promoveram algum tipo de manifestação pública através de passeatas, greves, carreatas ou comícios o fizeram como forma de complemento para legitimar suas demandas. Fuks (2001), por exemplo, entende isso como uma necessidade dos grupos em tornar a causa pública para que a mesma possa ser percebida pela sociedade e assim ganhar força perante a opinião pública.

Por fim, apesar de a pesquisa mencionar os resultados até o ano de 2010, a sociedade continuou a se organizar e novos grupos surgiram de modo que este trabalho não responde a toda complexidade da organização social.

As novas tecnologias provenientes do avanço das informações pela rede mundial de computadores da sinais de que em BC o ciberativismo começa a ganhar espaço na cidade. Jovens conectados com o mundo observando os acontecimentos nacionais e internacionais vem utilizando-se das redes sociais para comentarem e interagirem com autoridades políticas chegando ao ponto de cobrar posicionamento público das mesmas em determinados assuntos.

Misturando ações virtuais, passeatas pelas ruas e mobilizações em praças públicas suas atitudes mesclam ações tradicionais de um típico movimento social da década de 1960. Mas, ao se organizarem pela rede mostram que as novas tecnologias estão abrindo novas oportunidades para a comunicação de indivíduos que insatisfeitos começam a se mobilizar inicialmente no espaço virtual. Porém, os mais corajosos começam a transpor os limites virtuais e estão levando as ruas, de modo pacífico suas indignações e descontentamentos as autoridades. Mesmo assim só o tempo poderá nos dizer se este novo movimento trará ações mais efetivas para a transformação da realidade sócio-política do município.

Assim, se levarmos em conta os últimos acontecimentos nacionais sobre corrupção e os acontecimentos internacionais sobre a queda de ditadores e a insatisfação de grande parte do ocidente com o cenário econômico e político, podemos no mínimo esperar novos desdobramentos a cerca dos grupos que se mobilizam pelas redes sociais.

Deste modo os teóricos da ação coletiva de conflito terão dentro dos próximos anos a possibilidade de investigar e explicar os fenômenos da ação coletiva que vem transformando a primeira década do século XXI.

Lembramos que este trabalho responde apenas a questões pontuais pré-estabelecidas e que os resultados aqui obtidos não podem ser considerados de forma alguma verdades absolutas se não apenas um esforço teórico metodológicos para se aproximar o máximo possível de uma realidade empírica. Porém mesmo assim e dadas as nossas limitações esperamos ter contribuído com o debate aqui proposto.

REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].

AnonOps BR. <<http://www.anonopsbr.blogspot.com/>>. Acessado em: 15/12/2011.

Audiência Pública para preservação da Praia de Taquarinhas. Projeto Lei 612/09, organizado pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Disponível em: <<http://ideiasc.org.br/web/>>. Acessado em: 15/12/2011.

Assembléia das monitoras de creches. **Blogp3**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=foPNvIcIL94&list=UURUYyqt8HnVmHF5Jva45ggQ&index=11&feature=plcp>>. Acessado em: 15/02/2010.

AVELAR, L. 2004. **Participação política**. In: L. AVELAR; A.O. CINTRA (orgs.), Sistema político brasileiro – uma introdução. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung/Unesp, p. 223-235.

AVRITZER, L. 1996. **A moralidade da democracia**. São Paulo, Perspectiva, 168p.

AVRITZER, L. 2002. **Orçamento Participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte**. In: E. DAGNINO (org.), **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo, Paz e Terra, p.13-60.

BAQUERO, M.; BORBA, J. 2005. **A valorização dos partidos no Brasil via capital social**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, GT MÍDIA E ELEIÇÕES, Caxambu, 19p.

BAQUERO, M. 1981. Participação política na América Latina: problemas de conceituação. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 2(53): p. 7-34.

BAQUERO, M. **Cultura política participativa e desconsolidação democrática:** reflexões sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo Perspec., Dez 2001, vol.15, no.4, p.98-104. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8392001000400011>. Acessado em: 31/07/08.

_____. **Construindo uma outra sociedade:** o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. Rev. Sociol. Polit., Nov 2003, no.21, p.83-108. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782003000200007&script=sci_arttext&tlng=in>. Acessado em: 31/01/08.

BASTOS, Carlos Eduardo. **Apatia política:** a participação das elites na construção da cultura política a partir de Florestan Fernandes e Raymundo Faoro. Itajaí, SC, 2008. Monografia apresentada para a obtenção de título de Bacharel em Ciências Sociais – Ênfase em Políticas Públicas, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas – CCSJ.

BORBA, J.; LÜCHMANN, L.H.H. 2007. **Orçamento Participativo: uma análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina.** In: J. BORBA; L.H.H. LÜCHMANN (orgs.), Orçamento Participativo: análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina. Florianópolis, Insular, 224 p.

BORBA, Julian; LÜCHMANN, Lígia Helena H. **Orçamento Participativo:** análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2007.

BUENO, N.; FIALHO, F. 2007. **Raça, desigualdade e participação política na região metropolitana de Belo Horizonte.** Belo Horizonte, UFMG, disponível em <lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/ilassa/2007/bueno.pdf> Acesso em agosto de 2006.

CAYRES, Domitila Costa. **Sociedade Civil e Estado:** a autonomia revistada. Florianópolis, 2009. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia Política). Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina.

CEZAR. Marlise Schneider. Franceses fizeram o primeiro Plano diretor de Balneário Camboriú. **Página 3**, Balneário Camboriú, p. 9, 31 jul 2004.

COHEN, J.; ARATO, A. 1992. *Civil society and political theory*. Cambridge, The Mit Press, 804 p.

COHEN, Jean. *Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements*. *Social Research*, n. 52, pp. 663-716, 1985.

DAHL, R. 1970. **A moderna análise política**. São Paulo, Lidador, 167p.

DALH, Robert. **Poliarquia**, 1971; **Um prefácio a teoria democrática**, 1985.

Democracia Real Brasil. Disponível em: <http://www.democraciarealbrasil.org/>. Acessado em: 15/12/2011.

Diretas Já comemora 25 anos na quarta. **Página 3**, Balneário Camboriú, p. 5, 17 jan2004.

FONSECA, Adriana; SIMÕES, Kátia. As melhores cidades, entre 50.000 e 100.00 habitantes, para você abrir o seu negócio. **Pequenas Empresas & Grandes Negócios**. <http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,EMI81802-17166,00-AS+MELHORES+CIDADES+ENTRE+E+HABITANTES+PARA+VOCÊ+ABRIR+O+SEU+NEGOCIO.html>. Acessado em: 09/03/2012.

FUKS, Mario. **Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debate nas arenas públicas. RJ: Ed. UFRJ, 2001.

GOB-SC – Grande Oriente do Brasil – SC. Disponível em: <http://www.gob-sc.org.br/gobsc/?p=357> Acessado em: 03/12/2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. SP: Edições Loyola. 2008.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais.** SP: Edições Loyola. 2008.

_____. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** RJ: Editora Vozes. 2010.

Grupo organiza manifestação contra impunidade via redes sociais. **O Fato**, Rodeio Bonito, 2011.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210.

HABERMAS, Jürgen. “*New Social Movements*”. *Telos*, 1981. n.49, p. 33.

_____. **Para a reconstrução do materialismo histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1983 (1976).

_____. **Teoria da ação comunicativa.** Madri: Taurus, 1985.

_____. “**A nova intransparência**”. Novos estudos Cebrap nº 18. São Paulo: Ed. Cebrap, 1987.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary C. R. As três visões do neo-institucionalismo. **Lua Nova** nº 58 – 2003. p. 193-223.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**, 1944; *The Constitution of Liberty*, 1960.

HELD, David. **Models of Democracy.** Cambridge (GB), Polity Press, 1995.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acessado em: 13/11/2009.

JACOBI, Pedro Roberto. **Políticas Sociais e ampliação da cidadania.** RJ: Ed. FGV, 2000. 156p.

KAUCHAKJE, S. **35 anos de pesquisa sobre movimentos sociais:** permanências e diversidades nas teses e dissertações realizadas na USP e na Unicamp. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 3, p. 113-132, 2010.

LIMA, Antônio João Ferreira de. **As bases relacionais da política na periferia urbana:** fundamentos do capital social e da construção das ações coletivas entre as classes populares. Porto Alegre, 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curso de Pós-Graduação em Sociologia) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LÜCHMANN, L.H.H. 2002. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre.** Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 225.

LÜCHMANN, L.H.H. 2007. **A representação no interior das experiências de participação.** *Lua Nova*, 70:139-170.

LÜCHMANN, L.H.H. **O desenho institucional dos Conselhos Gestores.** Disponível em: <http://www.cfih.ufsc.br/~npms/lpublic.php> . Acessado em 01/11/2009.

Manifestação contra o desmatamento, Praia Brava, Itajaí. **Blogp3.** Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=qjbYJwrH2a0&list=UURUYyqt8HnVmHF5Jva45ggQ&index=2&feature=plcp> >. Acessado em: 18/10/2011.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *In Lua Nova*, São Paulo, 76: 11-48, 2009.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A Ação Coletiva e seus Interpretes. **Pensamento Plural**, v. 1, p. 65-87, 2007.

MELUCI, Alberto. *The New social Movements: A Theoretical Approach.* *Social Science Information*, n.19. pp. 199-226, 1980.

_____. *Getting Involved: Identity and Mobilization in Social Movements.* Klandermans, Kriesi e Tarrow, in *International Social Movement*, vol.1 Greenwich Cnn, JAI Press., pp. 305-348, 1988

_____. *Challenging Codes. Cambridge Um. Press*, 1996.

MIGUEL, L.F. 2005. **Teoria democrática atual: esboço de mapeamento.** *BIB*, 59:5-42.

MOISÉS, J.A. 1995. **Os brasileiros e a democracia.** São Paulo, Atlas, 304 p.

NOBRE, Marcos; SCHATTAN, Vera P. **Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Ed. 34, 2004.

NOZIK, Robert. **Anarquia, Estado e Utopia**, 1974.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007.

OLSON, M. 1999. **A lógica da ação coletiva.** São Paulo, Edusp, 208p.

ONG Ideia. Disponível em: <<http://ideiasc.org.br/web/>>. Acessado em: 15/12/2011.

Jornal Página 3 Expresso. Disponível em: <<http://www.pagina3.com.br/>>. Acessado em: 15/12/2011.

PATEMAN, C. 1992. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 162 p.

PERES, P. S. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da Ciência Política. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, nº 68, out. 2008.

PETERS, Guy B. *El nuevo institucionalismo: La teoria social em ciência política. Barcelona (Espana): Gedisa, S.A, 2003.*

PIZZORNO, A. 1985. **Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional.** *In: A. FOXLEY; M. McPHERSON; G. O'DONNELL (eds.), Desenvolvimento, política e aspirações sociais. O pensamento de Albert Hirschman.* São Paulo, Vértice, 424p.

Povo se mobiliza contra ditadura. **Página 3**, Balneário Camboriú, p. 5, 17 jan2004.

PIZZORNO, A. 2003. **Por qué pagamos la nafta. Por una teoría del capital social.** In: A. BAGNASCO; F. PISELLI; A. PIZZORNO; C. TRIGILIA. *El capital social. Instrucciones de uso.* Buenos Aires, Fondo de Cultura Econômica, p. 19-51.

Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú. Disponível em: <http://www.balneariocamboriu.sc.gov.br/index.cfm> . Acessado em: 13/11/2009.

PUTNAM, R. 1995. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, FGV, 260 p.

PUTNAM, R.(Ed.) 2003. *El declive del capital social.* Barcelona, Galaxia Guttemberg, 665 p.

REIS, F. W 2000. *Mercado e utopia:* teoria política e sociedade brasileira. São Paulo: EDUSP, 416p.

RENNÓ, L.R. 2003. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. *Revista Sociologia Política*, 21:71-82.

Reunião no fórum com Dr. Rosan da Rocha. **Blogp3.** Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7MWF74xtfW0&list=UURUYyqt8HnVmHF5Jva45ggQ&index=16&feature=plcp>>. Acessado em: 10/06/2010.

Revista Brasileira de Ciência Política – RBCP – nº3 – de janeiro/julho de 2010.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**, 1942.

Secretaria de Turismo de Balneário Camboriú. Disponível em: <http://www.secturbc.com.br/pt_index.php?s=balneario&canal=arquivo&coluna=7&arq=56>. Acessado em: 01/03/2012.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento:** movimentos sociais e confronto político. São Paulo: Vozes, 2009.

TATAGIBA, L. 2002. **Os Conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil**. In: E. DAGNINO (org.), *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 47-103.

The Plan. Disponível em: <<http://www.whatis-theplan.org/t1-what-is-the-plan>> Acessado em: 15/12/2011.

TILLY, Charles. Movimentos Sociais como política. In **Revista Brasileira de Ciência Política**. 3ed, Brasília, 133-160, 2010.

TOURAINE, A. 1994. **Crítica da modernidade**. Petrópolis, Vozes, 431 p.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.L.; BRADY, H.E. 1995. *Voice and equality. Civic voluntarism in American politics*. Chicago, Harvard University Press, 640 p.

SCHERER-WARREN. **Movimentos Sociais** – Um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SEIBEL, Erni J. **Pesquisa Hemerográfica metodologia**. Florianópolis: Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas - NIPP, 2009. Disponível em: <www.nipp.ufsc.br/pesq-hemero.doc>. Acessado em: 09/06/2010.

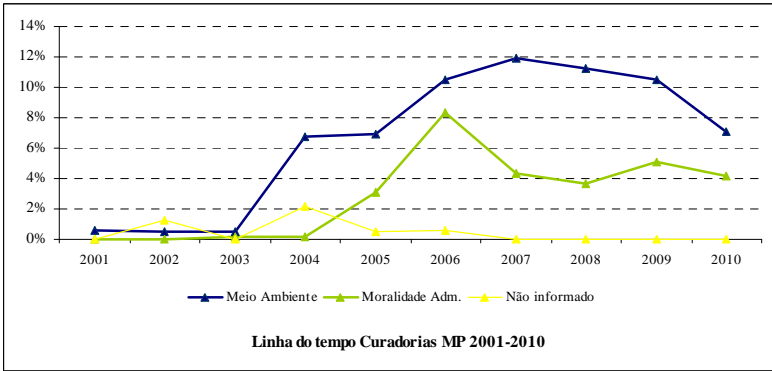
SILVA, M. K. **De volta aos movimentos sociais?** - Reflexões a partir da literatura brasileira recente. Ciências Sociais Unisinos, v. 46, p. 2-9, 2010.

WEBBER, Max. **Ensaio sobre a Teoria das Ciências Sociais**. 2ª Ed. São Paulo: Centauro, 2003.

6ª Promotoria de Justiça de Balneário Camboriú/SC. Disponível em:<<http://6promotoriadejusticabc.blogspot.com/>>. Acessado em 09/12/2011.

APÊNDICE

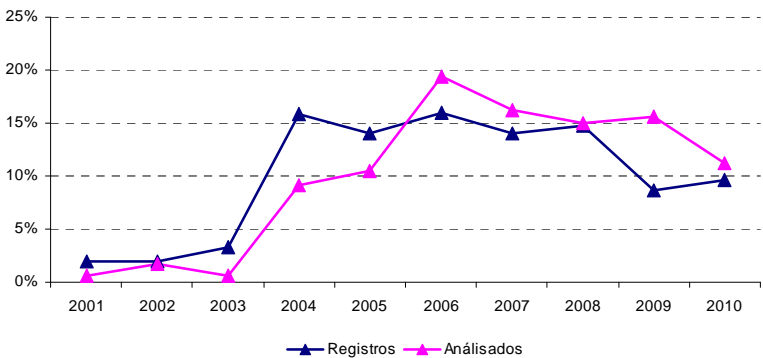
Gráfico anexo 1. MPSC: Linha do tempo Curadorias



N = 648

Fonte: Autor, com base nos dados do MPSC de BC

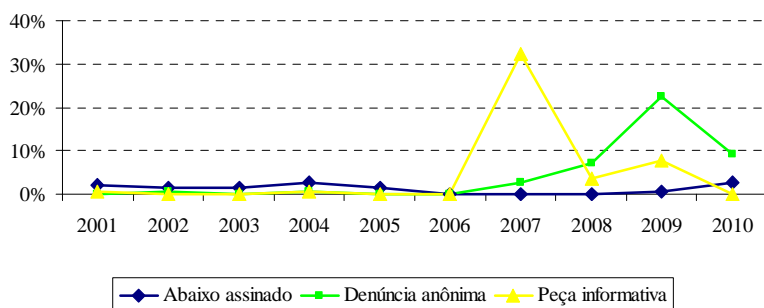
Gráfico anexo 2. MPSC: Registros e Análises



N = 1170 N = 648

Fonte: Autor, com base nos dados do MPSC de BC

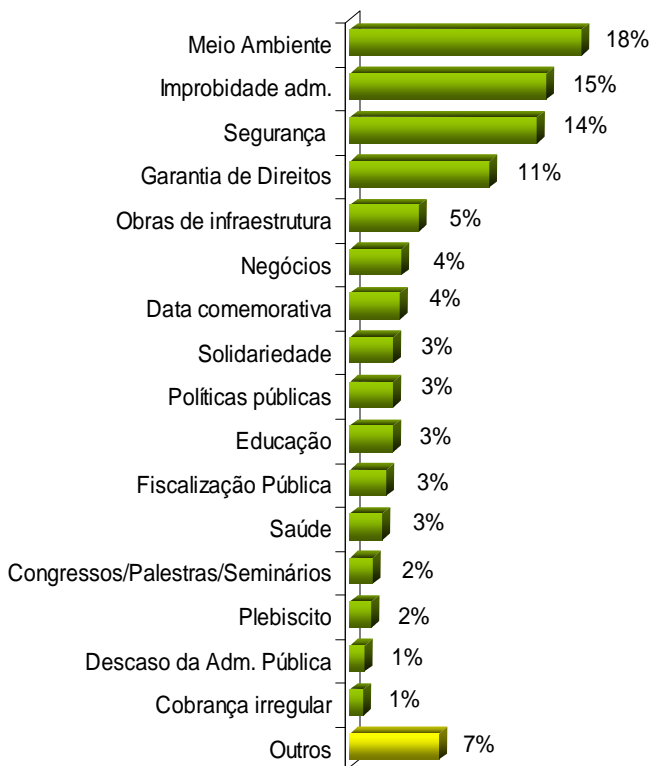
Gráfico anexo 3. MPSC: Instrumentos de denúncia



MPBC: Instrumentos de denúncia 2001-2010

N = 648

Fonte: Autor, com base nos dados do MPSC de BC

Gráfico anexo 4. JP3: Temas, 2001 – 2010**N = 828****JP3, Temas, 2001-2010**

Fonte: Autor, com base nos dados do MPSC de BC

Tabela anexo 1:

Município: Balneário Camboriú - SC

Condições	Informações sobre Nascimentos									
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Número de nascidos vivos	1.229	1.313	1.250	1.222	1.195	1.270	1.361	1.299	1.397	1.338
Taxa Bruta de Natalidade	19,2	17,9	16,2	15,2	14,3	14,6	14,4	13,3	13,7	13,4
% com prematuridade	3,3	4,8	6,8	6,1	8,4	7,3	7,2	8,8	7,3	8,5
% de partos cesáreos	42,1	43,6	49,9	52,1	49,9	56,0	59,4	54,7	55,7	60,8
% de mães de 10-19 anos	16,8	18,9	18,1	18,2	16,9	13,5	12,7	15,6	12,6	13,3
% de mães de 10-14 anos	0,7	0,3	0,6	0,7	0,3	0,2	0,4	0,2	0,2	0,3
% com baixo peso ao nascer										
- geral	7,7	7,2	9,0	7,5	8,2	7,8	7,4	8,5	7,9	8,4
- partos cesáreos	7,3	7,7	10,7	8,0	8,6	8,2	8,3	8,4	8,7	8,7
- partos vaginais	8,0	6,8	7,3	7,0	7,9	7,3	6,0	8,7	6,8	7,8

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

Nota: Dados de 2008 são preliminares.

ANEXOS

1. Foto da capa do Jornal: O Intransigente de 31/03/1918

ANEXO I



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Balneário Camboriú.

2. Foto da capa do Jornal: O Democrata de 11/10/1919

ANEXO II



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Balneário Camboriú.

3. Foto da capa do Jornal: A voz do litoral de 20/07/1968

ANEXO III

A VOZ DO LITORAL

DIRETOR
Ordino Philipps
COLABORADOR
C. A. Santos

ANO 1

SÁBADO 20 DE JULHO DE 1968 — BALNEÁRIO CAMBORIÚ — Sta. CATARINA

NUMERO 1

Mensagem do Sr. Prefeito Municipal de Balneário de Camboriú, Higino J. Pio no transcurso do 4º Aniversário de Emancipação Política.

No ensaio do 4º aniversário de emancipação política do município de Balneário de Camboriú, cujo mandato de Prefeito Municipal, a mim outorgado e que com muita honra desempenho esta missão, venho através desta mensagem, dirigir-me a toda população do nosso município, a todos aqueles que de uma maneira ou de outra, vem prestando relevantes serviços a nossa comunidade, a aqueles desbravadores, que implantaram o progresso, aos empreendedores, ao Comércio e Indústria, ao operariado, cujo trabalho dignifica esta realidade que torna nosso município um dos mais progressistas em todo o território Brasileiro, a todos estes, o meu reconhecimento e do Poder Executivo.

Aos edis, que formam nossa Câmara Municipal de Vereadores, pela colaboração espontânea prestada, quando da discussão e aprovação de projetos que visam o bem estar de todos.

As autoridades constituídas Juiz de Direito e Promotoria Pública, às demais autoridades, hoje, data em que comemoramos tão significativo efeméride, dirijo-me conscientemente, certo de haver podido, frente ao Poder Executivo, ter levado a bom termo, todas as tarefas a mim confiadas.

Ao Governo Federal, na pessoa do Exmo. Sr. Presidente da República, Marechal Artur da Costa e Silva, pelo atendimento as nossas reivindicações.

Ao Governador do Estado de Santa Catarina, através da

administração do S. Excia. Sr. Governador Ivo Silveira, bem como de todo o seu Secretariado, o reconhecimento sincero.

Aos meus auxiliares diretos pelo incessante trabalho nas repartições da Prefeitura Mu-

nicipal e, de maneira especial aos operários que nos servem.

A mulher Balnear, que frente aos seus lares, na educação de seus filhos, contribuem para o desenvolvimento social de nossa comunidade. Enfim, a todos estes, dei-

xo transcrito nesta mensagem, admiração e respeito. Balneário de Camboriú, 20 de Julho de 1968.

Higino João Pio
Prefeito Municipal.

O NOSSO APARECIMENTO

O aparecimento de um novo jornal é sempre um acontecimento digno de registro nos anais das coletividades a que vem servir. Isso porque ele representa, esse aparecimento, mais um índice de progresso, de desenvolvimento, de aprimoramento cultural dessas coletividades.

Bem verdade é que, muitas vezes, o surgimento de um novo órgão de imprensa, partindo do idealismo de alguns, da boa vontade de outros, virá acarretar, aos seus fundadores, abor-

recimentos e contrariedades sem conta.

Os criadores deste semanário, velhos lidadores da imprensa, sabem disso. Sabem que da sua iniciativa só lhes resultarão aborrecimentos, incompreensões, muito trabalho e muitos sacrifícios. Nada, porém os amedronta face aos benefícios que, certamente, advirão à coletividade balnear e da atuação de um órgão - como queremos que este seja - que faça da justiça, da verdade, do civismo e da liberdade de sua

bandeira.

E, pelo engrandecimento material do nosso município, pelo bem estar e felicidade de sua gente, levantaremos bem alto essa bandeira que, se, nos porá sem dúvidas percalços na trajetória que levamos a trilhar, nos dará, também, a glória da certeza de estarmos lutando por uma boa causa.

Precisamos, para ajudar-nos nessa tarefa, da compreensão e da solidariedade de todos. Conhecendo o povo deste município, nós estamos certos de que esse auxílio não nos faltará. E nem nos faltarão, também, a compreensão e a boa vontade das dignas autoridades estaduais e municipais que, visando como visam, os superiores interesses da coletividade, sabem avaliar a preciosa colaboração que, na sua missão de governantes, pode lhes dar um jornal bem orientado, honesto nas suas apreciações, sincero nas suas críticas.

Deixamos aqui consignados, desde já, os nossos agradecimentos mais sinceros a quantos, solidários com a nossa iniciativa, nos ajudarem na empreitada em que nos lançamos e da qual, certamente, com o concurso de todos, só podem lucrar o nosso município e o seu bom e operoso povo.

Unidos nós lutaremos. E, unidos, nós conseguiremos alcançar a meta que orientou a fundação deste órgão de imprensa: a grandeza do Balneário de Camboriú e a felicidade, cada vez mais perfeita, dos que aqui trabalham pela grandeza e pela felicidade do Brasil.



Sr. Higino João Pio - Prefeito Municipal de Bal. Camboriú

Da programação de festejos consta uma churrascada às 12,00 hs. no late Clube

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Balneário Camboriú.



6. Foto da capa do Jornal: O Jornal de Camboriú de 03/02/1974

ANEXO VI

Mensagem a Meirinho

(PÁGINA 3)

A Verdade Final

Entrevista ao nosso
Jornal (pg. 4)O Problema dos
Loteamentos

Pessoas menos avisadas tem sido vítimas de alguns espertalhões que, abusando da fama de Balneário Camboriú, "vendem" lotes de terras incipientes ou situados nas proximidades da orla marítima, que se encontram, realmente, próximo aos morros da zona Oeste.

A boa fé causa prejuízos sem conta e cria problemas às vezes insolúveis.

Especial cuidado devem ter os interessados na aquisição de imóveis, dirigindo-se, antes, às repartições competentes, para exame das plantas e uma verificação quanto aos seus aspectos legais.

Os loteamentos não aprovados pela Prefeitura estão sujeitos a alterações que importarão em perda de áreas, além das demais responsabilidades de Lei.

Valorização dos Imóveis

Empresários ligados ao ramo imobiliário são unânimes em afirmar que tem fundamento os resultados das pesquisas realizadas pelo poder público municipal em relação ao crescimento dos valores imobiliários nesta cidade. Segundo as mesmas fontes, é bem provável que na média geral a valorização tenha atingido 250% entre 1970 e 1973. O que se verifica, entretanto, é que o maior índice de elevação se deu a partir do princípio de 1975, com a realização, pela Prefeitura, dos projetos de esgotos sanitários e pluviais e do convênio para a reforma das redes de abastecimento de água. Por outro lado, a Administração Estadual, através de obras importantes iniciadas pela CASAN, CELESC e COTESC, deu um respaldo mais que satisfatório para garantir a segurança dos investidores e permitiu que em número e valores os empreendimentos imobiliários superassem, durante o ano que passou a tudo que já se souber por aqui nos negócios relacionados com a propriedade.

O Sr. Secretário Municipal de Educação Prof.
José Alberto Schelemberg informa:

As aulas do Município iniciam-se dia 1º de março.

As professoras serão convocadas para planejamento didático no próximo dia 18 de fevereiro.

A Prefeitura constrói na Escola Básica "Presidente Médici" mais dois pavilhões com quatro salas de aula concluído assim o projeto do educandário, que terá 10 salas de aulas.

Também a Prefeitura constrói mais uma sala de aula na Escola Básica "Ivo Silveira" no anexo do Bairro dos Estados.

LANCHONETE

Vende-se por motivo de mudança a LANCHONETE mais movimentada do Balneário Camboriú. Em ponto Central e de maior movimento na cidade.

Movimento diário de 5 milhões. Tratar nesta Redação ou Rua 904 n°. 197.

O JORNAL DE
Camboriú

O MENOR SEMANÁRIO DE SANTA CATARINA

ANO I — BALNEÁRIO CAMBORIÚ, DOMINGO, 3 DE FEVEREIRO DE 1974 — N.º 2

CIDADE LIMPA — POVO DESENVOLVIDO

JÚLIO MARROQUINO

Muita gente se revolta contra o lamentável estado em que ficam as vias e logradouros públicos, com o acúmulo de sujeira. Latas de cerveja, sacos de pipoca, sabugos de milho e outras coisas caem por aí, espalhadas, num verdadeiro depoimento contra nossos foros de cidade turística.

E bem verdade que isso não pode continuar assim e que o Poder Público tem o dever de procurar uma solução definitiva para o problema.

Numa orla marítima que agrupa (como aconteceu no último fim-de-semana) mais de cem mil pessoas, completamente à vontade, a sujeira toma conta de tudo.

Vejamos, primeiro, quais são as fontes geradoras do lixo: a) os vendedores ambulantes; b) os banhistas menos avisados e c) estabelecimentos comerciais. Os cidadãos da letra "a" mesmo ao desempenho de um trabalho honesto e bem intencionado, pelo qual prestam algum serviço aos banhistas, não estão sendo devidamente orientados com relação aos restos e embalagem dos produtos que distribuem. Sua permissão para trabalhar deve ser pactuada com cláusula de responsabilidade para com a limpeza

de um raio de cem metros ao redor do ponto de vendas. No que se refere aos veranistas, não há uma sugestão aproveitável, pois somente com o tempo e os exemplos poderão eles adaptarem-se ao meio e não provocar tanta sujeira em torno de si. Mas quanto a comerciantes regulares, conveniente seria que fizessem uma limpeza geral, algumas vezes ao dia, pelos passeios e meio-lito. A vantagem seria deles próprios.

A praia é entregue ao público totalmente limpa, todas as manhãs, após um trabalho contínuo de quatro horas, realizado por turmas especializadas a partir da meia noite. Durante o dia, com o ajuntamento, nada pode ser feito para amenizar a situação criada. Filas extensas de veículos permanecem estacionadas, dia e noite, durante semanas, impossibilitando um maior atendimento.

Criticar é fácil. É até útil. O que é preciso, à esta altura, é que as críticas se apresentem construtivamente, com sugestões para o equipamento do problema.

Quando todos cumprem sua parte, todos tem encargo menor. Isto é, "mais vale acender uma vela do que lamentar a escuridão".



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Balneário Camboriú.

8. Foto da capa do Jornal: Diário de 12/01/1979

ANEXO VIII



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Balneário Camboriú.

9. Foto da capa do Jornal: Diário O Jornal da Cidade de 17/03/1981

ANEXO IX

ACERVO
 Arquivo Histórico de Baln. Camboriú

Circula nos municípios de: Itajaí (Sodegaura), Balneário Camboriú, Parnaíba, Pícaras, Itapema, Camboriú, Porto Belo, Navegantes e Barra Velha.

DIÁRIO

O JORNAL DA CIDADE

Prefeitura presta esclarecimentos sobre resultados do carnaval

(Página 8)

ANO III - Nº 531 - TERÇA-FEIRA 17/MARÇO/81 Diretor: Oalmo Vieira Crs 10,00

ESCOLA ESTADUAL APRESENTA PERIGO

A escola da Rede Estadual de Ensino Cândida Vargas, situada em Cabeçadas, está na infância de ruir. Além disso, não apresenta as mínimas condições de funcionamento, pois até sua cozinha funciona dentro de uma sala de aula. Serviços de cozinha, misturados com alunos...

A total insegurança e a falta de janelas, bem como os vidros quebrados, já provocaram, inclusive, ferimentos em alunos.

Na sessão de ontem da Câmara Municipal, o vereador Nazareno Medeiros apresentou requerimento ao Secretário da Educação do Estado, para que transfira as salas de aulas da "Cândida Vargas" para outro prédio da rede escolar estadual.

Inédito: CINEMA AO AR LIVRE EM ITAJAÍ

Iniciativa inédita, não só em Itajaí, como em todo o Brasil, está promovendo o Grupo Niper-Vitória, com a criação em nossa cidade, de um cinema ao ar-livre, que funcionará diariamente, com filmes de primeira linha e ingressos totalmente gratuitos.

As sessões terão início no próximo sábado e se realizarão, daquele dia em diante, diariamente, no estacionamento do Niper Marca do Vitória.

Falando ao "Diário" no dia de ontem, o empresário Cidéo Sandri, idealizador da ideia, disse que o Cinema ao Ar Livre Vitória terá sessões gratuitas, todas as noites às 20 horas, a partir de sábado, sempre com filmes de primeira linha. E Cidéo pediu que deixemos um racão aos pais e mães de famílias: "Levem seus filhos ao novo Cine ao Ar Livre, pois todos os filmes exibidos serão de censura livre e escolhidos. Já não vai passar 'porno chanchada'. E finalizou o empresário itajaense: "Para a Semana Santa já apresentaremos uma programação especial".

A partir de sábado, diariamente, o "Diário" divulgará a programação do dia, do Cine ao Ar Livre Vitória, cujo ingresso será gratuito.

COMERCIANTE RECLAMA DA OMISSÃO DO SINDICATO

Falando ao "Diário" no dia de ontem, o comerciante Olívio Miglioli, um dos atingidos pelas recentes medidas da Prefeitura contra comerciantes da Mercfilio Luz, estranhou a falta de qualquer apoio do Sindicato dos Lojistas aos comerciantes atingidos.

Para Olívio, o Sindicato se omite em dar apoio aos comerciantes, quando eles dela mais precisam, complementando que estranhou a ausência de qualquer membro da sua diretoria em recente reunião de comerciantes e autoridades, para perguntar: "Qual é a função do Sindicato? Será que o mesmo só existe como figura decorativa, sem função ou aqui para defender os interesses de duas ou três empresas privilegiadas?"

Finalizou dizendo que os comerciantes necessitam de uma representação mais ativa e atenta aos seus problemas e que se o Sindicato existe é se o comércio foi criado pelo próprio comércio, não tem outra função senão representá-lo.

Requisitou modificação na sua diretoria, visando dar-lhe mais ação.



COM YAMAHA O MUNDO É TODO SEU
ADQUIRA A SUA COM PRAUN
 REVENDEDOR AUTORIZADO

Comércio e Representações Ltda.
 Rua Leuro Muller nº 287
 Fone 44-0388

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Balneário Camboriú.

10. Foto da capa do Jornal: Jornal de Camboriú de 20/07/1982

ANEXO X

ACERVO
Arquivo Histórico de Balneário Camboriú

ESPECIAL ESPECIAL
ESPECIAL ESPECIAL
ESPECIAL ESPECIAL
ESPECIAL ESPECIAL
ESPECIAL ESPECIAL
ESPECIAL ESPECIAL
ESPECIAL ESPECIAL
ESPECIAL ESPECIAL

ANO 1
Nº 1
C-R\$ 50

BAL CAMBORIÚ-SC
20 DE JULHO DE 1982

JORNAL DE CAMBORIÚ

ESPECIAL ESPECIAL
ESPECIAL ESPECIAL
ESPECIAL ESPECIAL
ESPECIAL ESPECIAL
ESPECIAL ESPECIAL
ESPECIAL ESPECIAL
ESPECIAL ESPECIAL
ESPECIAL ESPECIAL

BALNEARIO CAMBORIÚ: 1964-1982 18 ANOS DE EMANCIPAÇÃO

Hoje é o 18º Aniversário da Emancipação Político-Administrativa de Balneário Camboriú. Iniciamos nesta data o que pretende ser uma nova etapa nas comunicações deste município. Por isso, nesta primeira edição, a nossa preocupação foi apresentar um pouco da nossa história: o povoamento, a emancipação, a criação da Comarca, enfim o progresso que em poucos anos transformou a MARAVILHA DO ATLÂNTICO SUL, no maior polo turístico de Santa Catarina. Este resumo histórico foi elaborado por gente que viveu e vive o progresso de Balneário Camboriú.




Enten umas poucas casas...

Hoje o Progresso.

DIA DO MUNICÍPIO Programação

O Dia do Município será comemorado hoje com uma programação preparada pela Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, que contará com a participação das autoridades e o povo em geral.

Esta é a programação:

1	00,00 Horas - Baile de Saudade
d	05,00 Horas - Lançamento do Jornal de Camboriú
	06,00 Horas - Alvorada com Salva de Tiros
	06,00 Horas - hasteamento das Bandeiras
	08,30 Horas - Missa em Ação de Graças - Matriz Santa Inês
	09,30 Horas - Inauguração do CEBEM - Rua Itália
	10,00 Horas - Inauguração da Escola de Polícia Quartel da Polícia Militar - Rua Noruega
	10,30 Horas - Lançamento da Pedra Fundamental do Terminal Rodoviário - Avenida Santa Catarina
	11,30 Horas - Inauguração da Pista Asfáltica da Marginal da BR-101
	16,30 Horas - Inauguração do Sistema de Iluminação da Avenida do Estado.

LANÇAMENTO DO JORNAL DE CAMBORIÚ



O Jornal de Camboriú, que a partir de hoje passa a integrar a comunidade, com duas edições semanais (segundas e quintas-feiras), foi lançado oficialmente na madrugada de hoje durante a realização do Baile da Saudade na Boca, com animação da Orquestra Os Montanari, o Show de Nelson Gonçalves, e participação do Alegria Samba Show.

Lourival Pedrazzani, diretor responsável do Jornal de Camboriú ao fazer o lançamento disse que "com modernos equipamentos em off-set e uma equipe com larga experiência no ramo gráfico e jornalístico, Balneário Camboriú terá a partir de agora, um órgão dedicado à sua integração.

Esse trabalho que a partir de agora iniciamos, é fruto de uma empresa já solidificada no ramo. Com o apoio de todos, alcançaremos o sucesso e com ele o engrandecimento de nossa terra e nossa gente".

CLUBE DOS AMIGOS

Em 1972 era criado o Clube dos Amigos da Cidade para congregar todos os moradores de Balneário Camboriú. O Engenheiro Orival Pires que atualmente é o presidente da sociedade conta a História do Clube.

(Leia na Página 02).

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Balneário Camboriú.

11. Foto da capa do Jornal: Rota do Sol de Agosto (não informa o ano)

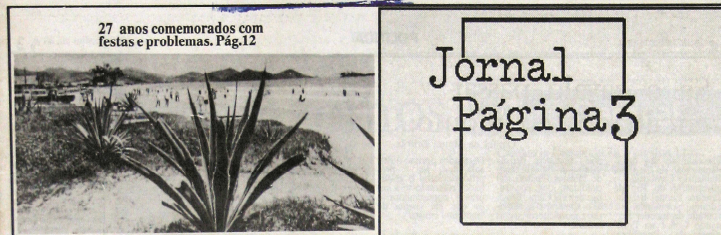
ANEXO XI



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Balneário Camboriú.

12. Foto da capa do Jornal: Jornal Página 3 de 26/07/1991

ANEXO XII





Balneário Camboriú, Ano I, número 1 - 26 de Julho de 1991 - Cr\$ 100,00.

Temos um encontro às sextas-feiras.

Remi Osório, Cesar Lehmann, Mário Preto, Mazoca, Alvaro Silva, Alaide Noll Duwe, Zézo Lourenço, Spósto, Cheren, Raimundo Malta, Jorge Caseca, Duca, Waldir Guse, Jau Gaya, Laércio Oliveira, Miriam do Fantástico, Gilberto Meirinho, Nelson Nitz, Aristó, Orlanda Achutti, Centro, João Macagnan, Gilmar Mello, Paulo Correa, Seu Rieger, Juanito, Fischer, Paulo Pacheco, Leonel Pavan, Cláudio Fischer, Mário House, Zé dos Acores, Osvaldi, Barichello, Jonas Real, Gil Kerdermann, Rubens Spernau, Daguano, Túlio Cordeiro, Lair Bernardoni, Escova, Jorge Cachel, Patá, Rogério Ferreira, Sansão, David Husadel, Teco Padaratz, Joca Pio, Ademir Silva, Maria Bernardete Pavan, Ruben Franco, Alexandre Delatorre, Arno Seibel, Sergio Luiz dos Santos, Harry Schüller, Sergio Omizolo, Bairro dos Muniqueiros, Alnor Lotério, Arnaldo Todt, Luiz Moscon, Maria Esther Tiago, Estácio Pereira Filho, Valdaiz Milczarsky, Hepper, Alonso Manoel, Pereira, Antonio Jorge de Borba, Rubens Schroeder, Bernadete de Oliveira Krowinkel, Jussara Waltrick, Ivo Sedlacek, Bairro das Nações, Rogério Rosa, José Antônio de Castro, Humberto Semem, José Carlos Caseca, Marco Aurélio Luciano, José Henrique Moraes Rosa, Barra, Gerd Klotz, Antônio Carlos Gomes, Magali Ignácio, Nilson Hegen, Odinir Buss, Elie Zutter, José da Silva Moreira, Ari Chemim, Hideraldo Belini, Marlene Burontini, Vilmar Castro, José Leite, Brognoli, Edna Paulo Rizzo, Tigrão, Spineli, Genésio Fernandes, Paulo Casaca, Bruno Khnis, Juan Sabatini, Estaleiro, Everton Wegner, Fátima Zozinho, Demétrius Hintz, Portes, Professor José Ricardo, Reinaldo Kormann, Laranjeiras, Alnor Carlos de Oliveira, Rolinha, João Carlos da Cunha, Delmo Dumke, Concassa, Cidlio Sandri, Nelson Bernardi, Chedid, Ademir Fonseca, Etelvina Meneghelli, Altair dos Santos, René de Carlos Humberto Silva, Nair Meschke, Ellen Zosche, Edson Ferreira, Paulo Mannes, Osmar Novaes, Silvano Silva, Gunter Zikeli, Calir Procopio, Cláudio Pinheiro, Luiz Maraschin, Nilson Scheidl, Leon Popelier, Estados, Gunga, Nerita Rausch, Osvaldo Orongoso, Armando Rebesquini, Minelro, Osvaldo Gueller, Moacir Veit, Giovani Vieira, Gilberto Pereira da Silva, Frei Anselmo, Rocha, Mário Miranda, Heinz, Júlio Cisquinho, Jó Moraes, Geninho, Ado Vidigal, Rubem Ba-

Schmitt, Adolar Romário, Celso Buratto, Piu-Piu, Paulo Gotardi, Pedrinho, Chico Fernandes, Dão, Mario Luiz de Melo, Caroline Schneider, Bairro dos Pioneiros, Lenta Novaes, Paulo Xavier, Arlete Bona, Sérgio Laus, Roci Martins, João Meschade, Joao de Marco, Tio Chico, Teixeira, Roberto Lippman, Elias, Edgard Longhi, Bira, Jaci Malta, Mario Cesar Degau, Jairo Matheos, João Coragem, Natal, Gottardo Androella, Mãe Diana, Mallon, Elói Pretti,

NESTE NÚMERO

POLÍTICA	ENTREVISTA	SURF
 <p>Brizola admite sua candidatura Página 2</p>	 <p>Juízes e promotores debatem o Poder Judiciário. Páginas 6 e 7</p>	<p>Huebs vence a 4a. etapa do ASBC. Vaccaro segue liderando. Página 10.</p>



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Balneário Camboriú.

13. Foto da capa do Jornal: Jornal Rota do Sol de 27/05/1994

ANEXO XIII

JORNAL ROTA DO SOL

ANO 1 - Nº 1 CIRCULAÇÃO: BALNEÁRIO DE CAMBORIÚ - CAMBORIÚ - ITAPEMA - ITAJAÍ/SC SEXTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 1994 CRS 600,00

NOVO VEÍCULO INFORMATIVO PARA A REGIÃO

A partir de hoje, a região de Balneário Camboriú, Camboriú, Itajaí e Itapema passam a contar com mais um veículo informativo: o Jornal Rota do Sol, que pelos contactos já feitos com diversos segmentos da sociedade, meios políticos e empresariais foi encarado como uma alternativa séria e necessária, o que nos estimulou a dar continuidade ao nosso empreendimento.

Esperamos contar com seu prestígio e, ao mesmo tempo, permaneceremos de portas abertas para atender à população em geral nos seus maiores anseios.

CORAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ITAJAÍ

O prefeito Municipal de Camboriú, Aínor Francisco Lotério, convida a população em geral para participar da inauguração da Ponte "João Jacó", sobre o Rio Paraguassú, na localidade de Rio Pequeno, com início às 16 horas de amanhã, 28 de maio. **Pág. 7**



Balneário de Camboriú

COMPUR PAVIMENTA RUAS NA VILA REAL



Compur faz a pavimentação **Pág. 5**

LEIA NESTA EDIÇÃO:

PREFEITURA DO BALNEÁRIO CONSTRUIRÁ CASAS POPULARES **Pág. 5**

PREFEITURA DE ITAJAÍ DENUNCIA ESTELIONATO **Pág. 6**

"BONECAS" VÃO PARA A "PENSÃO" **Pág. 6**

FAZENDO A CABEÇA **Pág. 6**



Brasil Central

CENTRO EXECUTIVO

Onde as avenidas se encontram
Entre as avenidas Central e Brasil

67 lojas e 255 escritórios
A partir de 155 URVs mensais

PLANTÃO DE VENDAS
Av. Brasil, 587
Fones 67.1266/67.1231



BANCO DE QUALIDADE



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Balneário Camboriú.

14. Foto da capa do Jornal: Tribuna Catarinense de 21/01/1995

ANEXO XIV



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Balneário Camboriú.

15. Foto da capa do Jornal: ABC Notícias (sem data informada)

ANEXO XV



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Balneário Camboriú.

16. Matéria publicada no JP3: Diretas Já comemora 20 anos na quarta em 17/01/2004, capa e página 5.

ANEXO XVI

POLÍTICA

Um dos primeiros comícios pelas Diretas Já foi em Balneário e completou 20 anos na quarta-feira

Página 5

Diretas Já completou 20 anos na quarta

Na última quarta-feira ocorreu o 20º aniversário do comício pelas eleições diretas, realizado no Centro de Balneário Camboriú.

Foi um dos primeiros do Brasil e aconteceu porque o à época senador Jaison Barreto, vice-presidente do Senado, conseguiu convencer seus colegas do movimento Diretas Já que no verão não adiantava fazer comício em cidade do interior, tinha que ser na praia.

Foi aqui, lembrou Jaison para a reportagem do Página 3, na última quarta-feira, que Tancredo Neves recebeu sua primeira vaia, porque já havia

a desconfiança que o político mineiro subia nos palanques das Diretas com o olho esticado para o desejo da ditadura militar de uma transição através de colégio eleitoral, como acabou acontecendo.

O grupo de Balneário era pequeno e aguerrido, Jaison lembra os nomes de Ademir Silva, Sergio Lorenzato, Roberto d'Ávila, os irmãos Castro, Leonel Pavan, Walter Barriello e outras pessoas que conseguiram produzir um comício bem organizado.

O prefeito Harold Shultz, de direita até a raiz dos cabelos, teve um gesto de grandeza

e permitiu o evento no Centro, o que garantiu maior afluxo de público.

“É bom que se registre que estamos falando de uma época de ditadura, entendíamos que só a mobilização popular poderia mudar aquela realidade”, ressaltou Jaison.

Depois de Balneário aconteceram comícios em Florianópolis, Chapecó e, um dos maiores do estado, em São Miguel do Oeste. O movimento cresceu “uma barbaridade, foi um estouro”, define o ex-senador, lamentando que toda essa mobilização não chegou ao resultado desejado, eleições diretas.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Balneário Camboriú. Matéria JP3.

17. Matéria publicada no JP3: Diretas Já comemora 20 anos na quarta em 17/01/2004, capa e página 5

ANEXO XVII

Povo se mobilizou contra a ditadura

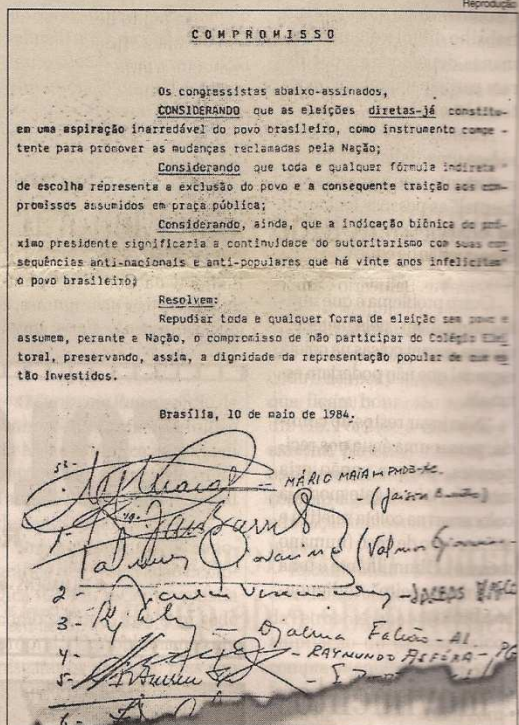
A Diretas Já incendiou o país, foi a maior manifestação de massas da história brasileira, e tinha por objetivo pressionar o Congresso a aprovar uma emenda constitucional (emenda Dante de Oliveira), restabelecendo o voto direto para Presidente da República.

A pressão popular não foi suficiente, o Congresso reprovou a emenda e a escolha do Presidente aconteceu indiretamente, através de um colégio eleitoral.

A população foi traída pelos congressistas, um festival de negociações envolvendo, entre outras coisas, concessões de emissoras de rádio e TV, azeite do caminho do colégio eleitoral.

OPT em peso, o ex-senador Jaison Barreto e outros políticos contrários àquela situação se recusaram a votar. No documento reproduzido nesta página, cujo original o ex-senador conserva em seu arquivo, encontra-se as assinaturas de gente como Itamar Franco, Jarcas Vasconcelos e José Genóino, um núcleo de congressistas comprometido contra o voto no colégio eleitoral.

O colégio aconteceu e o escolhido foi Tancredo Neves, com José Sarney, um dos principais apoiadores da ditadura, de vice-presidente. Tancredo nem assumiu, morreu de in-



Abaixo-assinado, alguns congressistas se venderam depois.

fecção generalizada e Sarney herdou o cargo, cumprindo um dos piores governos da história do País.

Jaison acredita que se após a morte de Tancredo o povo fosse novamente para as ruas, os militares seriam obrigados a permitir eleições dire-

tas.

Isso não correu e sob Sarney o Brasil experimentou quatro ministros da Fazenda, duas trocas de moeda, três planos econômicos e tudo isso, ao final do mandato, rendeu uma inflação anual na casa dos 2.750%.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Balneário Camboriú. Matéria JP3.

18. Matéria publicada no JP3: Franceses fizeram o Primeiro Plano Diretor de Balneário em 31/07/2004, página 9.

ANEXO XVIII

Entrevista

Quando se fala no crescimento desordenado da praia, sempre se culpa a falta de planejamento. Poucos sabem, mas existia Plano Diretor sim naquela época, com licitação e tudo, só que a ganância foi maior e os prédios começaram a ganhar altura. Álvaro Silva, que mora em Balneário Camboriú desde os seis meses de vida, contou sobre esse planejamento que não foi respeitado e mais um pouco sobre o desenvolvimento da cidade. Página 9.



Na inauguração da caixa d'água (no alto do Morro da Cruz) os vereadores Eloi Reinert e Álvaro Silva, Moacir Schlupp (óculos escuros), Antonio Naschweg, o prefeito Higino Pio, Ricardo Fuchs e o governador Ivo Silveira.

página 3três

entrevista

Balneário Camboriú, 31 de julho de 2004

9

Nossa Gente

Marlies Schneider Cezar
blip@npg3.com.br

Franceses fizeram o primeiro Plano Diretor de Balneário

Álvaro Antônio da Silva, 65, nascido em Gaspar, chegou em Balneário Camboriú com seis meses de idade e acompanhou todo o desenvolvimento da cidade.

Sua família foi precursora do turismo, está fundando na cidade. Álvaro o irmão em regime mercantil, cuidavam do hotel, ajudavam a mãe que criava jovens.

Muitos guardam fotos e documentos, antigas, cujas cópias segundamente foram ao Página 3. Além dos arquivos pessoais tem uma memória clara, de quem participou ativamente da história.

Partindo em Ciências Econômicas, Álvaro dedicou-se à

indústria e administração de seus imóveis. Também foi diretor da Santa em três oportunidades, vereador por Balneário Camboriú e prefeito da cidade, com apenas 29 anos de idade. Dirige a Compas e fundou o primeiro colégio de segunda grau, o Colégio Comercial Bruno Silva.

Pai de cinco filhos (Álvaro Antônio, Bruno, Evandro, Ana Julia e Francisco Eduardo), Álvaro concedeu entrevista aos jornalistas Marlies Schneider Cezar e Waldemar Cezar Neto, na sede do Página 3, na última segunda-feira 3, na última segunda-feira 3, na última segunda-feira 3, na última segunda-feira 3.

Álvaro—Só os alemães do Vale do Itajaí é que tinham essa cultura de praia. O nosso pessoal não dava valor a isto, os veranistas eram todos alemães. O hotel Balneário e o Miramar, por exemplo, eram de alemães, tanto que na época da Guerra o Exército tomou e fez alojamento de polícia de praia para controlar a entrada de submarinos.

JP3—Depois desta etapa os alemães passaram a vender seus terrenos para construir prédios?

Álvaro—Vender, trocar por terra construída, a praia era do pessoal de Brusque, de Blumenau, eles compraram a Avenida Atlântica inteira a treco de banana... dos pedreiros que na época ainda diziam que tinham enguado os alemães. Venderam um terreno que se dava ruínas, nos pedreiros ficavam com os terrenos de dentro, onde dava para plantar, manter engenhos.

Camboriú era de propriedade de umas 10 famílias, grandes terrenos que iam da Avenida Atlântica até o divisor de águas. A sede de Tiquarinas era de um doador, quando as Linhares venderam para os Jabur, o pessoal dizia que a família Linhares, os filhos e netos nunca mais precisavam trabalhar. Quando terminaram de receber estavam pobres outra vez, a inflação da época era uma loucura.

JP3—Na etapa seguinte começaram a vir gaúchos, paranaenses...



Visita do governador a Balneário Camboriú. Na foto, Álvaro Silva, o deputado Nelson Karcher, o governador Ivo Silveira, 1ª Dama Aureliu Chereza Pio, o prefeito Higino Pio e vereadores Eloi Reinert e Domingos Penosa.

as servidões urbanizadas, ajardinadas entre prédios. Estão vieram os grandes interesses imobiliários e acabou não se fazendo. Só é que se aproveitou foi o levantamento aerofotogramétrico, o cadastro imobiliário e mapas que até hoje a prefeitura possui.

JP3—A ganância foi mais forte.

Álvaro—O poder imobiliário foi maior. Mais por grandes interesses externos, gente que já tinha propriedade na Atlântica, os loteadores que faziam lotes de 250 m².

Teve a já tem um projeto da ocupação mais decente, lotes de 400 m², de lá para a aqui seria mais ou menos isto. Na época o que se previa para as praias era o que queriam fazer aqui, o que os grandes loteadores



Na inauguração da Cascaes, o advogado Wilfredo Carlini, vereador Álvaro Silva, Desembargador Adão Bernardes, prefeito Pio e Governador Silveira.

que não houve planejamento, mas o Sr. está contestando, houve e não foi executado.

Álvaro—Não foi executado, como já teve outros planos que também foram mudados.

JP3—A vida começa a

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Balneário Camboriú. Matéria JP3.

**20. Panfleto Sindicato dos Bancários de Balneário e Região:
Campanha Salarial em 2010**

ANEXO XX

**SINDICATO DOS BANCÁRIOS
DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E REGIÃO
CAMPANHA SALARIAL**

**+ SALÁRIO
- FILAS**

**BANQUEIROS
E SEUS LUCROS**

**LUTAMOS POR DIGNIDADE E RESPEITO
AOS BANCÁRIOS E CLIENTES**

Os seis maiores bancos que operam no país (Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Caixa, Santander e HSBC) apresentaram R\$ 21,7 bilhões de lucro líquido no primeiro semestre do ano, resultado quase 32% superior ao do mesmo período de 2009 e uma rentabilidade média sobre o patrimônio líquido de 25%. Isso significa que os bancos quase dobram de tamanho a cada três anos, o que é uma rentabilidade que não tem paralelo no mundo, e mesmo assim eles se recusam a atender as reivindicações legítimas de seus trabalhadores.

Fonte: do autor.

21. Panfleto do Núcleo Jovem Empreendedor e da Associação Empresarial de Balneário Camboriú – ACIBALC: Campanha contra o aumento de vereadores em 04/10/2011

ANEXO XXI



Fonte: do autor.

22. Foto manifestação Faces Pintadas Anticorrupção em 04/10/2011

ANEXO XXII



Fonte: do autor.

23. Foto manifestação Farmacêuticos por mais segurança em 2011

ANEXO XXIII



Fonte: do autor.

24. Foto jornal O Fato do RS noticia

Manifestação realizada pelos FACES Pintadas Anticorrupção em 2011

ANEXO XXIV

ão expressa da
s públicos, de
s do que isso: é
sturas, atitudes,
orque governos
esto Che
deias



CHISVA

Chielle Soluções de Valores Agregado Ltda.

**Palestras
Consultorias
Cursos**

Ligando você com o mundo

Rua Goiás, nº 33 - Bairro Itapagé - Frederico Westphalen-RS
(55) 3744-2897 / (55) 9935-8516 / E-mail: chisva@chisva.com.br

Salário Mínimo R\$ 54;
Salário Regional.....menor R\$ 6
maior R\$ 6
Poupança 29/11.....0,5
30/11.....0,5

Selic.....11,5%
TR 25/11- 25/12.....0,08
TJLP.....6
OURO-g.....R\$ 1
IGP-M.....6

Dólar Turismo compra....R\$1
venda.....R\$1
Dólar Comercial compra...R\$1
venda.....R\$1
Dólar Paralelo compra....R\$1
venda.....R\$2,
Fonte :

fantasma?

ue fa-
le um
as na
opos-
Plano
e à
ições
pção
s he-
la, na
con-
liário
tonal
de
da
dade.
ística,
il que
mida-
ade-
ndo e

uma participação mais efetiva. Temos que fiscalizar, e para isso temos que começar em casa. Em nossos municípios, no poder público municipal, nas secretarias municipais, com nossos vereadores. Afinal de contas, 2012 será ano eleitoral, e teremos novamente aquela chuva de promessas políticas que todos já conhecem. Vale lembrar aqui e parabenizar as administrações de alguns municípios em que a população é participante das decisões do destino das verbas públicas. Os municípios vizinhos de Novo Tiradentes e Cristal do Sul, que promovem audiências públicas para prestação de contas aos munícipes e votação das prioridades para o ano seguinte. São poucos, mas existem.

Grupo organiza manifestação contra impunidade via redes sociais

As redes sociais estão tomando a dianteira como canal de mobilização rápida e eficiente em casos de iniciativas populares. Manifestantes de Balneário Camboriú-SC estão fortalecendo contatos e levando o debate cada vez a mais pessoas pela internet. O grupo criado no Facebook, intitulado **Faces Pintadas Contra a Corrupção**, organiza uma manifestação pacífica contra a corrupção e já está mobilizando passeatas em diversos municípios pelo país. Desde já é possível aderir à campanha local e participar das discussões. O jornal O FATO traz mais informações sobre o grupo, como surgiu, o que já fez e quais os objetivos dos ativistas virtuais na próxima edição.



Manifestantes em Balneário Camboriú-SC

ARGENTA
CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA



Foto Luza Digi
Vicente D

sl

Circulação:
Aracaju do Sul, Boa Vista das Missões, Calceira, Cerro Grande, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Iral, Jaboticaba, Lajedo do Bugre, Liberato Salzano, Noroeste, Novo Tiradentes, Palmitinho, Pinhal, Rodeio Bonito, Seberi, Taquaruçu do Sul, Três Irmãos do Sul, Visconde Thomaz



Assinaturas:

Anual: R\$ 60,00 Semestral: R\$ 40,00

NOTA DA REDAÇÃO:

Os artigos publicados no Jornal O Fato são de inteira responsabilidade do autor e não refletem, necessariamente, a opinião do editor. É proibida a reprodução, sem prévia autorização por escrito, de textos, imagens e fotos desta edição. Esclarecemos que os colaboradores, com artigos, fotos ou páginas não têm vínculo empregatício com a empresa, ficando os seus direitos reservados de acordo com a legislação.

Jornal

O FATO

Fundado em 01 de fevereiro de 2007

CNPJ 08.636.501/0001-70 Inscr. Mun. 28364
Rua João de Castilhos, 800 - Centro -
Rodeio Bonito - RS CEP 96300-000
Fone/Fax: (055) 3798-1493

Fonte: Faces Pintadas Anticorrupção via web.

25. Foto Manifestação das lojas maçônicas de Balneário Camboriú contra a corrupção em 2011

ANEXO XXV



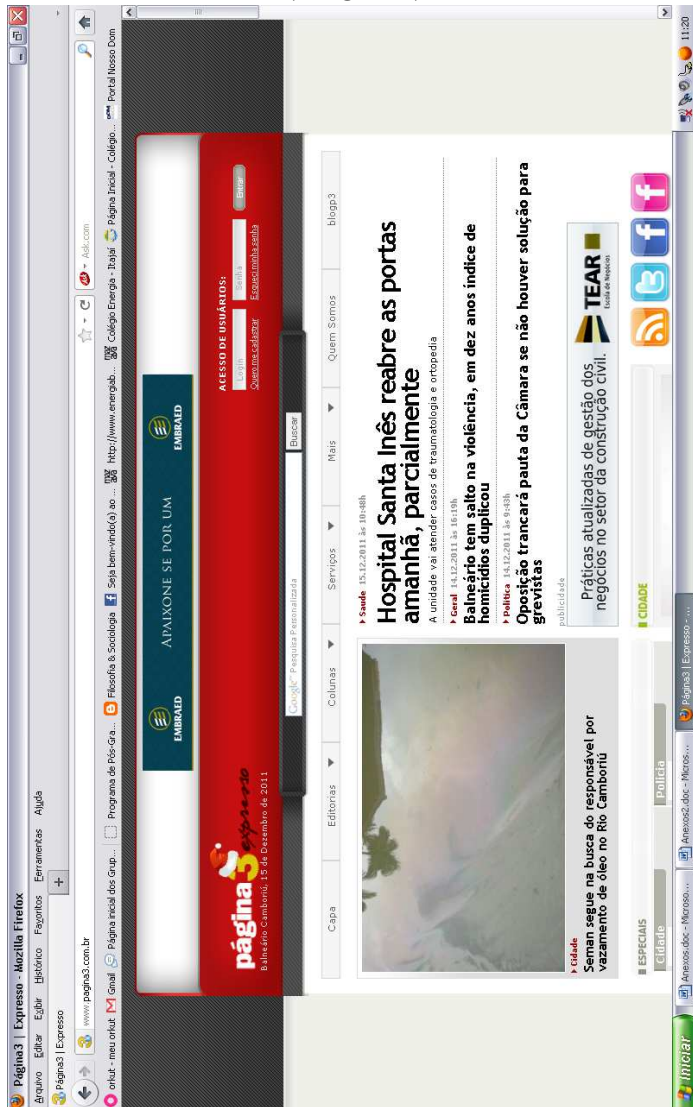
Fonte: GOB-SC – Grande Oriente do Brasil – SC. Disponível em:
<<http://www.gob-sc.org.br/gobsc/?p=357>> Acessado em: 03/12/2011.

[illegible]

Fonte: 6ª Promotoria de Justiça de Balneário Camboriú/SC. Disponível em: <<http://6promotoriadejusticabc.blogspot.com/>>. Acessado em 09/12/2011.

27. Foto Site Jornal Página 3 Expresso

ANEXO XXVII

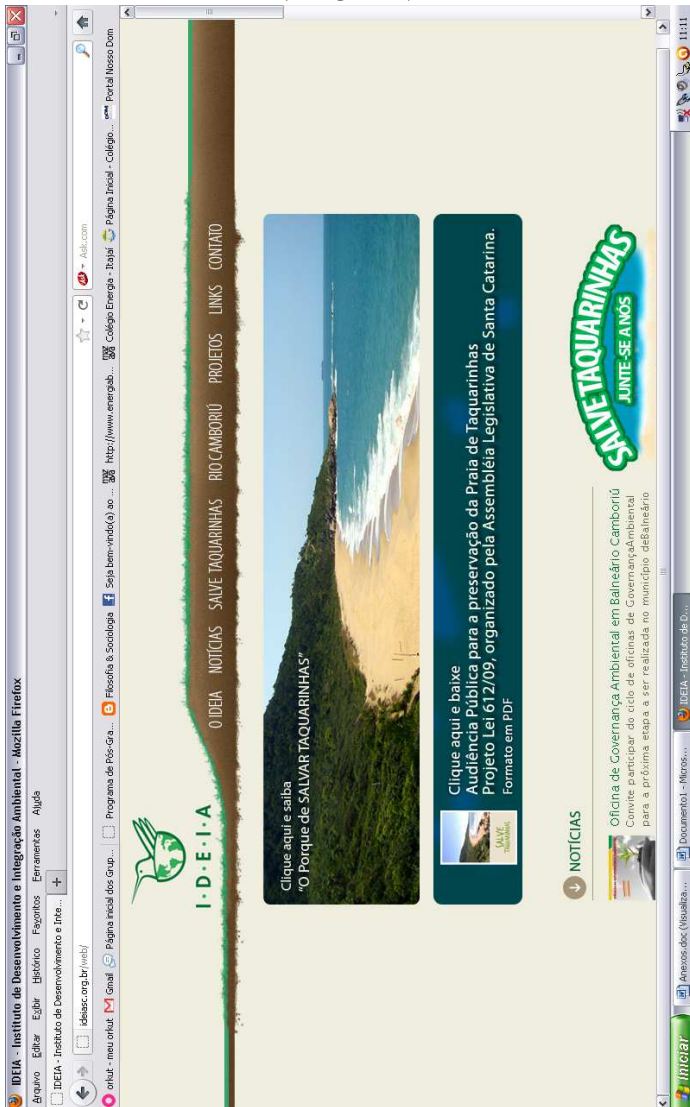


Fonte: Jornal Página 3. Disponível em: <<http://www.pagina3.com.br/>>.

Acessado em: 15/12/2011.

28. Foto Site ONG Ideia

ANEXO XXVIII



Fonte: ONG Ideia. Disponível em: <<http://ideiasc.org.br/web/>>.

Acessado em: 15/12/2011.

29. Foto página do Grupo Faces Pintadas Anticorrupção no Facebook

ANEXO XXIX

FACES PINTADAS ANTI CORRUPÇÃO
Grupo aberto
1.531 membros · 67 Fotos · Documentos

FACES PINTADAS ANTI CORRUPÇÃO
Somos um grupo acadêmico, criado em harmonia com o Movimento Nacional e Internacional de Apoio à Corrupção e Impunidade. Nosso objetivo é a manutenção da pobreza, da ignorância, da violência, da criminalidade além de ser a razão principal dos nossos serviços... Ver mais

Adicionar amigos ao grupo

Patrocinado
Ver Todos

Fale Inglês em 6 meses
Aprenda Inglês e tenha o Mundo em suas mãos. Comece agora mesmo!

Simulador da Bolsa
Aprenda a investir na Bolsa de Valores dentro do Facebook. Simulador de operações com securities. Único no Brasil.

Escrever mensagem · **Adicionar foto/vídeo** · **Perguntar**

Rick Lahrre
<http://www.blumenews.com.br/11/12/2011/versador-sugere-tornar-taxis-na-le-faces-de-identificacao-atraves-sos-turistas/>
Blumenews - Versador sugere tornar taxis mais fáceis de identificar e atrair aos turistas
www.blumenews.com.br
O versador Alvaro Pinheiro (PNCB) levou uma proposta um tanto instigada para a Câmara de Vereadores de Blumenau: alterar a cor dos taxis da

Rick Lahrre
<http://www.blumenews.com.br/11/12/2011/noticias/projetos-prestendentes-dos-novos-estados-para-o-brasil/>
Blumenews - Projetos pretendem criar dez novos estados para o Brasil
www.blumenews.com.br
Ao Brasil, 160 um país de proporções continentais se tornou um mapa recortado por todo tipo de gente, de aliados governistas a separatistas

Fontes: Acesso a partir do perfil do autor.

30. Foto página do Grupo NasRuas.BR no Facebook

ANEXO XXX

The screenshot displays the Facebook interface for the 'NASRUAS.BR' group. At the top, the browser's address bar shows the URL 'http://www.facebook.com/nasruas.br/'. The Facebook header includes the 'facebook' logo and navigation links like 'Página inicial', 'Páginas', 'Grupos', and 'Membros'. The group's cover photo features a collage of social movements. Below the cover, the group name 'NASRUAS.BR' is prominently displayed, along with the member count '6.592 membros' and a document count '35 documentos'. A post by 'Ana Ândria Mello Franco' is visible, titled 'Ocupação das ruas de Nova Friburgo de 11/11 à 13/11/11', with a video thumbnail. The right sidebar contains a 'Membros' section with a list of profile pictures, a 'História patrocinada' section, and a 'Patrocinado' section. The bottom of the page shows a list of applications and a sidebar with various links and a search bar.

Fonte: Acesso a partir do perfil do autor.

31. Foto página do Grupo Marcha Contra Corrupção-Blumenau/SC no Facebook

ANEXO XXXI



Fonte: Acesso a partir do perfil do autor.

32. Foto página do Grupo Acorda Nação Brasileira no Facebook

ANEXO XXXII

The screenshot shows the Facebook interface for the group 'ACORDA NAÇÃO BRASILEIRA'. The browser window at the top shows the Firefox address bar with the URL 'http://www.facebook.com/groups/125201447585958/'. The Facebook header includes the group name, a search bar, and navigation links like 'Página inicial', 'Página inicial - Colégio...', 'Página inicial - Brasil', and 'Portal Mossa Dom'. The group profile picture is a Brazilian flag. The cover photo is a cartoon titled 'Fotos do mural' by 'Des: Henrique Tobal Jr.' showing a man in a suit and a woman in a dress. The group has 1,305 members and 3 photos. The left sidebar shows the group name, a search bar, and links to 'Escrever mensagem', 'Adicionar foto/vídeo', and 'Perguntar'. The right sidebar shows 'Membros (1305)', 'Notificações', 'Patrocinado', and 'Aprenda inglês online'. The main content area shows a post by 'Gabriel Girardi' with a link to a photo of a man in a suit and a woman in a dress. The bottom of the page shows a list of applications and a list of friends.

Fonte: Acesso a partir do perfil do autor.

33. Foto página do Grupo Transporte Público Itajaí no Facebook

ANEXO XXXIII

The screenshot shows the Facebook interface for the group "Transporte Público em Itajaí". The browser window is Mozilla Firefox. The page header includes the group name, a profile picture of Carlos Eduardo Bastos, and navigation links like "Página inicial", "Colápio...", and "Portal Novo Dom". The main content area features a post by "Nabair Lopes, Jr." with a photo of a person and text about a question on public transport. Below the post are comments from "Roberto Murillo Souza" and "Jean Carlos Siestrom". The right sidebar shows "Membros (222)", "Patrocinado", and "Veja mais as novidades". The bottom navigation bar includes "Iniciar", "Documentos", "Micros...", and "Transporte Público em Itajaí".

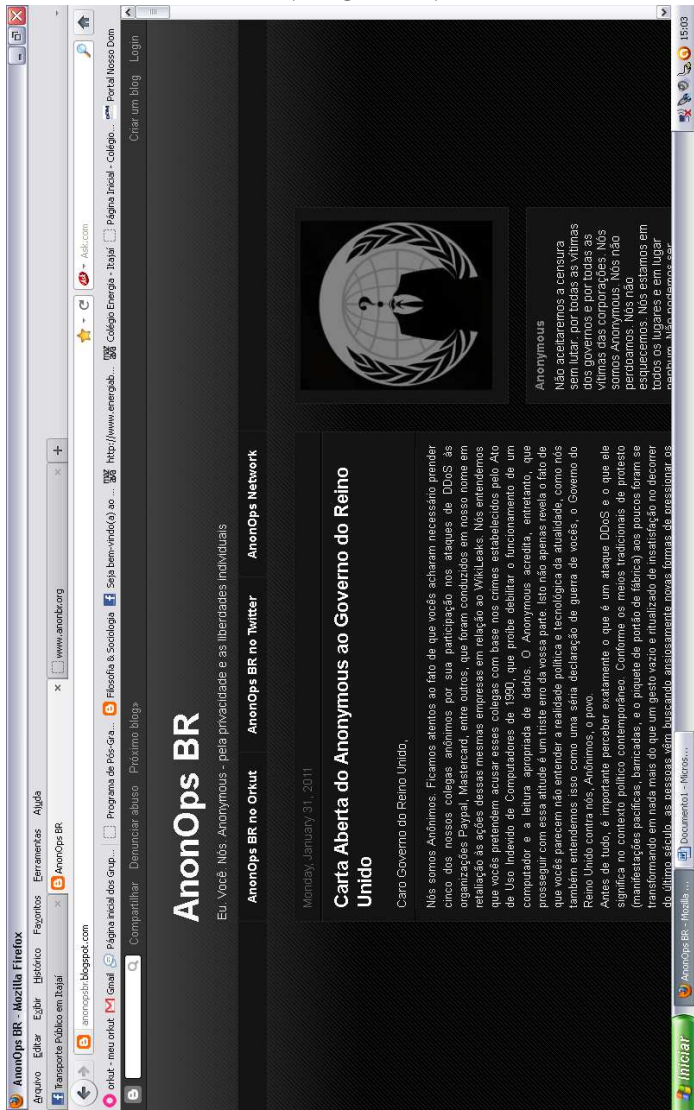
Fonte: Acesso a partir do perfil do autor.

[illegible]

Fonte: The Plan. Disponível em: <<http://www.whatis-theplan.org/t1-what-is-the-plan>> Acessado em: 15/12/2011.

35. Foto do Blog AnonOps BR

ANEXO XXXV

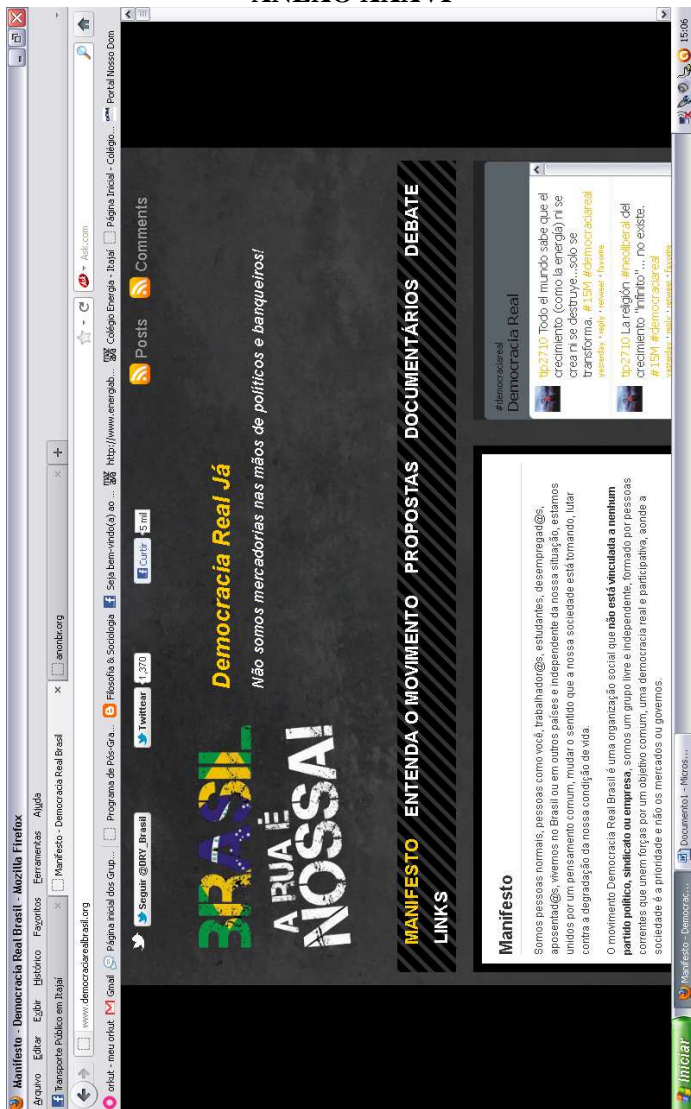


Fonte: Blog de *Anonymous* <<http://www.anonopsbr.blogspot.com/>>

Acessado em: 15/12/2011.

36. Foto do Site Democracia Real Brasil

ANEXO XXXVI



Fonte: Democracia Real Brasil. Disponível em:

<<http://www.democraciarealbrasil.org/>>. Acessado em: 15/12/2011.

Bairros de Balneário Camboriú



Balneário Camboriú está dividido politicamente em 14 áreas, sendo o centro da cidade, 12 bairros e a região das praias agrestes.

Segue apresentação e história dos mesmos:

CENTRO

É onde tudo acontece! O Centro, concentra a base da economia do município. Com seus edifícios imponentes, restaurantes, casas noturnas, lojas, shoppings, calçadão e muito mais. Sua orla de 6,8 km de extensão é muito utilizada para caminhadas ou para encontros agradáveis nos quiosques, bares e restaurantes da Avenida Atlântica (beira-mar). A praia Central, de águas calmas, é disputada por turistas de todas as partes do país e exterior para usufruir do prazer único do mar. Suas areias também servem para as atividades esportivas após às 18 horas. E mais: a 600 metros da orla está a Ilha das Cabras, um dos cartões postais do município.

O bairro iniciou-se com as construções das primeiras casas de veraneio e com a construção do primeiro hotel (de madeira), que foi na Av. Baturité Campos (hoje Calçadão da Central). Depois, a construção do primeiro hotel (em alvenaria) na Av. Atlântica com Rua 1800 e a construção do primeiro hotel com banheiro nos quartos - que era um luxo para a época - também na Avenida Atlântica. Além de uma das maiores inovações arquitetônicas: a construção de um hotel redondo no lado norte da praia.

O bairro compreende as Avenidas do Estado, Atlântica, Brasil, Central, 3a e 4a avenidas, e as ruas são identificadas por números.

BAIRRO ARIRIBÁ

Lei n. 1.840/99

Localizado ao norte com área de 3.689 metros quadrados, faz divisa com o município de Itajaí; região de terrenos acidentados com lençol de água mineral de alta qualidade, que é explorado pelos moradores através de poços artesianos e também por uma empresa com amplitude nacional. Sua população é de 1.425 habitantes. O nome Ariribá se origina de araribá, árvore com 20 a 25 metros de altura, que em nossa região é encontrado como araribá-amarelo muito utilizado para estrutura de móveis e ornamentação. As ruas são identificadas por nomes de pássaros, como rua Freirinha e Beija-Flor.

BAIRRO DA BARRA

Lei 1.840/99

Considerado o bairro mais tradicional de Balneário Camboriú por ter sido o berço histórico da cidade, e onde está localizada a igrejainha de Santo Amaro - Oficialmente Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, com início da construção em 1849, e inauguração em 1863. A igreja foi construída por mãos escravas (na época) e com óleo de baleia, conchas e areia em sua argamassa. Um importante lugar a ser visitado pelo turismo histórico-cultural. Voltando ao presente, a Barra localiza-se no caminho para as principais praias de Balneário Camboriú. É impossível passar por ali e não observar as mudanças, as transformações do bairro, que a cada ano fica mais aconchegante e mais atraente.

Para facilitar o acesso ao bairro, os moradores e turistas contam com a travessia de barco pela Barra Sul gratuitamente. Outras melhorias podem ser observadas, como a remodelação e reurbanização de um dos principais cartões postais do bairro, a Praça do Pescador, que ganhou luminárias em estilo açoriano, piso em pedras de granito, bancos e mesas com tablados para jogar xadrez, trilha e dama, além de jogos de amarelinha desenhados pelo chão. No local, está instalada uma rosa-dos-ventos.

Outras melhorias continuam a beneficiar a própria comunidade, dentre elas: o ginásio de Esportes da Escola Francisca Alves Gevaerd, ampliação da Escola do loteamento Dona Lili, que também recebeu asfalto interligando com o loteamento Dona Conceição e um novo campo de areia, curso supletivo do ensino fundamental, Posto de Saúde 24 horas (São Judas), além do atendimento do Posto de Saúde do Bairro, obras de tubulação das galerias, reabertura da antiga estrada das Laranjeiras, mais conhecida como Morro do Pau do Óleo, que estava abandonada. As ruas do Bairro são identificadas por nomes de antigos moradores.

Colônia de Pescadores Z7 - Na Barra, antigo Arraial do Bom Sucesso, uma das entidades mais antigas é a Colônia de Pescadores, que atende atualmente mais de 400 associados. Fundada em 1925, suas atividades perduraram até 1943, ocasião em que foi fechada por ocasião da guerra. Foi reaberta em 1964, mas foi a partir de 1972 que a Colônia começou a desenvolver os serviços na área da saúde pública, através de convênios como o Funrural e outros órgãos competentes. Em 2001, o número de associados não ultrapassava os 50 pescadores. Hoje, a realidade é diferente. Beirando os 500 pescadores, o objetivo principal da Colônia é a regulamentação da profissão, através da licença para pesca. Para comemorar o Dia do Pescador (29/06), a Colônia realiza, anualmente e no mês de julho, a Festa do Pescador com eleição da Rainha e princesas do Pescador.

BAIRRO DOS ESTADOS

Com a necessidade da construção de casas populares, a Prefeitura desapropriou terras que fazem divisas com o município de Camboriú e, em convênio com a Companhia Habitacional de Santa Catarina, construiu um núcleo residencial para atender a população de baixa renda; este conjunto levou o nome de Déa Cezar Caufal.

Estas casas populares, com área de 34 - 38 - 42m2, foram entregues ao município em 18 de julho de 1968, e receberam o nome de Bairro dos Estados, em decorrência de todas as ruas terem nomes dos Estados Brasileiros. O bairro foi oficialmente criado através da Lei n. 1.840 de 25 de janeiro de 1999. Sua população é de 1.391 habitantes numa área de 2.162 metros quadrados.

Com a implantação da BR-101, a localização do bairro foi de grande importância, já que a rua principal tornou-se a ligação do município com o norte do Estado, através da BR-101. O bairro foi também escolhido para a construção do Terminal Rodoviário, inaugurado em 20 de julho de 1988. Localiza-se nesse bairro o Balneário Camboriú Shopping e o Ginásio Irineu Borhausen.

BAIRRO JARDIM IATE CLUBE

Lei n 949/90

O menor bairro em território com 207,73 metros quadrados, foi desmembrado dos bairros dos Municípios e Vila Real, sua localização é a oeste de nosso município, também margeado pelo Rio Camboriú, local de muitas marinas, sua população é de 1.504 habitantes. Histórico do Bairro (por Heitor Kill - hkill@terra.com.br).

Por volta de 1958, Leopoldo Zarling, um ex-madeireiro de Itajaí, teve a feliz idéia de dedicar-se ao ramo imobiliário, então inexistente, mais precisamente em loteamento na área urbana de nossa cidade. Fundou e construiu o Iate Clube Camboriú, onde hoje é a rua 3100, festivamente inaugurado em 31/12/1959 e que durante muitos anos foi centro de grandes acontecimentos sociais e esportivos. Idealizou e construiu o trapiche para ancoradouro e guarda de lanchas (marina) às margens do rio Camboriú, onde hoje localiza o Jardim Iate Clube.

O Bairro Jardim Iate Clube tem uma área de 147.200.00 metros quadrados. Em 28 de abril de 1989, os moradores organizados fundaram a AMPROJIC Associação dos Moradores e Proprietários do Bairro Jardim Iate Clube, que teve como primeiro presidente o Sr. Rafael R. de Oliveira Silva, onde registrou em 28 de outubro de 1989 no cartório campos. O Bairro Jardim Iate Clube, tem a seguinte localização: entre o rio Camboriú onde segue a montante até o braço do Rio, segue por este até o eixo da rua Anitápolis, segue até encontrar o eixo da rua Dom Daniel onde segue até o eixo da Rua Dom Henrique até encontrar o braço do Rio Camboriú, onde se situa o lote 1172 do Jardim Real Balneário Camboriú, segue pelo braço do rio até encontrar o leito principal do Rio Camboriú. Lei aprovada na Câmara de vereadores com o número, 1840 de 1999. Tem nomes de ruas dos dois bairros vizinhos Vila Real e Bairro dos Municípios, onde a grande maioria dos visitantes confunde, composto de quatorze (14) ruas que são: DOM PEDRO, DOM MARCOS, DOM MATEUS, DOM PAULO, DOM RODRIGO, DOM JOÃO DOM HENRIQUE, AGROLÂNDIA, AURORA, AGRONÔMICA, ÁGUA DOCE, ATALANTA, ARROIO TRINTA E RUA ASCURRA. Estamos junta a Câmara de Vereadores para tentar dar uma característica ao bairro com nomes próprios de ruas. Sendo um bairro cercado pelo Rio Camboriú temos várias marinas, ACARY MARINA, IATE CLUBE CAMBORIÚ MARINA, CLUBE BEIRA RIO. Existe no bairro dois mercados, CASA DA CARNE TOMASI E MERCADO JARDIM IATE CLUBE.

BAIRRO DAS NAÇÕES

Lei n 1.840/99

Com o desenvolvimento de Balneário Camboriú, e devido a distância da praia, o Bairro das Nações começou a se expandir com a vinda de famílias para o nosso município, e que decidiram ali fixar suas residências. Desta forma, o Bairro das Nações foi um dos primeiros bairros da cidade, e hoje é um dos mais populosos. Sua denominação deu-se em consequência ao nome do Bairro dos Estados, que naquela

ocasião já existia. Com o passar dos anos, vários comércios também foram se instalando no local, dando assim autonomia para o bairro. O Bairro das Nações também é sede de várias entidades que prestam atendimento à comunidade de toda a cidade e região. Dentre elas, podemos citar a Rede Feminina de Combate ao Câncer, CEFIR Centro de Fisioterapia e Reabilitação, NAM II Núcleo de Atendimento à Mulher; Centro MultiEventos; 12º Batalhão da Polícia Militar; Sindicato dos Bancários; Centro de Atividades Múltiplas, entre outros. As ruas são identificadas por nome de países.

BAIRRO NOVA ESPERANÇA

Lei n 518/80

Bairro localizado ao sul, é passagem para quem vai pela BR-101 em direção a Itapema ou ainda para a vizinha Camboriú, está na lista dos bairros que mais crescem em Balneário Camboriú, pela sua ótima localização, infra-estrutura e atendimento nas áreas básicas, como saúde e educação. Mais conhecido por abrigar o Parque da Santur, um dos cartões postais da cidade, o bairro Nova Esperança ficou conhecido até os anos 80 como Morro do Boi. De longe, indo em direção ao Bairro Nova Esperança, podemos ver o Centro Educacional Nova Esperança, com mais de 4 mil metros quadrados, divididos em 3 pavimentos. Considerado o cartão postal do bairro, a nova unidade escolar conta com modernas instalações que acompanham os avanços na área educacional, que vão além das salas de aula. Sua denominação deu-se em virtude do grande número de famílias imigrantes que ali fixaram residência com a esperança de uma vida melhor.

BAIRRO DOS PIONEIROS

Lei n 1.840/99

O Bairro dos Pioneiros, antigo Canto da Praia da barra Norte, como era chamado, está localizado ao norte do município, entre as Avenidas do Estado e Atlântica. Foi naquela localidade que se instalou o primeiro morador da cidade, o pescador Baltazar Pinto Corrêa, que recebeu a primeira sesmaria da região, ou seja, concessão de terra. A região começou a crescer e a maioria das ruas foram denominadas com os nomes dos antigos moradores e pioneiros de Balneário, homenageando essas pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da cidade. Dentre esses pioneiros, destacam-se Jacob Schmidt, que foi dono do primeiro hotel da praia, construído em 1928 na Av. Atlântica com a Av. Central; Bruno Silva, que foi proprietário do primeiro comércio (armazém-pensão), onde hoje existe o Calçadão da Avenida

Central; Antônio Bittencourt, ex-prefeito da cidade; Domingos Mingote Serafim, nome dado à primeira escola de Balneário Camboriú, onde também funcionava um salão de baile e uma venda a granel no canto da praia. Esta antiga escola funciona ainda no Bairro dos Pioneiros, com o nome de Laureano Pacheco, um dos pioneiros da educação. Com o passar dos anos, o bairro dos Pioneiros foi acompanhando a evolução da cidade e hoje está de cara nova. Localizado no caminho para Itajaí e Estrada da Rainha, o bairro ganhou novos acessos, áreas de lazer, rótulas, entre outras obras. O bairro também é destino obrigatório para quem passa pela Estrada da Rainha, Morro do Careca, em direção à Praia dos Amores e Praia Brava.

BAIRRO DOS MUNICÍPIOS

Lei n 1.840/99

Bairro localizado a oeste de nosso município, possui uma área de 1.540 metros quadrados, com grande escala em imigração da população com baixa renda após a década de 80. Hoje totalmente urbanizado é o terceiro bairro mais populoso com 7.906 habitantes, é neste bairro que se encontra o Campus II da Universidade do Vale de Itajaí. Sua denominação deu-se em consequência do nome do Bairro dos Estados e Bairro das Nações.

BAIRRO PRAIA DOS AMORES

Lei n 1.840/99

Localizado ao leste fazendo divisa com o município de Itajaí, com área de 1.531 metros quadrados, amplo local escolhido pelos moradores de Balneário Camboriú optando assim por um lugar menos urbanizado. Sua denominação foi escolhida por hábitos constantes dos jovens casais enamorados. Sua população é de 590 habitantes que mantém um trabalho constante de preservação da restinga daquela área.

BAIRRO SÃO JUDAS TADEU

Lei n 970/90

Localizado ao sul, com área de 3.042 metros quadrados, foi o último a ser criado, local plano e amplo, necessário para que o governo municipal construísse o núcleo residencial de casas populares, hoje sua população é de 498 habitantes que, contam com escola e creche municipal.

VÁRZEA DO RANCHINHO

Lei n 1.840/99

Localizado ao norte com área de 3.064 metros quadrados, é o bairro mais afastado do centro e faz divisa com o município de Itajaí, região com apenas 104 habitantes, o nome Várzea denomina-se por terras férteis as margens de riacho onde um fugitivo da guerra do Paraguai construiu um rancho e com o objetivo de identificar o local era por costume dizer "lá na várzea do ranchinho". Hoje os moradores cultivam hortifruti e comercializam na feira - livre do centro da cidade, existe apenas uma escola de ensino fundamental.

BAIRRO VILA REAL

Lei n 1.840/99

O bairro Vila Real é um dos cartões postais de Balneário Camboriú, por ser sede da famosa Via Gastronômica, conhecida pela sua gastronomia típica, e também da Ponte Pênsil, construída em 1981 para interligar a Vila Real ao Bairro Barranco. A Vila Real é o segundo bairro que mais abriga nativos de Balneário. Totalmente urbanizada, calçada e dotada de comércio próprio para atender seus moradores, o bairro tem seu nome ligado à história, devido ao grande número de açorianos que ali fixaram residência e que resolveram homenagear uma localidade de Portugal chamada Vila Real.

Fonte: Secretaria de Turismo de Balneário Camboriú. Disponível em: <http://www.secturbc.com.br/pt_index.php?s=balneario&canal=arquivo&coluna=7&arq=56>. Acessado em: 01/03/2012.

**Audiência Pública para preservação da Praia de Taquarinhas.
Projeto Lei 612/09, organizado pela Assembleia Legislativa de Santa
Catarina.**



**SALVE
TAQUARINHAS**

Fonte: ONG Ideia

TAQUARINHAS DEVE SER DE TODOS E PARA TODOS!

POR QUE SALVAR TAQUARINHAS?

Praia agreste localizada na Área de Proteção Ambiental da Costa Brava, na cidade de Balneário Camboriú - SC, Taquarinhas constitui-se em um dos últimos promontórios costeiros preservados no litoral catarinense. Mantém costa recortada com praia límpida e vegetação conservada, conjunto de elementos que expressa relevante biodiversidade de valor ecológico e beleza cênica de importância paisagística.

Esta área apresenta potencial à pesquisa científica, à educação ambiental, à recreação em contato com a natureza e ao turismo ecológico, objetivos que podem ser alcançados com a implantação de um **PARQUE NATURAL ESTADUAL**, categoria de Unidade de Conservação de domínio público e uso coletivo.

Ao transformar a Praia de Taquarinhas em um **PARQUE ESTADUAL**, todos poderão desfrutar dos encantos que o local oferece. Com a aprovação da Lei 0612/2009 garantiremos a proteção desta magnífica beleza natural para as futuras gerações, e conservaremos esta atração turística admirada por todos.

Rosemeri Carvalho Marenzi
Eng. Florestal, Dra em Conservação da Natureza
Laboratório de Unidades de Conservação - UNIVALI

MAIS DE 15MIL ASSINATURAS

EM PROL DA PRESERVAÇÃO DA PRAIA DE TAQUARINHAS

113 ENTIDADES APOIAM O PROJETO

Ordem Internacional das Filhas de Jó (BETHEL 02 Balneário Camboriú) • Jornal Linha Popular • Conselho Municipal da Juventude de Balneário Camboriú (CON-JUV) • Associação Ambientalista Pimentão • FUNSALVASC • ONG IGMS (Planejamento e Informação Ambiental) • Comissão de Meio Ambiente e Urbanismo (OAB Balneário Camboriú) • Centro Acadêmico Administração Pública da UDESC • Brigada Socialista Autônoma (BRISA) • Partido Verde de Camboriú • Comitê Camboriú • CMEAR (Cultura e Montanhismo, Educação e Proteção ao Meio Ambiente) • AFABBI (Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Brasil de Itapema e Região) • Colônia dos Pescadores 27 • Associação Quilombola do Morro do Boi • Centro Cultural Mar Doce Lar • ALDEIA (Associação Literária para o Desenvolvimento das Artes) • Associação Teatral de Balneário Camboriú • Natureza Green Grupo Ambiental (NAGGA) • Projeto Vida • Instituto VOS (Voluntários Organizados Solidários) • CONSEG (Centro) • Fundação Praia Vermelha e Conservação da Natureza • Instituto Federal Catarinense (Campus Camboriú) • Associação de Escalada e Montanhismo de Balneário Camboriú • Biblioteca Comunitária Bem Viver • Deputado Estadual Dado Chereim • Deputado Estadual Amauri Soares • Vereador de Balneário Camboriú Orlando Angioletti Júnior • Vereador de Balneário Camboriú João Miguel (Tata) • Instituto Esquilo Verde • Laboratório Gestão Costeiro Integrado (CTTMAR / UNIVALI) • Laboratório Planejamento e Manejo de Unidades de Conservação (CTTMAR / UNIVALI) • Ensinando na Selva • Cooperativa Escola dos Alunos do Colégio Agrícola de Camboriú (COOPERCAC) • Associação dos Servidores e Amigos do Colégio Agrícola de Camboriú (COOPERCAC) • Instituto Federal Catarinense Catarinense Campus Camboriú • Igreja Evangélica Bola de Neve • União dos Pastores de Balneário Camboriú • APREMAV (Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida) • Associação Ecológica Taquaras • Vereador de Balneário Camboriú Dão Koeddermann • Vereador de Balneário Camboriú Claudir Maciel • Federação Catarinense de Surf • Fundação República Argentina • Instituto Sócio-Econômico Nossa América (ISEA) • Instituto Ra-Burgio para a Conservação da Biodiversidade • Jornal Página 3 • Grupo Escoteiro Leão do Mar • Fundação Anjos do Mar do Brasil • Partido Verde de Balneário Camboriú • Partido dos Trabalhadores de Balneário Camboriú • Vereador de Balneário Camboriú Marcos Augusto Kurtz • Instituto de Psicologia SENTIR • Senadora Ideli Salvatti • RUDHA Culinária Natural • Clube Vovós Unidas (Santa Terezinha, Brusque) • Clube dos Idosos Apaixonados por Saúde (Brusque) • Associação de Surf das Praias de Itajaí (ASPI) • Viva Bicho (Associação Ecológica de Proteção aos Animais) • Associação dos Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural de Santa Catarina • Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental (REASul) • Centro Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo do Vale do Itajaí (CAUVI) • Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Balneário Camboriú (SECHOIARI) • Voluntários Pela Verdade Ambiental • Foto Clube Brusque • Associação de Moradores do Estaleirinho (Interprial) • Associação Indígena de Defesa Ambiental • Câmara Popular • Partido Verde do Estado de Santa Catarina • Centro Acadêmico de Ciências Biológicas (UNIVALI) • Centro Acadêmico de Oceanografia (UNIVALI) • Centro Acadêmico de Engenharia Ambiental (UNIVALI) • Centro Acadêmico de Engenharia Industrial (Mecânica / UNIVALI) • Vereador de Balneário Camboriú Assinil Medeiros • Grupo de Trabalho de Educação Ambiental da Região Hidrográfica 07 • Sociedade Beneficente Grupo Escoteiro Costa Esmeralda...

Fonte: ONG Ideia

CÂMARA DE VEREADORES LOTADA NA AUDIÊNCIA PÚBLICA

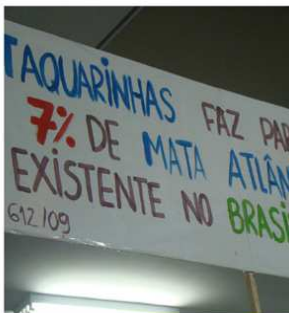


“A preocupação com o entorno da APA – com a zona de amortecimento – não é nenhum grande problema, ao contrário, o fato de haver uma APA onde está inserida o futuro parque é um facilitador. Já diz que o entorno da APA é uma área bem cuidada, que merece atenção, então isso é um fato que ainda facilita mais a criação e o manejo posterior do parque. Não é nenhuma dificuldade. [...] E também não há nenhum vício constitucional ou legal no projeto de lei (0612/2009) do deputado (Sargento Amauri Soares). Nós vemos frequentemente a criação de parques por via de decreto, e aqui nós estamos vendo um processo democrático de criação de um parque, que é muito mais legítimo e muito mais legal e constitucional. Então, certamente não há nenhum vício jurídico na criação do parque.”

Dr. Pedro Nicolau

Procurador de Justiça Federal sediada em Itajaí/SC.

Fonte: ONG Ideia



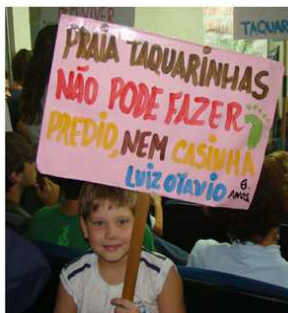
ARGUMENTOS A FAVOR DA PRESERVAÇÃO



AUTORIDADES SENSIBILIZADAS



CORREDORES LOTADOS



COMUNIDADE ENVOLVIDA



www.salvetaquarinhas.com.br